



**ELEMENTOS DA HISTÓRIA DOS  
PROCURADORES DO MUNICÍPIO  
DE SÃO PAULO**

Procuradoria-Geral do Município de São Paulo  
Centro de Estudos Jurídicos - CEJUR

CAPA - fac-símile da página final da Ata de Sessão do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga de 1.º de janeiro de 1562, com assinatura do primeiro Procurador que exerceu suas funções na sede atual do Município: João Annes

**Antônio Clarét Maciel dos Santos**

**Carlos Eduardo Garcez Marins**

**ELEMENTOS DA HISTÓRIA DOS  
PROCURADORES DO MUNICÍPIO  
DE SÃO PAULO**

**São Paulo**

**Procuradoria-Geral do Município de São Paulo**

**Centro de Estudos Jurídicos - CEJUR**

**2011**

## SUMÁRIO

- A. fac-símile da página final da Ata de Sessão do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga de 1.º de janeiro de 1562, com assinatura do primeiro Procurador que exerceu suas funções na sede atual do Município: João Annes.....capa.
- B. Sumário.....p. 4 .
- C. Prefácio - *Cláudio Lembo*.....p. 5 .
- D. Da Vila à Metrópole: a Importância da Presença do Procurador no Município de São Paulo - *Antônio Clarét Maciel dos Santos*.....pp. 6 a 9 .
- E. Achegas para a História dos Procuradores do Município de São Paulo - *Carlos Eduardo Garcez Marins*.....pp. 10 a 39 .
- F. Relações dos senhores prefeitos, secretários dos negócios jurídicos e procuradores do Município de São Paulo.....pp. 40 a 45.
- G. Ilustrações.....pp. 46 a 110.
- H. Lista das ilustrações.....pp. 111 a 119 .
- I. Ficha técnica .....p. 120.
- J. Rua D. Maria Paula, onde está localizada a sede da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo. Fotografia tomada em 1940. In MAIA, Francisco Prestes. *Melhoramentos de São Paulo*. 2.ª edição. São Paulo: I.O.E.S.P., 2010, p. 42.....contracapa

## PREFÁCIO

Aos vinte e cinco anos da criação da Procuradoria Geral do Município é bom recordar a longa trajetória dos procuradores paulistanos.

Esta obra, dos procuradores *Antônio Claret Maciel dos Santos e Carlos Eduardo Garcez Marins*, registra episódios da história dos procuradores, suas lutas, conquistas e avanços culturais.

A importante saga dos procuradores certamente permanecerá no futuro. É para o bem de São Paulo.

**CLÁUDIO LEMBO**

# DA VILA À METRÓPOLE: A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DO PROCURADOR NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A advocacia pública, como lembra Cássio Schubsky (Advocacia Pública - Apontamentos sobre a História da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2008), tem como marco inicial o período de 1383-1385, em Portugal, quando Dom João I, Mestre de Avis, louvou-se em parecer jurídico de autoria de João das Regras para dar legitimidade ao estado português.

Contudo, a figura do Procurador foi delineada nas Ordenações Manuelinas, Livro I, Título XI que assim define o seu perfil "*O PROCURADOR dos Nossos Feitos deve ser Letrado, e bem entendido, pêra fazer espertar, e aleguar as coufas, e razões que aos nossos Direitos pertencem*".

No organograma da administração da Coroa portuguesa o "Procurador de Nossos Feitos" tinha assento e gabinete junto à Câmara Municipal, pois essa instituição era a *alma mater* das vilas e cidades, sob o domínio lusitano.

Como se recorda as Ordenações Afonsinas, em 1446, ao dispor sobre a organização municipal previsível para as terras sob domínio português, fixou o Poder Municipal em dois elementos - a Alcaidaria e Câmara Municipal, ou Senado da Câmara. Destes, contudo, foi o segundo que obteve maior sucesso e importância na administração das comunas então nascentes. As Ordenações Manuelinas (1521) e as Filipinas (1603) consolidaram tais dispositivos, que, posteriormente, serviram de base para a instalação da Câmara Municipal da Vila de São Paulo, em 1560, por ato do terceiro Governador Geral da Colônia, Mem de Sá.

Compunha-se a Câmara Municipal, por sua vez, de seis autoridades: Juiz Presidente, denominado de "*Juiz Ordinário*" quando eleito e, de "*Juiz de Ford*", quando nomeado pela Coroa, sempre em número de dois que exerciam alternadamente o cargo, três Vereadores e um Procurador.

Cabia à Câmara, por meio da edição de Atos, administrar a Vila, o município, fixando posturas de toda natureza, em benefício dos moradores e ao "Procurador dos Nossos feitos" sugerir e acompanhar sua execução, além de representar a Coroa judicialmente.

Elevada à condição de Vila, São Paulo, por ato do Governador Geral da Colônia, Mem de Sá, recebeu a instalação de sua Câmara em 1560.

A atuação do Procurador, como dos demais integrantes da Câmara estão registradas nas Actas da Câmara de São Paulo, como aquela datada de 1576, quando o então titular do cargo, Lourenço Vaz denunciou abuso praticado por mancebos contra índias no caminho que estas faziam até as fontes de água " *...e requereu o dito procurador na dita Câmara que muitos mancebos solteiros que iam às fontes pegar nas negras e as afrontavam ao que eles oficiais mandaram que fosse apregoado que todo mancebo assim solteiro como casado que se achar pegando em alguma negra que vá a fonte ou ao rio pague cinquenta reis para o conselho pela primeira e pela segunda cem reis*".

Com a elevação da Vila de São Paulo à Cidade, em 1711, a Câmara Municipal iniciou período próspero de atuação político-administrativa, atribuindo a si poderes não só de gerenciamento urbano, como policial, ao criar a Força, como instrumento máximo de repressão.

Até a Proclamação da República em novembro de 1889, o poder municipal era concentrado na Câmara, cujo presidente era a autoridade executiva da cidade, podendo se valer de auxiliares, assessores, conforme a necessidade.

Lei Imperial de 1º de Outubro de 1828 reformulou a legislação então em vigor (Ordenações) no tocante às Câmaras Municipais, fixando, dentre outras, sua forma, atribuições, processo de eleição, etc. Quanto ao Procurador deixou esclarecida sua função de arrecadar e aplicar rendas e multas; demandar perante os Juizes de Paz a execução e imposição de penas aos contraventores.

No final do século XIX surge a figura do "Intendente", espécie de secretário municipal. Assim, em 1892, na Câmara de São Paulo, foram criadas as Intendências de Obras, Finanças, Higiene e Justiça, esta tendo como titular Dr. João Alves de Siqueira.

Lei nº 374 de 29/11/1898 organiza o Poder Executivo Municipal, separando-o da Câmara de Vereadores; cria ao cargo de Prefeito a ser exercido por um único vereador; dispõe que o serviço municipal será dividido em quatro seções, Justiça, Polícia e Higiene, Obras Finanças.

Em 7 de janeiro de 1899 toma posse o primeiro prefeito da cidade de São Paulo, vereador Conselheiro Antonio da Silva Prado, tendo como Diretor da Seção de Justiça Antonio Carlos da Rocha Fragoso. Através do Ato nº 1 da data de sua posse fixou que caberá à Seção de Justiça todos os serviços de natureza contenciosa, como os referentes a negócios forenses, processos de infração de posturas, executivo fiscal, contratos, recursos, desapropriações e quaisquer assuntos atinentes a direito.

Ato nº 8 de 28/01/1899 da Câmara Municipal extingue o cargo de Diretor da Seção de Justiça e determina que dita Seção fique anexada à Seção de Polícia e Higiene.

Ato nº 71 de 29/01/1900 cria a expressão **Procuradoria Judicial**, abrangendo seu campo de atuação a Câmara e o Poder Executivo. A partir dessa data a "Procuradoria Judicial" passa a integrar o organograma da Municipalidade. Dispõe o Ato que o

Procurador deverá ser formado em direito e advogado, sendo de livre nomeação do Prefeito; Procurador não é empregado de ponto, mas atenderá com sua presença aos chamados do Prefeito por motivo de serviço público devendo *"ter horas certas e em lugar determinado para atender às partes"*.

Ato nº 338 de 28/12/1909 regulamenta a Procuradoria Judicial.

Ato nº 573 de 16/04/1913 cria a Procuradoria Fiscal para executar a arrecadação das rendas com um Procurador Fiscal e dois Subprocuradores.

Ato nº 948 de 28/07/1916 expede regulamento da Procuradoria Municipal. À ela compete promover em juízo, em 1ª e 2ª, a defesa dos direitos da Municipalidade, como autora ou como ré, o processo por infração de posturas, a cobrança, amigável ou judicial da dívida ativa.

Ato nº 768 de 10/01/1935 reorganiza os serviços da Prefeitura, agrupando-s em departamentos: de Expediente e pessoal, Obras e Viação, Higiene, Fazenda, Jurídico, Cultura. Na seqüência o Ato nº 805 de 25/02/1935 organiza o Departamento Jurídico da Prefeitura que passa a ser composto pelas Procuradorias Fiscal, Judicial e Administrativa; cria a função de advogado-assistente do Gabinete do Prefeito; obriga os Procuradores a apresentar diariamente ao Diretor de Departamento um resenha dos serviços executados em sua Procuradoria e, anualmente, um relatório completo de todos os trabalhos; os Procuradores além dos vencimentos faziam jus a percentuais sobre a arrecadação mensal da dívida ativa entre 0,10% a 1%, conforme o cargo.

Ato nº 1400 de 02/04/1938 dispõe que o Departamento Jurídico passa a ser constituído de: Gabinete, Divisão de Cobrança Amigável e de Inscrição na Dívida Ativa e das três Procuradorias: Fiscal, Judicial e Administrativa.

Decreto-lei nº 333 de 27/12/1945 redefine como "Secretarias" os "Departamentos" criados pelo Ato nº 768 de 10/01/1935, ficando, pois, criada a Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos, sendo nomeado seu titular o advogado Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, então Diretor do Departamento Jurídico.

Decreto-lei nº 340 de 24/01/1946 institui no Departamento Jurídico a Procuradoria Patrimonial com subdivisão administrativa e 1ª, 2ª e 3ª Subprocuradorias, com competência para processar todas as medidas de ordem administrativa ou judicial relativas à administração e defesa do patrimônio imóvel do Município e à regularização das suas terras devolutas.

Decreto-lei nº 405 de 11/03/1947 dispõe sobre a organização administrativa da Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos, abrangendo o Departamento Jurídico composto por unidades administrativas, Procuradoria Fiscal, Procuradoria Judicial, Procuradoria Patrimonial.

Lei nº 5.531 de 17 de julho de 1958 reestruturou a Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos que passou a ser composta pelos Departamentos Consultivo, Fiscal, Judicial e



Patrimonial. O Departamento Consultivo passou a ser responsável pelo processamento dos inquéritos e sindicâncias.

Decreto nº 6.861 de 08 de fevereiro de 1967 transfere o Departamento Fiscal para a Secretaria de Finanças.

Decreto nº 14.515 de 29 de abril de 1977 cria o Departamento de Desapropriações - DESAP e denomina a Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos como Secretaria dos Negócios Jurídicos.

Lei nº 10.182 de 30 de outubro de 1986, de iniciativa do Prefeito Jânio Quadros, dispôs sobre nova composição da Secretaria dos Negócios Jurídicos, reestruturou a carreira de Procurador e criou a **Procuradoria Geral do Município**.

Decreto nº 25.618 de 25 de março de 1988 cria o Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Município.

Decreto nº 43.626 de 11 de agosto de 2003 denomina o CEJUR de "Centro de Estudos Jurídicos Lúcia Maria Moraes Ribeiro de Mendonça".

Decreto nº 47.614 de 25 de agosto de 2006 cria o Posto Avançado da Procuradoria Geral do Município em Brasília.

Decreto nº 50.931 de 20 de outubro de 2009 cria a Escola Superior de Direito Público Municipal da Procuradoria Geral do Município, vinculada ao CEJUR.

Antônio CLARÉT MACIEL DOS SANTOS

Procurador aposentado do Município de São Paulo

## ACHEGAS PARA A HISTÓRIA DOS PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

"Promptos estavam todos escuitando  
O que o sublime Gama contaria;  
Quando, depois de um pouco estar cuidando  
Alevantando o rosto, assi dizia:  
'Mandas-me, ó rei, que conte, declarando  
De minha gente a gram genealogia:  
Não me mandas contar estranha história,  
Mas mandas-me louvar dos meus a glória.

Que outrem possa louvar esfôrço alheio,  
Cousa é que se costuma e se deseja,  
Mas louvar os meus próprios arreceio  
Que louvor tam suspeito mal me esteja;  
E pera dizer tudo, temo e creio  
Que qualquer longo tempo curto seja.  
Mas, pois o mandas, tudo se te deve;  
Irei contra o que devo, e serei breve."

*Os Lusíadas,  
Canto III, 3 e 4<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> LENCASTRE, Francisco de Sales. *"Os Lusíadas: Poema Épico de Luís de Camões. Edição Anotada para Leitura Popular"*; Vol. I; Livraria Clássica Editora. L.x<sup>2</sup>, 1927, pp. 263 e 264

## ***ERA L USO-BRASILEIRA***

### ***"Província" Santa Cruz, Estado do Brasil (17 de dezembro de 1548), Principado do Brasil (27 de outubro de 1645), Reino do Brasil (16 de janeiro de 1815)***

A adaga corre "à falsa fé" pelas costas de Pedro Taques, que tomba inânime à porta da antiga matriz de São Paulo. Estava-se em 1641. Nobre, poderoso e rico, sua morte agita o partido português no Município de São Paulo, integrado sobretudo pelos membros de sua família, com o enorme séquito de seus validos e clientela agregada, além de simpatizantes, que imputam o crime político ao mais proeminente membro da congênere e imensa facção oposta, partidária de Espanha: Capitão Fernão de Camargo, alcunhado "o Tigre." São Paulo mergulhou então em guerra civil, que perdurou por dezenove anos de destruições sem conta, arrasando a economia e a vida civil do planalto piratiningano, cuja última contenda, travada em 1659, envolveu cerca de cinco mil combatentes. Entrementes, com o escopo de pacificar os paulistas e dar cabo a essa querela de sabor feudal, o Governador-Geral do Estado (desde 1645 do Principado) do Brasil e 6.º Conde de Atouguia: D. Jerônimo de Ataíde, pela famosa Portaria de 24 de novembro de 1655, que mereceu louvores d'El Rei D. João IV, concedeu anistia geral aos beligerantes e determinou que de então a vante os dois partidos teriam paridade na representação de oficiais que mantinham no Concelho (Câmara Municipal) de São Paulo: um vereador e um juiz, cabendo sempre a dois oficiais neutros a função de árbitros das paixões em disputa, para apuração serena do Interesse Público, com o fito de sua consecução. Deles, um era o Procurador do Município de São Paulo, então denominado Procurador do Concelho de São Paulo, o outro: Vereador...

Por que El Rei terá confiado ao Procurador, como neutral, a par de um Vereador equidistante dos partidos, os destinos de um Município que era a chave de toda a conquista das riquezas do sertão; de onde partiam as bandeiras que garantiram ao Brasil a sua imensidão continental e que era o vetor da posse de toda a contestada região sul do Principado do Brasil? Porventura seria tão só devido a uma conveniência aritmética, porque era oficial singular na Câmara? É intuitivo que não, posto que é sabido que

<sup>2</sup> LEITE, Aureliano. *Subsídios para a História da Civilização Paulista*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1954, p. 58, nota de rodapé. Para aquilatar-se a dimensão da refrega, considere-se que a celeberrima Batalha Campal do Monte das Tabocas, nos alvares da Restauração Pernambucana, iniciadora da série de derrotas militares que se constitui em uma das maiores da história de Holanda, foi travada por cerca de 1.300 combatentes lusíadas, mais 7 soldados índios de D. Antônio Camarão, "afora negros e mulatos" contra aproximadamente 1.500 soldados de elite, "afora muitos índios caboclos e Tapuias" da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais holandesa, segundo SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco: e feitos memoráveis do Mestre de Campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra*. primeira edição integral segundo apócrifo da Biblioteca Municipal d'O Porto. Série 350 anos - Restauração Pernambucana, n.º 5. Recife: Governo de Pernambuco/Companhia Editora de Pernambuco, 2004, p. 241 e ss., somando um total de combatentes inferior ao que então contendeu em São Paulo

"(...) o cargo de PROCURADOR na Colônia revestiu-se, ao contrário do preconizado pelas Ordenações, de grande importância, pois 'os direitos do indivíduo colonial tiveram nele seu advogado nato, um defensor na maior parte das vezes corajoso e tenaz. Dificilmente poderá o historiador encaixar estas funções nos acanhados parágrafos das Ordenações'" ,

não sendo acessório aqui recordar inclusive que até 1587, o Concelho municipal de São Paulo não teve recursos para comprar o caro volume das Ordenações Manuelinas<sup>4</sup>. O Procurador do Concelho, como se vê, defendeu os Interesses Del-Rei e dos membros de sua república municipal mesmo consuetudinariamente. Entretanto se pode considerar que já eram significativas no âmbito formal das Ordenações do Reino de Portugal, postas no reinado de Filipe I, as funções do Procurador (*Livro I, Título LXIX - Do Procurador do Concelho*), a implicar parte grande das funções executivas camarárias. Era então ele agente político, eleito trienal e indiretamente para um mandato anual, até 1828, quando passou a ser Servidor Público nomeado pela Câmara. Cabia-lhe a defesa judicial da dívida ativa tributária e não tributária de São Paulo; a guarda administrativa e judicial da regularidade de todos os bens imóveis públicos existentes no Município, cujos *adubios* (reparos) e *concertos* deveria requisitar; a prestação de contas, ao cabo de seu mandato, aos vereadores, para que os novos oficiais eleitos pudessem ter ciência do estado do patrimônio municipal; a mensuração dos danos *dos fogos* que coubessem ao Concelho, assim como o requerimento e arrecadação da estimação deles. Na falta de Tesoureiro do Concelho tocava-lhe proceder mediante mandado régio à feitura das despesas do Concelho. Assim, não é de causar espécie a notável mostra da habilidade política contemporizadora lusitana que deram o referido alto delegado régio e mesmo a Real Pessoa: contentados paritariamente e iniquamente os partidos paulistas em conflito, reservados restaram para a Coroa os concretos poderes legislativo e executivo da Câmara, mediante o voto de Minerva da Mesa de Vereação e os poderes de execução de suas deliberações a cargo do Procurador do Concelho.

Assim, seria difícil contraditar que não terá naturalmente escapado, quer ao Governador-Geral, quer a el-Rei, que era o ungido Procurador do Concelho de São Paulo de utilidade indispensável para a viabilização de fundamentais Razões de Estado, notadamente naquela quadra de incertezas da Restauração lusitana. Como se vê, já então constituía o Procurador do Concelho de São Paulo a cúspide técnico-jurídica do Município, com notável papel, como Repúblico, de guardião dos interesses do Reino e de seu *locus*, como adiante se verá. A envergadura de suas prerrogativas, muito cambiantes pelos séculos<sup>5</sup>, implicou sempre que o Procurador exercesse funções de elevado prestígio social,

<sup>3</sup> ZENHA, Edmundo. *O Município no Brasil (1532-1700)*. pp. 64-65, apud ARQUIVO NACIONAL. coord.: Salgado, Graça. *Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985, pp. 71-72

<sup>4</sup> LEITE, Aureliano. *op. cit.* p. 40

<sup>5</sup> É de notar-se que pouco mudaram as funções formais do Procurador do Concelho de São Paulo, depois Procurador do Senado da Câmara de São Paulo, no âmbito das ordenações e de suas legislações extravagantes, quer fossem Manuelinas, quer Filipinas. Basicamente, à luz da letra fria da Lei, as atribuições que lhes foram então cometidas perduraram até 1828. O Procurador não integrava o Concelho de Vereação,

impassíveis de exercício por oficiais mecânicos, ou seja, pelos que ganhavam a vida com trabalhos manuais, então reputados degradantes. Exemplo disso foi o expurgo promovido por tal razão em 14 de maio de 1633<sup>6</sup> pela Egrégia Câmara de São Paulo para extirpar de seu seio o Procurador Geraldo da Silva, posto que não vivia à Lei da Nobreza, em função de laborar em ofício mecânico. Note-se que ainda em 1705, na sociedade estamental de então, por força da Provisão de 8 de maio, não eram considerados aptos para o processo eleitoral, quer como eleitores, quer como candidatos, os "mecânicos operários, degredados, judeus e outros que pertenciam à classe dos peões"<sup>7</sup>.

Em 1721 foram concedidos aos membros do já então Senado da Câmara de São Paulo as honras de cavaleiros-fidalgos por El-Rey D. João V, que em 1730 lhes outorgou os mesmos privilégios dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro<sup>8</sup>, que por sua vez recebera por Alvará de 10 de fevereiro de 1642 as mesmas liberdades e isenções outorgadas à Câmara d'O Porto pelas cartas régias de 1.º de julho de 1490 e de 4 de novembro de 1526, assim como pelo Alvará de 28 de janeiro de 1611.

*"Eram estes os privilégios: Na inscrição dos pelouros, para votarem e serem votados nos cargos do conselho, só entravam os homens limpos e de boa geração; nobres, fidalgos da casa real, infanções, e descendentes de conquistadores, ou povoadores, que haviam ocupado empregos publicos.*

*A camara e os moradores das cidades privilegiadas não podiam ser postos a tormento senão nos casos em que pudesse este ser applicado aos fidalgos, com os quaes ficavam a esse respeito equiparados.*

*Somente podiam ser presos em suas casas ou castellos; tinham direito ao uso de armas offensivas ou de defesa. Não eram obrigados a aposentadorias, nem a servirem em tropas pagas, não se lhes podia apenar o gado, e nem os seus creados ou famulos estavam sujeitos a recrutamento."*<sup>9</sup>

ou seja, a Câmara em deliberação; suas funções eram executivas, como se fora um alcaide do Município. A ele cabia velar pelos bens municipais, no que era acolitado pelo Tesoureiro, oficial a quem cabia a arrecadação das rendas camarárias.

<sup>6</sup> S. PAULO, Archivo Municipal de. *Actas da Câmara da Villa de S. Paulo*: 1629-1639, vol. IV, Século XVII. São Paulo: Ed. Duprat & C.<sup>a</sup>, 1915, pp. 164/165

<sup>7</sup> LAXE, Cortines. *Regimento das Câmaras Municipais ou Lei de 1.º de outubro de 1828*, apud ARQUIVO NACIONAL, op. cit. p. 70

<sup>8</sup> MAIA, João De Azevedo Carneiro. *O Município*: Estudos sobre administração local. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1883, p. 57. Assim também: RIBEIRO, Olympio Carr. *Instituições do Município de São Paulo (de 1554 a 1952)*, in PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos. Arquivos de Direito Municipal, vol. I. São Paulo: Imprensa Oficial, janeiro/março de 1953, pp. 18/19

<sup>9</sup> MAIA, João De Azevedo Carneiro, op. cit., p. 59

Não era dado igualmente aos oficiais da Câmara recusar a honraria de servir o Estado, como se lê no código filipino, Livro I, Título LXVII, 10:

*"(...) não he nossa tenção ser pessoa alguma escusa por privilégio; por quanto os taes Officios, os melhores dos lugares os devem servir (...) "*

Mas por que el-Rei exigia que os melhores, os "homens bons", servissem nos ofícios dos concelhos municipais?

Desde 1139 foi a Monarquia lusitana reconhecida por Roma. Portugal é o mais antigo Estado da Europa, como hoje concebemos esse conceito. Isto ocorreu quer por ter tido o feudalismo português origem em um único feudo, cujo senhor se alçou ao trono real, quer porque a expansão territorial daquele antigo feudo foi feita às custas de Castela e das taifas muçulmanas pelo próprio Rei, ou pelas ordens de cavalaria que acabaram por ser geridas diretamente pelo Rei, ou ainda por familiares da Real Pessoa, como os duques de Bragança e os condes de Ourém. Assim, a nobreza de Portugal não tinha propriedade hereditária de suas jurisdições territoriais, que lhes eram atribuídas apenas vitaliciamente, o que em tese a colocava à mercê da Coroa para a atribuição de suas prerrogativas às suas vergôntes, como lembrava ameaçadoramente a sentença parietal da Sala dos Brasões, ou dos Veados, do Paço Real de Sintra. Isto teve o condão de criar um estado altamente centralizado e dinâmico, que não tinha par na Europa de então. Note-se que meros trinta anos após ser consolidada a Independência de modo definitivo pela legitimação jurídica da nova dinastia dos Avizes pelos esforços de João das Regras nas Cortes de Coimbra (abril de 1385); pela adesão massiva da burguesia a D. João I; pela vitória esmagadora sobre Castela em Aljubarrota (14 de agosto de 1385) e pela aliança luso-britânica (maio de 1386), aliás a mais longeva do mundo e que até hoje persiste, consumada pelo Tratado de Windsor, Portugal pôde lançar-se em sua saga imperialista transcontinental já em 1415 (!), com a Tomada de Ceuta. Esta velocidade desconcertante para a Idade Média só pôde ocorrer devido à criação no Reino de uma burocracia altamente sofisticada, capaz de garantir concretude aos interesses do Estado, quer fossem expressos por éditos reais, quer pelas posturas edilícias. Para ensejar maior concentração de seu poder a Coroa em Portugal promoveu o fortalecimento dos municípios como óbice à temida majoração do poder da nobreza. Assim, no Portugal europeu as câmaras municipais foram entregues à grande burguesia, tendo sido vedado ali à nobreza, salvo exceções, o assentar-se às curuls dos edis. Assim conseguiu a Monarquia amparar-se, ora nos burgueses, ora nos nobres, consoante as naturezas de seus interesses conjunturais.

Ao contrário do que ocorreu no Reino, por inexistir indústria apreciável nos primórdios do Brasil, os mandatos de oficiais das câmaras municipais foram atribuídos no mais das vezes aos grandes proprietários, mormente aos latifundiários, que constituíam a nobreza de barão e cutelo da terra; porém em razão das necessidades da Administração também o foram eventualmente a uma elite letrada, quando não togada, e, ainda que com pejo, aos comerciantes grossos. No entanto, tais categorias eram fluidas e muita vez se sobrepunham.

No particular caso de São Paulo, que troneava em sobranceiro isolamento, cercada por muros de taipa e paliçadas, na colina histórica rodeada pelos largos Campos de Piratininga, em um planalto ermo e em parte grande ignoto, a ensejar a declaração do seu Procurador Afonso Dias em 1587: "*a villa possuia mays matos q~ outra cousa*"<sup>10</sup>, para além da serrania aspérrima de Paranambiaçaba, acessível apenas, desde o litoral, para além de vasto mangue, reino de febres paludes, por uma senda que Anchieta apodou de "o pior caminho do mundo", que cruzava a mais densa vegetação existente no globo, lavada por águas que constituem o maior índice de precipitação pluviométrica do orbe, tudo inçado de inaudita gama de aracnídeos, ofídios, insetos e morcegos hematófogos, panteras e, no falar de um inventário paulista avoengo<sup>11</sup>: "outros bichos mui indômitos", sob ameaça potencial e real de ataques de tribos antropófagas, como os havidos em 1554, 1562, 1578, 1590, 1591 e 1593<sup>12</sup>, a civilização européia e o Poder Estatal, fora do controlo e auxílio diretos do Capitão Donatário e da Coroa, foram sobretudo garantidos, mesmo à falta inicial do indisponível texto das Ordenações<sup>13</sup> pelos oficiais da Câmara do Município, onde se fez sempre ouvir e amiúde cumprir o que propunha a abalizada palavra de seu Procurador.

Evidentemente as vicissitudes administrativas de um aparelho complexo como o português e depois o brasileiro ensejaram no transcurso dos séculos amplas mutações nas funções exercidas pelo Procurador do Município e na própria nomenclatura do cargo. O certo é, porém, que o Procurador do Município de São Paulo nasceu com este Município e desde então vela pelos interesses de São Paulo.

Assim, não por coincidência, o próprio deslocamento da sede do Município desde Santo André da Borda do Campo até os cimos da histórica colina do Inhapuambuçu, no atual Pátio do Colégio, em São Paulo, foi a concretização da proposta de Francisco Pires<sup>14</sup>, Procurador do Concelho deste Município, então nominado Vila de Santo André da Borda do Campo<sup>15</sup>, formulada em câmara, a 20 de setembro de 1557. DONATO, Hernâni<sup>16</sup>, com espírito, nô-lo reporta:

<sup>10</sup> S. PAULO, Archivo Municipal de, op. cit.: 1562-1596, vol. I, Século XVI, p. 311. Assim também: TAUNNAY, Affonso De Escragnolle; *História da Cidade de São Paulo*. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 23, 2004, p. 37.

<sup>11</sup> Reportado por OLIVEIRA, José de Alcântara Machado de, ao tratar do sertão em seu clássico: *Vida e Morte do Bandeirante*. Coleção Reconquista do Brasil (Nova Série), vol. 8, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia L.tda/EDUSP, 1980, pp. 71/72

<sup>12</sup> LEITE, Aureliano, op. cit., p. 32.

<sup>13</sup> V. nota n.º 3

<sup>14</sup> S. PAULO, Archivo Municipal de, *Actas da Camara de S.to André da Borda do Campo*: Século XVI. São Paulo. Ed. Duprat & C.ia, 1914, p. 67

<sup>15</sup> em substituição à sua primitiva designação, atribuída pelo futuro Vice-Rei das Índias: D. Martim Afonso de Sousa, quando de sua fundação, neste Planalto, em 10 de outubro de 1532: Vila de Piratininga. Dá-nos de tal notícia seu irmão: SOUSA, Pero Lopes de. *Diário de Navegação*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1927, pp. 340/342: "repartiu a gente nestas duas vilas {São Vicente e Piratininga - nota deste autor} **e fez nelas oficiais** {negrito e grifo do autor deste - o que implicava necessariamente a eleição do Procurador, cujo nome se perdeu, a exemplo do havido com os de seus pares oficiais, com as atas da Câmara daquela Legislatura} e pôs tudo em boa obra de justiça, de que a gente toda tomou muita consolação, com verem povoar vilas e ter leis e sacrificios, e celebrar matrimônios, e viverem em comunicação das artes; e ser cada um senhor do seu; e vestir as injúrias particulares; e ter todos outros bens da vida segura e conversável."

*"Em 1557, na sessão da Câmara de Santo André realizada no dia 20 de setembro, o procurador do Conselho resumiu para os vereadores a penosa situação em que 'estavam nesta Vila e morriam de fome e passavam muito mal, morria o gado, e que se fossem dentro do termo dela ao longo de um rio'. O rio mencionado como esperança de melhor viver só pode ser o Anhembi, o Tietê. Ou seja, aconselhava aos andreenses a mudança para São Paulo. O Procurador não exagerava. Ao completar dez anos Santo André contava com trinta habitantes brancos. (...)"*

Assim, por conselho de Francisco Pires, Procurador membro do mais antigo corpo de procuradores e ora de técnicos do Direito deste País, criado e instalado em 1532 e hoje conformado como Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, a par de sua coeva de São Vicente, está o Município de São Paulo sediado nesta acrópole indômita do Inhapuambuçu.

Com efeito, seria impraticável nesta sumariíssima notícia elencar uma apreciável gama de atuações concretas dos procuradores do Município de São Paulo no correr do quase meio milênio de existência desses agentes, sob distintas nomenclaturas; porém, a título de achegas, podem ser traçadas algumas linhas para debuxar um prólogo de esboço sobre suas ações em prol do Município. Nada obstante, mesmo qualquer obra de vulto sobre o tema não terá o condão de ser acabada, posto que dos albores de São Paulo foram perdidas as atas camarárias do Concelho de vários exercícios, como as de 1559 a 1561, 1565 a 1571, 1574 e 1596 a 1599, muito embora tenham sido conservadas as concernentes ao Município, dos anos de 1555 a 1558, enquanto sua sede fora ereta em Santo André da Borda do Campo e seus procuradores foram seqüencialmente João Fernandes, Álvaro Annes, Gonçalo Fernandes, Francisco Pires e João Annes. Este último é também o mais antigo Procurador que exerceu o cargo na atual sede do Município, em 1561.

Tempos precários eram aqueles para a Edilidade... Em 4 de janeiro de 1562 reunia-se o Conselho para sessão *em casa de Jorge Moreira por não ter sede a Câmara*. E tais reuniões ocorreriam quinzenalmente *"pr câto não avia tão q~fazer"*<sup>16</sup>. Em 1.º de janeiro de 1563, sendo Procurador do Conselho Salvador Pires, pelo mesmo motivo reúne-se o Conselho em casas de sua morada.

Entrementes, em 10 de janeiro de 1562, faz o juramento afeto a seu cargo o Procurador Luiz Martiz, que em 24 de junho daquele ano dá com seus pares oficiais juramento de Capitão da Vila de São Paulo a João Ramalho.

<sup>16</sup> In *Pateo do Collegio*: Coração de São Paulo. São Paulo, Edições Loyola, 2008, p. 91

<sup>17</sup> S. PAULO, Archivo Municipal de, op. cit.: 1562-1596, vol. I, Século XVI, p. 11

<sup>18</sup> S. PAULO, Archivo Municipal de. op. cit.: 1562-1596, vol. I, Século XVI, p. 21



Infatigáveis mostravam-se os sucessivos procuradores do Concelho no zelo do Bem Público: ora nos termos da sessão de 5 de novembro de 1562, a requisitar o pronto acabamento dos muros e baluartes para defesa contra novos assaltos dos silvícolas confederados, que quase aniquilaram a Vila no grande ataque de 10 de julho daquele ano<sup>19</sup>; ora como em 10 de julho de 1563, a pleitear o destapamento de uma rua e a obediência às posturas; ora a instar ao Conselho para que instalasse a força no Município, como fez o Procurador Balthazar Roiz na sessão de 21 de fevereiro de 1564<sup>20</sup>, para inveja potencial de seus atuais pares de PROCED, que ora só dispõem para proposição de castigo aos maus de benevolências como demissões a bem do Serviço Público, cassações de aposentadorias e penas menores... Diga-se a bem da verdade que essa medida fora preventiva, porque o primeiro crime de sangue cometido em São Paulo ocorreu em 1583 e foi perpetrado por um estrangeiro: um soldado espanhol adventício no Planalto que matou um frade seu compatriota, de nome Diogo. Da defesa municipal não se esquecia ainda em 1587 o Procurador Affonso Dias, ao denunciar a derrubada de trechos dos muros da Cidade e requisitar o reparo e acabamento das muralhas<sup>22</sup>. A moralidade pública também era preocupação do Procurador. Que o diga João Maciel, em 2 de novembro de 1580, a verberar no Conselho:

*"(...) aos sôr vreadores q~ suas merses. . . . do juiz q~ mandase ou tirasem h~ua devasa de alg~us omes q~ sam defamadores e . . . . . e ome q~ defamava o de molheres cazadas e solteiras os vreadores loguo requererão ao juiz q~ ele fizesse o seu ofisio e q~lho requereram da parte del rei noso sôr q~ mandase prender e tirar devasa e castigasem quem o meresese(...)"*

Igual sorte teve o abastecimento, posto que sobre ele velou também a figura do Procurador. Assim, Francisco Maldonado propôs em 19 de janeiro de 1599 a criação de uma casa de pasto no Município, gênese de suas congêneres da pretendida capital mundial da gastronomia...

*"(...) e requereo o pd or q~ hera necessário q~ aja nesta villa q~venda couzas de comer e beber q~viva"*

<sup>19</sup> Só não o tendo conseguido sobretudo pela belicosa oposição por dois dias seguidos do Capitão João Ramalho no comando dos lusitanos e, à frente dos tupis, do Cacique Martim Afonso Tibiriçá, Cavaleiro do Mestrado e Ordem de Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, que faleceu pouco adiante, pelo Natal, em decorrência dos ferimentos então hauridos na defesa deste Município e de sua nova fé.

<sup>20</sup> ARCHIVO Municipal de S. Paulo, op. cit.: 1562-1596. vol. I. Século XVI, p. 38. Porfiaram seus sucessores com igual intento em 9 de abril de 1580 (pp. 161/162) e em 27 de maio de 1587 (p. 315). De todo o modo o denodo dos procuradores foi a final coroado de êxito, pois que em 30 de dezembro de 1623 (ARCHIVO Municipal de S. Paulo, op. cit.: 1623-1628, vol. III, Século XVII, p. 65) "*op dor [Luiz Furtado- N.R.] do cõselho dise q~já estava armada aforqua ariba das cazas de aleixojorge onde morou fernão marques*".

<sup>21</sup> LEITE, Aureliano. op. cit. p. 39

<sup>22</sup> ARCHIVO Municipal de S. Paulo, op. cit.: 1562-1596, vol. I, Século XVI, p. 312

<sup>23</sup> ARCHIVO Municipal de S. Paulo, op. cit.: 1562-1596, vol. I, Século XVI, p. 170 *infine*

*por isso e tenham os forastr os honde persedissende  
comer// (...)”<sup>24</sup>*

Em 19 de janeiro de 1602 o Procurador protesta pelo livre comércio da carne vacum e em 1623 verbera contra o desabastecimento de gêneros alimentícios no Município:

*”E logo requereo o dito procurador do cõselho aos ditos offisiaes da camara que requeria da parte de sua mag.de não cõsentise~ saice fora da terra farinhas de trigo carnes couros s~e l.ça da camara co a pena que a esses ditos offisiaes b~e paresese pella terra fiquar abastada e nãoperesece~ (...)”<sup>25</sup>*

Do decoro municipal não descuravam também os procuradores, haja vista a necessidade de a Cidade bem receber autoridades forâneas. Di-lo com o sabor que o caracteriza Alcântara Machado de Oliveira, no seu citado clássico "Vida e Morte do Bandeirante" (pp. 71/72), ao tratar da precariedade da suntuária paulistana naquele tempo heróico:

*”Prova não há melhor, da pobreza do mobiliário, do que o famoso incidente, ocorrido em 1620, de que dão conta as atas da municipalidade vulgarizadas por Taunay. É o caso da cama de Gonçalo Pires, requisitada pela edilidade paulistana, para uso do ouvidor geral dr. Amâncio Rebêlo Coelho, vindo a S. Paulo em correição. O traste era o único da vila, condigno do ilustre visitante. Daí a requisição. Mas Gonçalo Pires não queria sacrificar as suas comodidades ao bem da república. Resistência que o procurador da Câmara [<sup>26</sup>] venceu afinal, fazendo, à frente de esbirros, a apreensão do leito cobijado e de seus acessórios: colchão, travesseiro, cobertor, lençol. Quando, partido o ouvidor, quis a Câmara fazer a restituição, Gonçalo se negou a receber a cama: 'que lha dessem como a tomaram, que então a receberia'. Durante sete anos a fio andou ele a questionar com a municipalidade, reclamando perdas e danos”<sup>27</sup>.*

<sup>24</sup> ARCHIVO Municipal de S. Paulo, op. cit.: 1596-1622, vol. II, séculos XVI e XVII, p. 56

<sup>25</sup> ARCHIVO Municipal de S. Paulo, op. cit.: 1623-1628, vol. III, Século XVII, p. 22

<sup>26</sup> N.R.: Francisco Jorge

<sup>27</sup> Assim também: ARCHIVO Municipal de S. Paulo, op. cit.: 1596-1622., vol. II, séculos XVI e XVII, pp. 446/447 e 1623-1628, vol. III, Século XVII, p. 262

Detalhe a ser salientado: Gonçalo Pires sabia defender-se, pois já fora Procurador do Conselho em 1588... Assim, com o brio paulista d'outr'ora, na palavra de Mário de Andrade, o antigo Procurador

*Gonçalo Pires rejeita o bem dele.  
Não dorme em cheiro de ouvidor-geral...  
Se reúne a Câmara em nova sessão.  
-Lave-se o lançol! indica o notário.  
Qual! Gonçalo empaca na rejeição.*

<sup>A</sup> j "28

Naturalmente, no restrito âmbito destas linhas seria impraticável e fastidioso o estender-se na casuística do exercício das muitas atribuições dos primevos pares dos atuais procuradores deste Município. A leitura das atas camarárias da edilidade paulistana, ou ao menos de obras que as analisaram, como a citada de Taunay, terão porventura o condão de aplacar a curiosidade não saciada dos interessados.

## ***ERA NACIONAL***

### ***I. Período Monárquico***

Empós, na senda referida em prol do Estado prosseguiram as atividades dos procuradores, consoante as vicissitudes dos tempos. Grande alteração em tal quadro ocorreu com a promulgação da Constituição Política do Império do Brasil, em 25 de março de 1824, que declarou em seu artigo 168 que as câmaras seriam eletivas e compostas por vereadores (apenas). Em seu artigo 169 pôs que uma "Lei regulamentar" decretaria o exercício das funções das Câmaras, o que ocorreu mediante a Lei sem número, de 1.º de outubro de 1828, que "*dá nova fôrma às Camaras Municipaes, marca suas attribuições (...)*". O artigo 24 desse diploma declarou serem as câmaras corporações meramente administrativas e não exercitantes de jurisdição contenciosa. Doravante não mais integrariam a Câmara, naturalmente, quer os juízes ordinários, quer os procuradores. Todavia, se não mais se compreendia a manutenção de juízes ordinários na nova ordem constitucional em âmbito municipal, foi impossível não acolher nesse a figura do Procurador, com novos indumentos. Essa Lei foi um verdadeiro divisor de águas na compreensão subjetiva e funcional do Procurador, pois o profissionalizou. Doravante seria ele não mais o "homem bom" integrante do Senado da Câmara que exercitaria mandato eletivo indireto *ad honorem*, mas um empregado público nomeado pela Câmara para servir por quatro anos, sendo afiançado pela própria Câmara, ou por fiador idôneo na proporção

<sup>28</sup> ANDRADE, Mário Raul Morais de. "Moda da Cama de Gonçalo Pires", in *Clan do Jaboti*. Primeira edição. São Paulo: Oficinas Gráficas de Eugenio Cupolo, 1927, pp. 95/97

<sup>29</sup> desde 10 de fevereiro de 1642 o Conselho paulistano dispunha das mesmas prerrogativas do Senado da Câmara d'O Porto e a partir de 27 de abril de 1683 passou a ser Capital da Capitania Hereditária de São Vicente, malgrado só tenha sido elevada a sede do Município à condição de Cidade em 11 de julho de 1711.

das rendas que tinha que arrecadar. A ele competia a arrecadação e aplicação das rendas e multas destinadas às despesas camarárias, bem como o demandar perante os juizes de paz a execução das posturas e a execução das penas a seus contraventores e o defender junto às justiças ordinárias os direitos do Senado da Câmara. Cabia-lhe ainda a prestação de contas da receita e despesa da edilidade todos os trimestres no princípio das sessões, nos termos da citada Lei sem número, art.s 80 e 81, que também dispôs em seu artigo 75 que quando da aplicação das rendas municipais:

*"O Procurador não fará despeza, que não seja autorizada por postura, ou determinada por deliberação da Camara."*

Como se vê, as diferenças entre as atribuições primitivas e as ora em comento dos procuradores deste Município foram assinaladas. Cândido Mendes de Almeida no seu "Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I"<sup>30</sup> sobre tal discorreu. Em seu juízo o Procurador passara a ser demissível *adnutum* e teria a condição de

" (...) um cobrador das rendas da Câmara, pelo que presta fiança, accumulando o onus de defender por si ou por advogado perante as justiças ordinárias os direitos de sua constituinte. (...)".

Nota-se pelo exame dos diplomas citados e das palavras de Cândido Mendes de Almeida que não era ainda necessariamente o Procurador um experto em Direito. Este quadro se manteve quase integralmente para o Procurador deste Município durante a vigência da Lei Provincial n.º 18, de 11 de abril de 1835, quando o Brigadeiro Tobias ensaiou a atuação de prefeitos e subprefeitos como empregados públicos indicados pelas câmaras e nomeados pelo Presidente da Província (art.s 1.º, 3.º e 8.º).

A complexificação estrutural dos municípios do novel Estado-Nação, sob o influxo das mutantes relações econômico-sociais decorrentes da Revolução Industrial, com seus consectários político-jurídicos, fez imperativa a instauração do processo de indeclinabilidade da capacitação técnico-profissional do Procurador, que passaria a exercer em caráter permanente tal cargo em carreira própria, para maior resguardo do indeclinável Interesse Público.

## ***Período Republicano***

### ***Governo Provisório e Regime da Constituição de 1891***

<sup>30</sup>Décima quarta edição. Rio de Janeiro: Typografia do Instituto Philomatico, 1870; Livro I, Título LXIX, nota 4

Já sob o alvor da ordem republicana, dissolvida a Câmara Municipal monárquica pelo Ato n.º 26, de 10 de janeiro de 1890,<sup>31</sup> por Ato de 29 de setembro de 1892 a Mesa Provisória da Câmara substituiu o Procurador como agente exator por um Tesouro Municipal, com Recebedoria e Pagadoria; a Lei n.º 432 de 14 de novembro de 1899 deste Município, em seu art. 1.º *caput* e par. ún. criou o *logar* de Procurador Judicial da Câmara, de nomeação e confiança do Prefeito, para tratar de todas as suas causas em juízo, sendo que os solicitadores e mais auxiliares de que o Procurador precisasse, seriam de sua livre escolha e pagos à sua custa. Nota-se aqui ainda a permanência dos salvados do Estado Patrimonial... Todavia a vereda oposta já mais amplamente se descortina pela Lei municipal n.º 1.256, de 30 de outubro de 1909, que ao reorganizar a Procuradoria Judicial criou nela cargos de Sub-Procurador, escriturário e cobrador, a serem providos pelos "*actuaes empregados particulares do Procurador e os que ali estão servindo em comissão.*"

Não havia ainda porém estabilidade constitucional dos funcionários públicos, desconhecida pela Constituição de 1891, mesmo após a Emenda de 7 de setembro de 1926. Apenas com a Constituição de 16 de julho de 1934, artigo 169 e par. ún. ela foi consagrada, com o grão de sal da Emenda n.º 3, promulgada pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 18 de dezembro de 1935.

No competente trabalho de Liliane Schrank Lehmann de Barros e de Rosana Pires Azanha Moizo sobre a "Formação Administrativa da Cidade de São Paulo, 1554-1954"<sup>32</sup>, poderá ser consultada com mais minudência a cronologia legislativa ensejadora da evolução orgânica das Procuradorias do Município de São Paulo, que seria em muito aperfeiçoada pela Lei n.º 10.182, de 30 de outubro de 1986, criadora da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo. Aqui meramente apontamos, por particularmente substantivo, que o Ato n.º 71, de 29 de janeiro de 1900, regulamentador da Procuradoria Judicial da Câmara, exigiu que o Procurador fosse advogado<sup>33</sup> e fê-lo subordinado diretamente ao Prefeito, que livremente o nomeava e demitia *ad nutum* (art. 3.º), sendo-lhe dispensada a juntada aos autos em que intervinha da procuração que lhe conferira o Município "por se presumir conhecido" (art. 6.º), tendo sido explícito o Ato em referência ao declarar que o "Procurador não é empregado de ponto (...)" Note-se que malgrado o título edilício da Procuradoria era o Procurador vinculado hierarquicamente ao Chefe do Poder Executivo. Já em 16 de abril de 1913, é mencionada uma (única) Procuradoria como sendo órgão do Poder Executivo: a Procuradoria Fiscal, então constituída pelo Procurador, acolitado por dois sub-procuradores, todos de livre nomeação pelo Prefeito, pelo Ato n.º 573, art. 1.º, que "reorganiza as repartições da Prefeitura". Vê-se aqui, pela primeira vez, o debuxo de uma

<sup>31</sup> AMARAL, Antônio Barreto Do. *Dicionário de História de São Paulo*. Coleção Paulística, vol. XIX. São Paulo: IOESP, 2006, pp. 206 e 345. Em seqüência a tal ato foi positivado o Decreto Estadual n.º 13, de 15 de janeiro de 1890, que implicou profunda alteração na administração municipal paulista, pois que por seus arts. 1.º e 2.º, § 1.º, substituiu as tradicionais câmaras eletivas, aqui instituídas e guardadas desde sempre pelas monarquias real e imperial, por conselhos de intendência nomeados a talante pelo Governador do Estado até a constituição definitiva dos Estados Unidos do Brasil, como se motivou em seus *consideranda*

<sup>32</sup> In PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: DPH. Revista do Arquivo Municipal n.º 199. São Paulo: Imprensa Oficial, 1991

<sup>33</sup> Assim também os subprocuradores, por força do Ato n.º 948, de 28 de julho de 1916 (que regulamentou a Procuradoria Municipal), art. 19

estrutura orgânica que evoluiria no senso do que hoje é a Carreira de Procurador do Município de São Paulo. Só com a vitória dos revolucionários de 1930 e a dissolução da Câmara Municipal é que com o aproveitamento da antiga estrutura desse órgão o Governo Provisório subdividiu a Procuradoria Fiscal citada em Fiscal e Judicial, mediante o Ato do Governo Provisório (Prefeito) n.º 27, de 26 de dezembro de 1930, cujos *consideranda* são de interesse para intelecção da conformação da linha diretiva que norteou a evolução da Procuradoria até nossos dias. Por derradeiro refira-se que os pródromos da moderna Procuradoria-Geral do Município de São Paulo podem ser presentidos com a criação do Departamento Jurídico Municipal, mediante os atos do Prefeito de números 768, de 10 de janeiro de 1935 e 805, de 25 de fevereiro de 1935, a coligir Biblioteca e três divisões: Procuradoria Fiscal, Procuradoria Judicial e Procuradoria Administrativa, cada qual com apenas um Procurador e dois sub-procuradores, coadjuvados por um total de treze advogados auxiliares e assistentes (Ato n.º 805 cit., art. 8.º). É de salientar-se que muito embora o Diretor desse Departamento não necessariamente precisasse integrar os quadros do funcionalismo público (Ato n.º 768 cit., arts 2.º e 3.º; Ato n.º 805 cit., art. 2.º), já se expressava a preferência estatal pelo cometimento do comissionamento a Procurador-Diretor das declinadas divisões de então. Com efeito, os zigotos da generalidade das estruturas atuais da Procuradoria-Geral estavam presentes nesse Ato n.º 805, sem excluir uma incipiência de estabilidade funcional, de carreira e de provimento de cargos por meio de concursos.

Como se depreende do exposto, da fundação desta Vila de Piratininga, quer seja considerada a primeira, quer seja a segunda, até o cabo do primeiro terço do século XX, este Município sempre dispôs apenas de um Procurador em exercício no ofício, emprego, lugar, ou cargo correspondente, conforme o caso. Isto é de impressionar vivamente, pois que entrementes a população local inicial composta por um minúsculo pugilo de lusíadas, pelas vergóntes mamelucas de João Ramalho e por catecúmenos inacianos, que ainda em 1606 não montava a mais de 190 moradores, segundo comunicava o Concelho ao Capitão Donatário vicentino<sup>34</sup> foi majorada para 887.810 habitantes em 1930, ano em que este Município contava com, quiçá, cerca de quinze mil automóveis.<sup>35</sup> Realmente é notável a evolução das disponibilidades funcionais de São Paulo desde então a esta parte. O presente quadro de servidores desta Procuradoria-Geral mostra-o eloqüentemente. Nesse intermédio a expansão da população do Município, que em 2010 contava com 11.244.369 habitantes<sup>36</sup>, desde 1930 foi multiplicada por 12,66 vezes. Porém muito maior foi a expansão do quadro citado, o que se compreende facilmente em decorrência do abrupto incremento das necessidades de prestação de serviços pelo Estado, agora alegadamente de Bem Estar Social, que sucedeu o Estado Liberal sepultado em decorrência da Crise de 1929, por obra da Revolução de 1930.

Mas quem eram aqueles procuradores solitários, responsáveis pela hercúlea tarefa de defender os interesses deste Município desde a sua épica fundação? Já vimos que

<sup>34</sup> ARQUIVO Municipal de S. Paulo, op. cit.: 1596-1622., vol. II, séculos XVI e XVII , pp. 500

<sup>35</sup> EMPLASA/ ESTADO Arquivo do /IOESP. *Memória Urbana: A Grande São Paulo até 1940*; vol. 2. São Paulo: Ed. EMPLASA/ ESTADO Arquivo do /IOESP, 2001, tabelas: aspectos físico-demográficos - n.º 3, infra-estrutura - n.º 119

<sup>36</sup> [www.Ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm? 1](http://www.Ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm? 1)

quando de nossos vínculos políticos com Portugal eram os extratos cimeiros das elites de Piratininga, telúricas ou adventícias. O panorama permaneceu inalterado no Império e alcançou todo o período de vigência do Estado Liberal, quando podia ser notado um primado do Vale paulista Rio do Paraíba do Sul e de suas adjacências fluminenses no fornecimento de procuradores à Procuradoria paulistana, que sobreviveu à Revolução de 1930, como se depreende do simples elencar dos nomes de seu patriciado que aqui exerceram funções, como por exemplo: Mário Vicente de Azevedo, Procurador Judicial da Câmara, aposentado pelo Ato n.º 470, de 27 de maio de 1912; Pedro Vicente de Azevedo Junior, Procurador do Departamento Jurídico Municipal aposentado mediante o Ato n.º 988, de 31 de dezembro de 1935; Sub-procurador Luiz Oscar de Almeida Maia, Diretor do Departamento Jurídico Municipal aposentado pelo Ato n.º 989, de 31 de dezembro de 1935; João de Azevedo Carneiro Maia, Subprocurador do Departamento Jurídico Municipal aposentado pelo Ato n.º 990, de 31 de dezembro de 1935.

Até 1828 o Procurador da Câmara Municipal era remunerado tão só em moeda de honra, como a nomeada atribuição das prerrogativas inerentes à venera nobiliárquica de cavaleiro-fidalgo, que auferiu a partir de 1721. Servia no Ofício camarário por bem do Povo, sem qualquer retribuição em pecúnia. Com a profissionalização do Procurador, foi mister compensar seu ministério com verbas que malgrado tivessem uma natural condição honorária, como de resto ainda hoje têm, já se expressavam monetariamente.

Assim, pela referida Lei sem número, de 1.º de outubro de 1828, art. 81, *in fine*, restou posto que:

*"(...) Receberá seis por cento de tudo quanto arrecadar. Se este rendimento porém fôr superior ao trabalho, a Câmara convencionará com o Procurador sobre a gratificação merecida."*

Ora, o importe metálico do percentual acima transcrito naturalmente terá sofrido variações plúrimas durante todo o Império, sendo assim impraticável conjecturar validamente sobre os *quantums* de sua mutante expressão sem acessar os registros contábeis oficiais de então. Todavia, é certo que a remuneração era dignamente elevada.

Já sob a República, a parcela fixa dos vencimentos do Procurador no mínimo foi de 1:000\$000 (um conto de réis) mensal, acrescido de um percentual de 7% sobre o que arrecadasse em decorrência de suas cobranças extrajudiciais e judiciais, desde a mencionada Lei n.º 432, de 14 de novembro de 1899, art. 1.º e tabela anexa.

O que expressava o referenciado valor fixo, exclusive o percentual dito, em 1899? Note-se que está a falar-se de década que implicou mudanças de largo vulto nesta Capital - a começar da majoração de sua população em cerca de 250%, enquanto que nos vinte anos anteriores crescera 100% - , cuja epítome pode ser analisada com devida detença em *Nos Tempos da Fundação*<sup>37</sup>. O custo de vida no Brasil, medido à base de: ano de 1830=100, oscilou de 214 em 1885, 292 em 1890, 471 em 1895, para sofrer ligeira depressão em 1900:

<sup>37</sup> MARINS, Paulo César Garcez. in *Caetano de Campos* : Fragmentos da História da Instrução Pública em São Paulo. Org. REIS, Maria Cândida Delgado. São Paulo: ed. Associação de ex-alunos do IECC, pp. 13/20

38

468. Daí pouco variou até 1915, quando caíra a 457<sup>38</sup>. O Jornal O Estado de S. Paulo publicado na data da Lei n.º 432, 14 de novembro de 1899, a par de noticiar a morte trágica do pintor Almeida Junior, o que informa de interesse para apreciação da possança dos vencimentos do Procurador Judicial da Câmara? Uns poucos saborosos subsídios, como por exemplo: a renda mensal do correio geral no Município de Limeira montava a 965\$690; durante o surto de peste bubônica nesta Capital o Município contingenciou 2:500\$000 para pagamento de ratos mortos e diversas despesas com o serviço sanitário; o câmbio fechou com bancário a 7 3/32 e com particular a 7 1/8; a Loteria da Capital Federal pagou prêmio máximo de 15:000\$000, enquanto que a de São Paulo teve por prêmio maior 10:000\$000; em segunda praça uma propriedade modesta, de uso misto, residencial e comercial, com uma porta e três janelas de frente, sita na Barra Funda, na rua Margarida n.º1, segundo mais valorizado subdistrito municipal, avaliada em cinco contos de réis, aguardava lanço de 4:500\$000; licitava-se a construção de uma ponte sobre o Rio Paraibuna, junto a Natividade, orçada em 10:382\$128; gramofones eram anunciados a 75\$000 e 100\$000, assim como fonógrafos a 100\$000; a cal de Perus, "a melhor até hoje conhecida" era vendida a 4\$000 por saco com sessenta quilos; garrafas de vinhos nacionais da fazenda de Nicolau P. de C. (presumivelmente Pereira de Campos) Vergueiro em Sorocaba, de nomes: *Sangue Paulista* e *Caboclo*, eram vendidos respectivamente a 30\$ e 15\$ a dúzia; o elixir vegetal contra a peste bubônica, "(...) composto de certas ervas que só nascem nas montanhas do Grande Chartreuse, (...) recomendado pelas primeiras summidades médicas das principaes capitães da Europa", era posto à venda por 3\$500 cada frasco; as passagens de terceira classe por paquete para Lisboa oscilavam entre 150\$000 e 163\$000, enquanto que o prestigiado 3.º Grande Prêmio Municipal do Jockey Club mimava com 2:000\$000 o seu primeiro vencedor.

A partir da Lei n.º 1.256, de 30 de outubro de 1909, art. 2.º, o percentual compensatório de 7% que restou acima descrito deixou de ser pago ao Procurador porque ele não mais precisou dele servir-se para custear os trabalhos de seus auxiliares, que passaram a ser diretamente remunerados pelo Município.

Em momento de estabilidade inflacionária (vide nota 35), mas de majoração da taxa de câmbio média do mil-réis relativamente à libra esterlina (de 7 7/16 d. em 1899 para 16 5/32 d. em 1913)<sup>39</sup> foram alteados os vencimentos do Procurador a 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis); acrescíveis de até 20% a título de adicional por tempo de serviço, por força do Ato n.º 573, de 16 de abril de 1913, art.s 5.º, § 8.º; 6.º. Para mensurar a capacidade econômica da remuneração alvitrada pode-se socorrer v.g. dos preços de terrenos por metro quadrado em 1916 em São Paulo: Triângulo - 1.000\$, perímetro central - 165\$, perímetro urbano - 23\$, perímetro suburbano - 3\$, zona rural - 10\$<sup>40</sup>.

### ***Governo Provisório e Regimes das Constituições de 1934 e 1937***

<sup>38</sup> CASTRO, Hélio Oliveira Portocarreiro de. *Viabilidade econômica da escravidão no Brasil: 1880-1888*, in VARGAS, Fundação Getúlio. *Revista Brasileira de Economia* n.º 27 (1):43-67. Rio de Janeiro: Ed. FGV, jan./mar. 1973, tabela 2, p.62

<sup>39</sup> ORTIGÃO, Ramalho. *A Moeda Circulante no Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Comércio, 1914, pp. 125 e 139

<sup>40</sup> EMPLASA/Arquivo do Estado/ IOESP, *op. cit.*, tabela: infra-estrutura n.º 107; p 92



Já por ocasião da posituação do Ato n.º 768, de 10 de janeiro de 1935 e sobretudo do Ato n.º 805, de 25 de fevereiro de 1935, que organizou o Departamento Jurídico Municipal, a estrutura material e funcional do órgão tinha fumos deste cotidiano, não sendo de causar espécie de vulto ao Procurador do século XXI.

Naquele tempo, que foi o da Grande Depressão, como retribuiu o Município o ministério de seus procuradores? O citado Ato n.º 805, art.s 9.º e par. ún.; 10 e par. ún.; 18 e 19, nô-lo diz: O Procurador, se comissionado como Diretor do Departamento, vencia 3:200\$000. Em caso contrário recebia 3:000\$000 mensais. Aos sub-procuradores, advogados-auxiliares e advogados assistentes cabiam respectivamente: 2:5000\$000, 1:200\$000 e 2:000\$000. O Gabinete do Prefeito e o do Diretor do Departamento Jurídico podiam contar cada qual com um advogado-assistente; esses percebiam gratificações respectivas de 500\$00 e 200\$00 além dos vencimentos dos cargos por eles ocupados. Porém, aos procuradores, subprocuradores e advogados auxiliares eram abonadas as respectivas percentagens

*"(...) sobre a arrecadação mensal da dívida activa, feita por intermedio da Procuradoria Fiscal:*

*I- Sobre a arrecadação mensal até 200:000\$000:*

*A cada Procurador.....1%*  
*A cada Sub-procurador.....0,75%*  
*A cada advogado-auxiliar.....0,50%*

*II - Sobre o que exceder de 2:000\$. até 500:000\$000:*

*A cada Procurador.....0,75%*  
*A cada Sub-procurador.....0,50%*  
*A cada advogado-auxiliar.....0,25%*

*III - Sobre o que exceder de 500:000\$000 até 1.000:000\$000:*

*A cada Procurador.....0,50%*  
*A cada Sub-procurador.....0,25%*  
*A cada advogado-auxiliar.....0,10%"*

Ora, sabendo-se que a arrecadação da dívida ativa deste Município em 1937 montou a 6.000:000\$000, consoante se pôde apurar do Cadastro Imobiliário de São Paulo de 1937/1938<sup>41</sup>, é óbvio que as percentagens devidas aos senhores procuradores eram relevantes e que a remuneração geral a eles atribuída, mesmo considerado o incremento da carestia para o índice de 1935=1085, sobre 1915=457, tomado 1830=100<sup>42</sup>, era o bastante

<sup>41</sup> EMPLASA/Arquivo do Estado/ IOESP. *op. cit.*, gráfico 4, p. 117

<sup>42</sup> CASTRO, Hélio Oliveira Portocarreiro de. *op. cit.*, p.62

para não desinteressar a profissionais qualificados, excertos do estrato superior da sociedade, como Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, Moacyr Amaral Santos, que garantiram a apreciável qualidade que vem de caracterizar a prestação dos serviços públicos a cargo dos procuradores do Município, cuja cediça excelência está de há muito necessariamente imbricada à apropriada contrapartida financeira e honorária que este Município fez a seus procuradores.

Ainda no que respeita às mutações orgânicas afetas à dispensação dos serviços sob responsabilidade dos procuradores do Município de São Paulo, é de assinalar-se que foram notadamente incrementadas a partir da década de 1930, como dito e como se depreende da grande consolidação administrativa feita pela Prefeitura mediante o Ato do Governo Provisório n.º 1.146, de 4 de setembro de 1936, que em seu Título VIII dispôs sobre a organização do Departamento Jurídico do Município, e também por meio do Ato n.º 1.400, de 2 de abril de 1938, que reorganizou o Departamento Jurídico municipal de modo a dotá-lo, a par das três procuradorias existentes desde 25 de fevereiro de 1935, de uma nova unidade: a Divisão de Cobrança Amigável e de Inscrição da Dívida Ativa, com contadoria e recebedoria próprias (art. 4.º) então criada. Com tal providência, aconselhada pela experiência e por imperativos lógicos decorrentes da inscrição dos débitos tributários e não tributários vencidos e não pagos nos róis das dívidas ativas tributária e não tributária municipais é retomada a atividade de controlo e exação dos créditos que lhes correspondem integralmente pelos procuradores deste Município, em moldes com vantagem provados no Período Monárquico, seja Luso-brasileiro, seja Nacional, como se depreende dos diplomas mencionados (Ordenações do Reino de Portugal, postas no reinado de Filipe I, Livro I, Título LXIX - Do Procurador do Concelho, assim como Lei s/n.º, de 1.º de outubro de 1828, art.s citados). Interessantemente, o Ato n.º 1.400, de 2 de abril de 1938, não cometeu os serviços prestados pela novel Divisão às procuradorias fiscal e judicial, fracionadamente, mas os manteve unificados. A opção entre a formulação unitária e a descentralizada dos serviços em referência vem de ser ciclicamente objeto de reflexão no seio da Carreira dos procuradores. A tendência hodierna que incipientemente está a ganhar, quiçá, predominância, é a que aponta para a unificação de ambos os serviços sob a égide do Departamento Fiscal. Ainda nesse tempo o cargo de Diretor do Departamento Jurídico, de confiança do Prefeito e exercido em comissão, não era de exercício privativo de membros do quadro funcional do Departamento, posto que podia ser ocupado por "advogado estranho" (art. 2.º). Em um Município que no mês subsequente ao da positivação do Ato em apreço passaria a ser gerido pelo engenheiro e arquiteto Francisco Prestes Maia, ensejador de cismáticas mutações no prospecto da Capital, não havia ainda um departamento de desapropriações, posto que, como se depreende do artigo 12 do citado Ato competia à adventícia 3.ª Subprocuradoria Judicial da Procuradoria Judicial officiar nas ações de desapropriação.

A ausência de especialização departamental citada não impediu porém que desde o início das mundialmente incontrastáveis transformações urbanas de São Paulo sofridas desde 16 de fevereiro de 1867, com a inauguração da "inglesa" *São Paulo Railway* e incrementada com a conjugação em Cachoeira Paulista dos fluxos ferroviários da Companhia São Paulo e Rio de Janeiro e da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 8 de julho de

1877, expressa também pelo termo inicial jurídico mais evidente do célebre primeiro Código de Posturas do Município, aprovado por lei provincial de 14 de maio de 1873, amplamente alterado em 31 de março de 1875 (por Resolução camarária de n.º 62) e ao depois, em 6 de outubro de 1886, os procuradores do Município de São Paulo viabilizassem a vontade política desenvolvimentista expressa pelas instâncias decisórias municipais. Obras importantíssimas como os redimensionamentos dos logradouros centrais, retificados, ampliados e *aformoseados* ainda nos prolegômenos desse processo e assim também os *melhoramentos* preconizados por Augusto Carlos da Silva Telles nos albores da centúria e implementados ainda em parte sob a orientação de Bouvard. Todavia, como o incremento irrefreável da dimensão urbana da metrópole a criação do Departamento de Desapropriações tornou-se vicissitude indeclinável, tardamente reconhecida em 1977, pelo Decreto n.º 14.515, de 29 de abril, que considerando "a conveniência de criar um Departamento especializado em desapropriações, com apoio de serviços de topografia, desenho e avaliações, para o melhor desempenho do Município nesse importante campo, fundamental para o desenvolvimento urbano", criou o DESAP (art. 2.º, IV), com as competências referidas em seu art. 9.º e mediante a transferência para a Secretaria dos Negócios Jurídicos do Departamento de Avaliações e Taxa de Melhoria da Secretaria de Vias Públicas, com a denominação: Departamento de Desapropriações...

### ***Governo Provisório e Regimes das Constituições de 1946 e 1967***

Entrementes, ainda sob a forma de Decreto-Lei, malgrado o fim do Estado Novo em 29 de outubro de 1945, o Ato n.º 333, de 27 de dezembro de 1945, reorganiza a estrutura administrativa da Prefeitura, sob o espírito liberal de seus *consideranda*:

"(...) a reestruturação legal do país se propõe a devolver aos Municípios, notadamente das capitais, na preservação de sua autonomia e prestígio;

considerando que só um regime de descentralização administrativa, permitindo melhor especialização de funções e ao mesmo tempo liberando a autoridade superior para a sua verdadeira função coordenadora e diretiva (...)"

e cria (art. 1.º) a Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos, constituída pelos antigos Departamentos Jurídico e do Expediente e Pessoal, pela Subdivisão do Patrimônio e pela Comissão Municipal de Serviço Civil; agigantado organismo que a par das secretarias de Cultura e Higiene; de Finanças e de Obras e Serviços, desconcentrava a Função Executiva.

A complexificação urbana paulistana, que ao cabo da Segunda Grande Guerra, já contava com uma população provável de mais de vinte por cento dos habitantes do Estado de São Paulo<sup>43</sup>, a dificultar o controlo do considerável corpo de próprios do Município,

<sup>43</sup> Em 1940, alçava a 18,5% , o que seria majorado em 1950 a 21,4% da população citada (<http://www.ibge.gov.br>, Séries Estatísticas & Séries Históricas)

implicou inarredavelmente a necessidade de criação de uma Procuradoria Patrimonial no âmbito do Departamento Jurídico, instituída mediante redistribuição de procuradores e outros servidores do Departamento, incorporação da antiga Subdivisão do Patrimônio e com estruturação inicial de três subprocuradorias e uma subdivisão administrativa (Decreto-Lei n.º 340, de 24 de janeiro de 1946, arts 1.º a 3.º). Mais além, quando da promulgação da Lei n.º 5.531, de 17 de julho de 1958, sobre que adiante se versará, foi tal órgão transformado em Departamento Patrimonial; já esse Departamento como Departamento de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio - DEMAP, em que foi reestruturado PATR, tem recente conformação, atribuída pelo Decreto n.º 51.821, de 27 de setembro de 2010.

Ainda em 1947, vigendo a Constituição promulgada em 18 de setembro de 1946 e ao tempo em que o Secretário de Negócios Internos e Jurídicos era o Procurador Oswaldo Aranha Bandeira de Mello e era Secretário das Finanças o Procurador e futuro Governador Carlos Alberto de Carvalho Pinto, pelo Decreto-Lei n.º 405, de 11 de março, se procederam a alterações no âmbito da recentemente estruturada Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos, a que estava subordinado o Montepio Municipal, atual IPREM (art. 26)<sup>44</sup>, para substituir a Subdivisão do Patrimônio pela Comissão de Organização e Planejamento (art. 1.º). Era então cometida à Procuradoria Fiscal a cobrança judicial de toda a dívida ativa, além de qualquer outro crédito do Município não proveniente de ações de competência das outras procuradorias (art. 4.º), enquanto que à Procuradoria Administrativa calhavam a inscrição da Dívida Ativa e a sua cobrança amigável (art. 7.º), sendo nesse Diploma posto que o futuro Procurador a quem caberia a direção da Procuradoria que automaticamente sucederia a Divisão de Cobrança Amigável e Inscrição da Dívida Ativa quando da vacância de sua Chefia, teria atribuição de assinar as certidões de dívida, as petições iniciais dos executivos e de dar orientação jurídica à cobrança amigável. O saboroso art. 31 do Decreto-Lei, que dá a nota de sua presuntiva autoria ao reputado administrativista a quem então cabia a Pasta dos Negócios Internos e Jurídicos, cautelarmente esclarece os limites da desconcentração administrativa e das delegações de funções expressas no ato dito. Este diploma foi objeto de regulamentação pelo Decreto n.º 1.186, de 30 de agosto de 1950.

Ato de implicações práticas de relevo foi a Portaria PREF. n.º 80, de 6 de abril de 1957, que criou o Escritório de Representação do Município de São Paulo no Rio de Janeiro, designando para chefia-lo, o Procurador do Departamento Jurídico da Municipalidade, ficando a ele subordinados todos os serviços e funcionários que tratavam desses interesses. A messe crescente de feitos afetos ao Município a tramitar por tribunais superiores, sobretudo pelo Augusto Sodalício, exigiu essa complexificação orgânica, que ainda hoje é de rigor manter. Entretanto, é de notar-se que em 21 de abril de 1960, com a transferência da Capital da República da velha cidade de São Sebastião para Brasília, foi necessário atualizar aquela providência, que de resto era já provisória, posto que as obras

<sup>44</sup> Os serviços jurídicos afetos àquela Autarquia cabiam ao Procurador-Auxiliar que por força do Decreto-Lei n.º 408, de 14 de março de 1947, art. 10, passou a integrar os quadros do então Montepio Municipal. Dispôs o Decreto n.º 1.180, de 30 de agosto de 1950, art. 105: "As relações entre os órgãos administrativos do Montepio Municipal e o seu superintendente, o Prefeito, processar-se-ão por intermédio do Secretário de Negócios Internos e Jurídicos." A Lei n.º 7.304, de 30 de abril de 1969, em seu art. 1.º, facultou que os serviços judiciais, inclusive de representação do Montepio calhasse a servidores de seu quadro, ocupantes de cargo de Procurador, ou a Procurador do quadro da Prefeitura.

iniciais no Planalto Central para fundação da nova sede da República foram principiadas em 1956.

O regramento afeto aos direitos e deveres dos senhores procuradores antes da criação da Procuradoria-Geral do Município é por demais difuso para ter tratamento pormenorizado neste vôo de pássaro sobre sua história, mas é possível dar aqui ao menos idéia muito pálida desse conjunto de normas com o pinçar de seus excertos: a Portaria PREF n.º 56, de 5 de setembro de 1953, previa especificidade no cumprimento da jornada de trabalho, pois que os procuradores observariam para tanto a adotada para o expediente forense. A Lei n.º 4.924, de 22 de fevereiro de 1956, vedou o exercício da profissão de advogado por Procurador, ressalvado direito adquirido à opção pelo anterior regime, mediante uma compensação de um terço de sua retribuição atual, ou futura adicional, que à retribuição se incorporaria para todos os efeitos; sendo que ao cabo de cinco anos, dispensado o interstício em caso de compulsória, de exercício do cargo sob o novel regime, o valor em referência seria agregado ao montante devido mensalmente a título de aposentadoria (art.s 1.º, 2.º, 4.º *caput* e §3.º, 6.º e par. ún.). Sobre tal matéria dispôs, concedendo prazos para opção pelo novo regime a Lei n.º 5.447, de 27 de dezembro de 1957, art. 1.º e §§. Pouco durou a restrição, já que a Lei n.º 4.924, de 22 de fevereiro de 1956 foi ab-rogada pela Lei n.º 6.226, de 4 de janeiro de 1963. Na década seguinte, pela Lei n.º 8.215, de 7 de março de 1975, art.s 8.º e 9.º, foi instituído o Regime de Dedicção Plena e Exclusiva - RDPE, regulamentado pelo Decreto n.º 12.172, de 25 de agosto de 1975. Eventualmente o Procurador fazia jus a outras verbas, às vezes significativas, como a gratificação de representação, ou de gabinete, nos termos da Lei n.º 7.747, de 27 de junho de 1972, art.s 4.º e 5.º. A Lei n.º 8.723, de 19 de maio de 1978, atribuiu aos senhores procuradores honorários advocatícios que sabiam, ainda que com distinta natureza jurídica, às percentagens de arrecadação acima citadas, a que faziam jus desde a Lei s/n.º de 1.º de outubro de 1828, art. 81 *in fine*, o que foi objeto de ampliação pela Lei n.º 8.778, de 19 de setembro de 1978, sobretudo art. 1.º, e de regulamentação pelos decretos n.ºs 15.543, de 12 de dezembro de 1978; 17.504, de 21 de agosto de 1981. Aliás a verba dita serviu de paradigma para as percebidas pelos procuradores autárquicos do IPREM (Decreto n.º 18.123, de 6 de agosto de 1982), do Serviço Funerário Municipal (Decreto n.º 21.721, de 13 de dezembro de 1985), assim como pelos procuradores do Tribunal de Contas do Município (Lei n.º 10.050, de 14 de abril de 1986). Paralelamente, pelo Município a Associação dos Advogados da Prefeitura do Município de São Paulo foi declarada de utilidade pública pelo Decreto n.º 9.392, de 11 de março de 1971. O primeiro curso promovido por essa entidade em associação com a CEPAM foi objeto de oficialização pelo Decreto n.º 14.724, de 12 de outubro de 1977.

#### ***a. Início do Processo Empírico de Desconcentração Orgânica***

O ano de 1958 teve importância nodal para a história contemporânea dos procuradores do Município de São Paulo, como se verá em seqüência. O panorama que se descortinava aos coevos de então não é destituído de interesse para este breve esboço histórico. Teve início o mês de julho com o jornal O Estado de São Paulo, em sua edição n.º 25.509, do dia 1.º, a informar, nas páginas 28 e 29, estarem cotados pelo câmbio livre o dólar americano a CR\$ 134,00 e a libra esterlina a CR\$363,00 para compra e CR\$373,00

para venda. O sisudo periódico ainda avisava estar a cotação do dólar americano no mercado negro a CR\$ 132,00 para compra e CR\$133,00 para venda. Enquanto o Presidente Kubitschek conclamava os nacionais a realizar seu Plano de Metas e chantava nos ermos do Planalto Central as *empenas brancas* da "Capital da Esperança", estando as massas devidamente empulhadas pelos panegíricos que em unísono divulgava a *mídia* sobre os sucessos logrados por primeira vez pelo Brasil em uma Copa do Mundo (havida no mês anterior na Suécia) e pelo triunfo em imediata seqüência obtido por Adalgisa Colombo como *vice-miss-universo* ("1.º Colômbia, 2.º Colombo")<sup>45</sup>, tudo embalado pelos violões da Bossa Nova, os três milhões de compatriotas que foram receber nas ruas da Capital Federal a sua heróica Seleção<sup>46</sup>, a par da generalidade de seus patrícios, não se preocupavam muito com a assinalada carestia, que obrigaria a majoração do salário-mínimo para o Município de São Paulo, de CR\$3.700,00, vigente desde 1.º de agosto de 1956, a

47 ' ,

CR\$5.900,00 em 1.º de janeiro de 1959 . É fato que em comparação com os fastos da Administração do Grande Timoneiro de Pequim entre 1958 e 1961, talvez àqueles calhassem bem os sorrisos, posto que ao menos aqui não morreriam de fome trinta milhões de pessoas ao longo de quatro anos, em decorrência sobretudo de imperícia governamental comunista. Entretanto, enquanto por muitos dos 344.000 aparelhos de televisão então existentes no Brasil eram vistas as peripécias do *Capitão 7*, às 19h00, e as *Aventuras de Roy Rogers*, às 20h00, pela TV Record - Canal 7, de São Paulo<sup>49</sup>, a revista *Manchete*, n.º 325, de 12 de julho de 1958, fazendo coros paradoxais à euforia e ao complexo de inferioridade reinantes, tecia loas à indústria automobilística nacional: "De fato, a indústria brasileira de automóveis 'nasceu' há dois anos apenas, em junho de 1956. (...) Em dois anos foi espantoso o progresso. De janeiro a dezembro de 1958 teremos produzido mais de 60 mil veículos. (...) O crescimento dessa indústria em nosso país é um passo gigantesco que damos no sentido de atingirmos mais rapidamente o grau de nação civilizada."<sup>50</sup>

Atento ao teatro sobredito, como remunerava o Município então o seu Corpo de Procuradores? A Carreira fora reclassificada pela Lei n.º 3.780, de 4 de julho de 1949, tendo sido também objeto da Lei n.º 4.452, de 29 de janeiro de 1954 (art. 4.º e tabela III.<sup>a</sup>, n.º XII), que reestruturou de modo geral o funcionalismo, assim como das leis n.ºs 4.800, de 26 de setembro de 1955, art. 1.º; 5.071, de 29 de outubro de 1956, art. 1.º e 5.550, de 22 de outubro de 1958, art. 1.º. Em razão das revalorizações dos padrões W, X e Y, devidos respectivamente a: procuradores-chefes de subprocuradorias; procuradores-chefes de procuradorias e procuradores-assistentes-jurídicos; procuradores-diretores de departamentos, eles foram majorados de CR\$ 23.500,00; 24.700,00 e 26.000,00 mensais em outubro de 1956, para CR\$ 26.000,00; 27.200,00 e 28.600,00, em outubro de 1958, sendo que além de outras eventuais vantagens, os procuradores que se dedicassem exclusivamente ao Serviço do Estado, receberiam um terço de seus padrões de vencimentos

<sup>45</sup> Revista *Manchete* n.º 329. Bloch Editores S.A. Rio de Janeiro. 9 de agosto de 1958; capa

<sup>46</sup> Revista *O Cruzeiro* n.º 40, Caderno Extra: "O Cruzeiro na Copa do Mundo". O Cruzeiro S.A. Rio de Janeiro. 12 de julho de 1958; p. XX

<sup>47</sup> Decretos n.ºs: 39.604-A, de 14 de julho de 1956, Tabela A e 45.106-A, de 24 de dezembro de 1958, Tabela A

<sup>48</sup> [http:// www.tudosobretv.com.br](http://www.tudosobretv.com.br)

<sup>49</sup> Jornal *A Gazeta Esportiva* n.º10.044. Fundação Cásper Líbero. São Paulo. 12 de julho de 1958; p. 35

<sup>50</sup> pp. 88/89

a mais como compensação, segundo dispôs a Lei n.º 4.924, de 22 de fevereiro de 1956, do art. 2.º.

Por aquele tempo, de farta oferta de crediários, quanto custavam os bens da vida em São Paulo? O "5.º Grande Concurso Hermes" prometia<sup>51</sup> como primeiro prêmio um *Jeep Willys* no valor de CR\$295.000,00 e como segundo uma *Gullivette*, no importe de CR\$34.000,00. Assegurava ainda a oferta de prêmios secundários, dentre os quais: um relógio Mido Multifort, que valia CR\$7.600,00 e uma caneta Parker 51, com custo de CR\$1.500,00. O jornal A Gazeta Esportiva, de 12 de julho daquele ano, citado, anunciava na primeira página à venda por R\$18.970,00 um dormitório em estilo "provençal", de imbuia, modelo Imperador, com dez peças, na Indústria & Comércio Mobiliadora Tucuruvi Ltda., enquanto em outra parte ofertava emprego a um balconista de casemira, ordenado e comissões, pela base inicial de CR\$10.000,00 (p. 11). No distante bairro de Indianópolis, já valorizado pela recente inauguração do algo próximo Parque do Ibirapuera, durante os festejos do IV Centenário de São Paulo, em 1954, o dito jornal ofertava (p. 4): "Terrenos no bairro de Indianópolis - únicos terrenos vagos no local ao lado de finas residências. Entrada de CR\$20.000,00, prestações {não se falava quantas eram... o que era taticamente comum naquela época} de CR\$2.500,00 sem juros. Lotes de 10x25 e 8x25 a 200m da av. Indianópolis e Clube Sírio". Melhor seria, porém, residir no "Palacete no Jardim América" na esquina da r. Martinica com av. 9 de julho, dotado de cinco dormitórios e anunciado à venda na referida edição do dia 1.º de julho de 1958 do Jornal O Estado de São Paulo (p. 33), por sinal de CR\$1.000.000,00, mais CR\$1.800.000,00 na escritura e "C\$3.000.000,00 a combinar". Mas, enfim, se faltasse dinheiro para comprar na Pirani - "A Gigante do Brás", uma bicicleta Caloi, ou Monark, por CR\$30,00 "de entrada e o restante a combinar"<sup>52</sup>, ou para assinar por um ano a revista Manchete pelos valores de CR\$700,00 (porte simples), ou 1.400,00 (via aérea)<sup>53</sup>, a solução poderia estar no Grande Prêmio Brasil, pago pelo Jockey Club Brasileiro, no valor de CR\$ 3.500.000,00, ao vencedor. Mais felizardo seria o ganhador do *sweepstake*, que embolsaria CR\$30.000.000,00<sup>54</sup>...

Entretanto, tornando aos escaninhos da Burocracia, é de mister realçar que em 1958 teve início um processo de atomização da direção e coordenação técnica dos serviços jurídicos municipais, na gestão do Prefeito A. de Barros, que cujos maus frutos levaram, vinte e oito anos depois, à constatação do óbvio: a indeclinável necessidade de adoção de uma concepção cientificamente assisada de concentração dos órgãos jurídicos no âmbito de uma Procuradoria-Geral, para unívocas orientação dos senhores procuradores e supervisão da prestação eficaz dos serviços a seus cargos, como se positivou pela festejada Lei n.º 10.182, de 30 de outubro de 1986, malgrado resistências equivocadas, por iniciativa da Superior Administração de então.

A Lei n.º 5.531, de 17 de julho de 1958, extinguiu o Departamento Jurídico da Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos, para substituí-lo por quatro departamentos que sucederam as quatro procuradorias: Fiscal, Judicial, Administrativa, e Patrimonial, assim

<sup>51</sup> Revista O Cruzeiro n.º 42. O Cruzeiro S.A. Rio de Janeiro. 26 de julho de 1958; p. 40

<sup>52</sup> Jornal Última Hora n.º1905: edição matutina. Última Hora S.A. Rio de Janeiro. 10 de julho de 1958; p.17

<sup>53</sup> Revista Manchete Esportiva n.º138. Bloch Editores S.A. Rio de Janeiro. 12 de julho de 1958, p.30

<sup>54</sup> Revista Mundo Ilustrado n.º31. Mundo Gráfica e Editora S.A. Rio de Janeiro. 30 de julho de 1958, p.55

como à Divisão de Cobrança Amigável e Inscrição da Dívida Ativa, a saber: Consultivo, Fiscal, Judicial e Patrimonial (art. 1.º), sendo que os regulamentos dos três últimos foram postos respectivamente pelos decretos de n.ºs 4.169/1959 (e ao depois pelo Decreto n.º7.962/1969), 4.168/1959 e 4.063/1958. A mitigar a ausência de órgão técnico a coordenar os novéis serviços departamentais, havia o Conselho Legal, então criado (art. 2.º, *caput* e par. único), com natureza consultiva, integrado *ad honorem* pelos senhores diretores dos departamentos referidos, sob presidência do senhor Secretário da Pasta, com o escopo de coordenar "a implantação" das atividades previstas naquela Lei. Ora, como se vê, o Conselho Legal era órgão instituído sem propósito de definitividade, posto que ao cabo da implantação das atividades ditas perderia seu objeto. Restariam empós sem fanal técnico os departamentos, que por ausência de liame harmonizador, tenderiam a insular-se, com perigo de atuarem contraditoriamente, com prejuízos potenciais inadmissíveis para o Município.

O Departamento Consultivo, a quem competia promover estudos jurídico-administrativos para o Município, processar inquéritos e sindicâncias, elaborar representações do Município ante os poderes constituídos, assim como representar o Município nos atos de tabelionato compreendidos no âmbito de competência do Departamento (art. 3.º), constituía-se de Diretoria, três procuradorias e de um Serviço de Biblioteca dos Departamentos (art. 4.º). Sua Terceira Procuradoria (art. 7.º) foi matriz do atual Departamento de Procedimentos Disciplinares, assim como a sua Biblioteca foi aproveitada como biblioteca: do Departamento Judicial (Lei n.º 7.743, de 21 de junho de 1972, art. 5.º, I) e, em após, da Consultoria Jurídica da Secretaria dos Negócios Jurídicos - CONSULT (Decreto n.º 14.515, de 29 de abril de 1977, art. 3.º, par. ún., *a*) e da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo (Lei n.º 10.182, de 30 de outubro de 1986, art. 1.º, II, *a*, 1). Regulamentado pelo Decreto n.º 4.171, de 14 de março de 1959, o Departamento Consultivo não teve longa duração, posto que foi extinto pela Lei n.º 7.743, de 21 de junho de 1972, art. 4.º, o que se compreende ante a relativa diversidade de suas competências. Todavia, o Decreto n.º 14.515, de 29 de abril de 1977, arts 2.º, V e 3.º, dispôs que as atribuições de consultoria dos Departamentos da Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos eram transferidas por aquele ato para a Consultoria Jurídica da Secretaria dos Negócios Jurídicos (CONSULT), à qual competia "o estudo dos assuntos de natureza jurídico-administrativa de interesse do Município." Ao novo órgão foram transferidas as atribuições, acervo e pessoal de DAMU-403 (Seção de Biblioteca desse Departamento, a que então se agregou a Biblioteca do Departamento Judicial) e DAMU-401 (Seção de Referência Legislativa do Departamento de Administração em referência). Entretanto, por razões de ordem prática em uma Era anterior ao advento da *Internet*, o Decreto n.º 14.891, de 11 de janeiro de 1978, em seu art. 9.º, facultou aos Departamentos da Secretaria dos Negócios Jurídicos a manutenção de núcleos de bibliotecas especializadas sob orientação técnica da Seção de Biblioteca de CONSULT.

O Distrito de Santo Amaro, que restou desincorporado desta Capital de 1832 até o advento do Decreto Estadual n.º 6.983, de 22 de fevereiro de 1935, passou a dispor de uma Procuradoria subordinada diretamente a sua Subprefeitura, por força do disposto no Decreto n.º 4.170, de 14 de março de 1959, art. 1.º. Todavia, para os atos e termos complementares ou executórios em relação aos atos preparatórios e instrutórios de processos e expedientes de interesse da Subprefeitura, prevalecia a competência específica



de cada um dos departamentos da Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos então existentes. Secundou o Decreto dito o congênere de n.º 4.786, de 19 de setembro de 1960, que se mostrou inexecutável e foi revogado pelo Decreto n.º 4.878, de 20 de setembro de 1960.

Exemplo da desorientação administrativa decorrente da opção pelo Norte centrífugo expresso pela Lei n.º 5.531, de 17 de julho de 1958, acima referido, é o da errática atribuição dos serviços de cobrança da dívida ativa municipal. O Decreto n.º 4.169, de 14 de março de 1959 (art. 1.º, I e II) confiou a sua inscrição, a par de suas cobranças extrajudicial e judicial ao Departamento Fiscal da Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos. Já o Decreto n.º 6.153, de 23 de junho de 1965, centralizou a cobrança amigável referida "sob o comando do Grupo de Trabalho GT-10-02F/65, integrado por membros das secretarias municipais das Finanças e de Negócios Internos e Jurídicos (...) precária e temporariamente" sob o nome "Cobrança Amigável" e prefixo "S.F.8" (arts 2.º e 4.º). Já o Decreto n.º 6.321, de 17 de dezembro de 1965 atribuiu exclusivamente à Secretaria das Finanças não só a inscrição (!) dos débitos no rol da dívida ativa para fim de ajuizamento, como também o recebimento de débitos fiscais vencidos e ainda não ajuizados, de qualquer exercício. Os ajuizados permaneceriam sob cura da Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos (arts 1.º e 2.º). Já o Decreto n.º 6.861, de 8 de fevereiro de 1967, justificando o *decisum* de que foi continente mediante longa série de *consideranda*, cuja tônica era a "necessidade, por conveniência do serviço, de orientação e comando únicos nos problemas fiscais, principalmente em consequência da nova sistemática tributária, já em vigor, no Município", a par do que se fizera com a Procuradoria Fiscal do Estado, que se encontrava, igualmente sem o comando unificado da PGE, transferiu o Departamento Fiscal para a Secretaria das Finanças (art. 1.º). Em seqüência, a "'Cobrança Amigável' da Secretaria das Finanças (...) passou a subordinar-se diretamente ao Departamento Fiscal (FISC)", por força do Decreto n.º 6.987, de 28 de abril de 1967. Isto para, empós, o Decreto n.º 7.205, de 5 de outubro de 1967 revogar os decretos n.ºs 6.153, de 23 de junho de 1965 e 6.321, de 17 de dezembro de 1965, com o fito de restabelecer o teor do Decreto n.º 4.169, de 14 de março de 1959! Paradoxalmente, quando da positivação do Decreto n.º 14.663, de 19 de agosto de 1977, um Departamento Jurídico Fiscal reestruturado e competente para inscrever toda a dívida ativa municipal, cobrá-la extrajudicial e judicialmente, com os amplos consectários de tal (arts 1.º, 2.º e 7.º), compunha a Secretaria... das Finanças! A tal só se pôs cobro com a criação da Procuradoria-Geral...

A Lei n.º 7.052, de 20 de outubro de 1967, criou um órgão central de administração geral: o Departamento de Administração do Município de São Paulo - DAMU (art. 1.º), subordinado diretamente ao Prefeito. O mesmo diploma extinguiu as comissões Municipal do Serviço Civil e de Organização e Planejamento, até então integrantes da Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos, cujas funções passaram à alçada do DAMU, a quem cabia efetuar "sindicâncias e inquéritos administrativos referentes a irregularidades no serviço público e faltas funcionais ou disciplinares, propondo ou aplicando as devidas penalidades" (art. 1.º, VII), "assim como estudar os casos de acumulação de cargos e funções e sugerir as medidas aplicáveis" (art. 1.º, VIII). Pela citada Lei (art. 5.º) a 3.ª Procuradoria do Departamento Consultivo e a Comissão Disciplinar Permanente eram deslocadas de SNJ para o DAMU, sendo também apontada a extinção ulterior por Decreto do Departamento de Expediente e do Pessoal da Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos (art. 15). A

promulgação da Lei em análise é mais um atestado da impraticabilidade de geração de utilidades públicas em decorrência de difusão dos serviços jurídicos do Município. A tenção de unificar organicamente a Administração Geral, ao ignorar a inarredável vicissitude de intangibilidade do corpo orgânico prestador de serviços jurídicos típicos do Município, autonomamente coordenado, impediu a apropriada consecução do próprio fim colimado pelo Diploma, posto que fez tardar o aperfeiçoamento do controlo da regularidade administrativo-disciplinar da atuação dos servidores, que a experiência demonstrou ser de mister confiar a PROCED. Assim o Município antes de adotar a solução lógica presente com desejável presteza, vagou pelas escumas: o Decreto n.º 8.161, de 12 de maio de 1969 subordinou Procuradoria de Inquéritos - 3.ª Procuradoria - diretamente à Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos. O Decreto n.º 8.625, de 23 de janeiro de 1970 alterou-lhe a nomenclatura para Procuradoria de Inquéritos, Sindicâncias e Justificações Administrativas (S.J.2). A Lei n.º 7.743, de 21 de junho de 1972, em seu art. 6.º, *caput* e par. único, extinguiu a Procuradoria de Inquéritos, absorvida que foi pela Procuradoria Administrativa do Departamento de Administração do Município de São Paulo. Paralelamente, se o Decreto n.º 15.096, de 9 de junho de 1978 organizou a Procuradoria de Auditoria do Pessoal da Secretaria de Serviços Internos, com bafejos de contemporaneidade, pois que em seus dispositivos são pressentidas as alvíssaras de PROCED, o Decreto n.º 17.470, de 30 de julho de 1981, trilha vereda diametralmente oposta: já que extingue a Procuradoria de Auditoria do Pessoal, que então compunha a Secretaria Municipal da Administração (art. 6.º), para delegar a cada um dos secretários municipais, no âmbito de suas áreas, como também às coordenadorias do Bem-Estar Social e Geral de Planejamento, competência para determinar a instauração de sindicâncias, processos sumários e inquéritos administrativos, bem como de decidi-los, majoritariamente, a par dos processos administrativos para exoneração de servidor em estágio probatório (art.s 1.º e 2.º), dentre outras atribuições congêneres, como promoção de justificações administrativas (art. 11). Não fosse bastante, mantinha-se a Comissão Especial de Inquérito sobre Alvarás de Conservação - CEIAC, criada por Portaria do Secretário de S.S.I., porém subordinada desde então à Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano... Como era de antecipada evidência solar, não foram auferidos os efeitos pretendidos, já que em menos de dois anos de diáspora, por obra do Decreto n.º 19.014, de 13 de setembro de 1983, convergiram às miríades os feitos disciplinares e afins à competência da Secretaria dos Negócios Jurídicos, por intermédio da ressurrecta Procuradoria de Auditoria do Pessoal, concentrando-se as competências espargidas pelos diversos titulares de pastas e citadas coordenadorias e CEIAC, na pessoa do Senhor Secretário dos Negócios Jurídicos (art.s 1.º, 7.º e 14). Entretanto a acidentada trajetória da Procuradoria de Auditoria do Pessoal prosseguia erraticamente, já que após as úteis prescrições do Decreto n.º 19.014, de 13 de setembro de 1983, foi ela, em nova odisséia, transferida para a Secretaria Municipal de Defesa Social, por força do Decreto n.º 21.860, de 14 de janeiro de 1986 (art.s 1.º e 2.º), "com toda a sua estrutura, cargos, funções, materiais, recursos, pessoal e instalações correspondentes", para ao cabo de pouco mais de dois meses tornar ao regaço da Secretaria dos Negócios Jurídicos, ante a publicação do Decreto n.º 22.054, de 25 de março de 1986, cujo art. 2.º, atribuiu, todavia, aos secretários das mais pastas municipais competências para: determinar averiguações preliminares e instauração de processos sumários, decisão de parte desses, bem como para instaurar e decidir procedimentos que culminassem com pena de demissão em caso de abandono de cargo, faltas ao Serviço Público por mais de sessenta dias interpolados durante o ano sem justa causa e ineficiência no Serviço. O art. 3.º do mesmo ato atribuiu ao Secretário

Municipal da Administração competência para processar sindicância originária de Relatório de Acidente de Tráfego - RAT, cujo resultado seria objeto de deliberação do Conselho Municipal de Acidentes com Viaturas Municipais - COMUV. Como se vê, assisadamente a Superior Administração bem percebeu e rapidamente, os escolhos que ameaçavam aquela rota de navegação, tornando a barca do Estado à senda racional, o que se aprimorou de forma a merecer encômios, mediante a Lei n.º 10.182, de 30 de outubro de 1986 (art. 1.º, II, f), com a criação do Departamento de Procedimentos Disciplinares, no âmbito da adventícia Procuradoria-Geral do Município de São Paulo.

***b. Fim do Processo Empírico de Desconcentração Orgânica com a criação da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo***

Salta aos olhos do exposto que a Lei n.º 10.182, de 30 de outubro de 1986, marcou o ponto de reversão completa da desorientação jurídica do Município a partir de 1958, quando ao tempo da administração A. de Barros se extinguiu o Departamento Jurídico da Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos pela Lei n.º 5.531, de 17 de julho de 1958. Ao criar a Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, inspirada na Lei Complementar Estadual n.º 478, de 18 de julho do mesmo ano de 1986, que reorganizou a Procuradoria-Geral do Estado, definiu suas atribuições e dispôs sobre o regime jurídico dos integrantes da Carreira de Procurador do Estado de São Paulo, ela estancou o processo de ruína orgânica das procuradorias, que ameaçava a excelência, desde sempre assinalada nos anais do Estado, dos serviços prestados pelos senhores procuradores deste Município, bem como lançou os cimentos para a ereção de um organismo jurídico centralizado de sabor contemporâneo, digno da indelével memória dos feitos dos primevos procuradores nesta Casa, que hoje abriga o corpo de procuradores que ora lhe bafeja a vida e capaz de ser o garante da consecução da vontade política apta a conduzir este Município a seu alto destino.

Na esteira da formulação da Lei n.º 10.182, de 30 de outubro de 1986, e de seu Decreto regulamentar de n.º 23.091, de 13 de novembro de 1986, propostos pelo então Secretário de Negócios Jurídicos do Município de São Paulo, depois Governador do Estado de São Paulo, Cláudio Salvador Lembo, ao Prefeito Jânio da Silva Quadros, procedeu-se à elaboração de legislação decorrente de suas concretudes, como o Decreto n.º 23.304, de 15 de janeiro de 1987, que regulamentou a carreira de Procurador; o Decreto n.º 23.344, de 22 de janeiro de 1987, que instituiu os prêmios: *Trabalho Relevante do Ano* e *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello*; o Decreto n.º 23.746, de 21 de abril de 1987, que dispôs (art.s 1.º, 2.º e 4.º); sobre a extinção da Consultoria Tributária do Departamento Fiscal, transferindo seu Serviço de Biblioteca para a unidade que recebeu a competência dessa: a Assessoria Jurídico-Consultiva da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo (PGM.AJC); o Decreto n.º 24.940, de 13 de novembro de 1987, que criou a Subprocuradoria de Locação de Imóveis - PATR.25, absorvendo o antigo Serviço Autônomo de Locações do Departamento Patrimonial (art.s 1.º e 2.º); o Decreto n.º 25.618, de 25 de março de 1986, que com larga visão, criou o Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral deste Município, instalado *ab ovo* no primeiro imóvel objeto de resolução de tombamento pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRES (Resolução n.º 1/CONPRES/1988, de 2 de novembro de 1988), um

antigo sobrado eclético sito na av. Brigadeiro Luís Antônio n.º 42, que fora propriedade da Excelentíssima Senhora Baronesa de Limeira.

## ***Regime da Constituição de 1988***

### ***a. De 1989 a novembro de 2008***

No interregno entre 1989 e novembro de 2008 foram positivados atos afetos à Procuradoria-Geral, dentre os quais podem ser salientados: a Lei n.º 11.099, de 25 de outubro de 1991, que determinou a criação de uma comissão mista especial, para rever e consolidar a legislação municipal a cada quadriênio, com auxílio da Procuradoria-Geral; o Decreto n.º 42.817, de 31 de janeiro de 2003, que instituiu no âmbito da Procuradoria-Geral o Núcleo de Apoio às Subprefeituras; a Lei n.º 13.519, de 6 de fevereiro de 2003, que dispôs sobre competências do Departamento de Procedimentos Disciplinares; a Lei n.º 13.552, de 7 de abril de 2003, que transferiu cargos de Procurador dos quadros do IPREM para o Quadro da Procuradoria-Geral do Município; o Decreto n.º 43.233, de 22 de maio de 2003, derogado pelos decretos de n.ºs 46.861, de 27 de dezembro de 2005 e, já no período seguinte, 48.983, de 28 de novembro de 2007, que regulamentam os procedimentos administrativos disciplinares e correlatos do Município; o Decreto n.º 43.626, de 11 de agosto de 2003, que denominou: "Lúcia Maria Moraes Ribeiro de Mendonça" o Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, que foi também objeto da Portaria n.º 24, de 28 de outubro de 2005, da Procuradoria-Geral, que a ele atribuiu o desenvolvimento de pesquisa doutrinária e jurisprudencial em apoio aos departamentos da PGM. No transcurso do primeiro mandato de Gilberto Kassab como Prefeito, foram postos, v.g.: a Portaria PGM n.º 23/2006, de 7 de setembro de 2006, que criou a Comissão Permanente de Correição, para assegurar controle permanente da atividade administrativa dos servidores vinculados à Procuradoria-Geral; foi aprimorada a seleção de estagiários para a Procuradoria-Geral, com adoção de concursos públicos para tal (Portaria PGM n.º 31, de 31 de outubro de 2006). Por iniciativa executiva anterior, de 2005, foi criada nesse período a Corregedoria-Geral do Município de São Paulo, apartada da Procuradoria-Geral e vinculada diretamente à Secretaria do Governo Municipal (Lei n.º 14.349, de 5 de abril de 2007, art.1.º); foi atribuída competência à Procuradoria-Geral do Município para representar judicialmente o Instituto de Previdência Municipal - IPREM (Lei n.º 14.669, de 14 de janeiro de 2008, art. 10); foram instituídas novas escalas de padrões de vencimentos e alteração de remuneração das carreiras de Procurador do Município, com o escopo de minorar assimetrias consideráveis até então existentes (Lei n.º 14.712, de 4 de abril de 2008, derogada pelas leis n.ºs 14.715, de 8 de abril de 2008, art. 31 e 15.001, de 22 de outubro de 2009). A Lei n.º 14.800, de 25 de junho de 2008, autorizou a Procuradoria-Geral a não ajuizar ações relativas a débitos fiscais de pequena expressão econômica e cancelou débitos prescritos, dentre outras providências com reflexos nítidos na gestão da Dívida Ativa municipal, além de regular a representação fiscal por procuradores do Município no Conselho Municipal de Tributos (os critérios para sua aplicação foram objetos da Portaria n.º 18/2011- PGM.G, de 3 de maio de 2011, republicada no dia 7 daquele mês). Entretanto o período em comento foi caracterizado menos pela inovação legislativa do que pela paulatina consolidação da Procuradoria-Geral por meio do aprimoramento das praxes afetas à prestação dos serviços que lhe competem disponibilizar

sob supervisão unívoca do Procurador-Geral do Município, com indiscutível ganho para a Administração Pública.

### ***b. De novembro de 2008 a junho de 2011***

Todavia, a partir da fase subsequente, iniciada em 28 de novembro de 2008, com o retorno à Secretaria dos Negócios Jurídicos da mesma orientação científica que presidiu a criação da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, por obra do atual Secretário Cláudio Salvador Lembo, houve forte dinamização da feitura de legislação concernente à Procuradoria-Geral por iniciativa sobretudo do Poder Executivo, a implicar rápida atualização da estrutura desse órgão. A Portaria Intersecretarial n.º 8/2008-SNJ, de 24 de dezembro de 2008, criou o Grupo Especial de Auditoria - GEA, para auditoria das subprefeituras sob coordenação de Procurador do Município. Já a atuação de procuradores do Município fora das unidades componentes de SNJ, com prévia oitiva da Procuradoria-Geral e com autorização do titular da Pasta foi regulamentada pelo Decreto n.º 50.487, de 13 de março de 2009, com o fito de conferir objetiva racionalização na distribuição dos senhores procuradores pelos órgãos da Administração. De grande relevo para a eficiência da Administração é a Consolidação das Normas da Secretaria dos Negócios Jurídicos e da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo ordenada pela Portaria SNJ.G n.º 28/2009, de 11 de agosto de 2009, que ora se apresta. Ainda nessa data, o Decreto n.º 50.780, com a cessão a título precário da antiga sede do CEJUR à USP, autorizou a realização de ato visando à cooperação institucional acadêmica entre ambas as instituições, com o propósito de fomentar o aperfeiçoamento da capacitação funcional dos servidores municipais, em especial dos senhores procuradores, mediante o qual a USP em contrapartida se obriga à disponibilização de cursos jurídicos em grau de extensão e pós-graduação com tal escopo. A viabilização do sobredito convênio expressar-se-ia, sobretudo, mediante a Escola Superior de Direito Público Municipal - São Paulo, cuja criação foi objeto de estudos preliminares determinados pelo Senhor Secretário dos Negócios Jurídicos por meio da Portaria SNJ.G n.º 29/2009, de 18 de agosto de 2009. Ainda a Portaria SNJ.G n.º 31/2009, de 25 de agosto de 2009, suspendeu por tempo indeterminado modificações no Quadro de Procuradores do Município, excetuados casos específicos analisados pelo Titular da Pasta, pelo Procurador-Geral e submetidos a parecer do Conselho da Procuradoria-Geral do Município. A instalação do Museu da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo foi outro ato preclaro havido neste período, tendo sido determinado pela Portaria PGM.G n.º 32/2009, de 25 de agosto de 2009. Ordenada pela Portaria SNJ.G n.º 33/2009, de 29 de agosto de 2009, foi também a elaboração do Ementário das decisões de PROCED, a ser semestralmente atualizado. A importante publicação do Ementário de decisões resultantes dos procedimentos da competência de PROCED aprovadas por SNJ foi objeto de publicação no DOC de 24 de maio de 2011, em suplemento específico; A Escola Superior de Direito Público Municipal da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, de tão risonhas esperanças, foi instituída pelo Decreto n.º 50.931, de 20 de outubro de 2009. Criou-se a função de "Procurador Coordenador de Mandados" no âmbito do Gabinete do Senhor Procurador-Geral, pela Portaria PGM.G n.º 33/09, de 22 de outubro de 2009. Pela Portaria n.º 37/09-PGM, de 14 de novembro de 2009, constituiu-se "Comissão Permanente para Estudos de Modernização da PGM". Ao empírico depósito de raridades bibliográficas e documentais outrora existente na PGM, informalmente

nominado: "Sala de Obras Raras Oswaldo Aranha Bandeira de Mello" foram conferidos institucionalização e, sobretudo, metodologia científica para seleção, custódia e tratamento do acervo que a compõe, nos termos da Portaria Conjunta n.º 2/09-SNJ/PGM, publicada em 5 de dezembro de 2009, em amplas instalações, devidamente restauradas e dotadas de artísticas estantes históricas, em edifício tombado, cujas conclusões se ultimam com os cuidados técnicos de rigor afetos aos controlos lumínicos, xilófagos, termo-hídricos e de segurança. Buscou-se também a concentração inicial dos novos procuradores nomeados necessariamente no âmbito da Procuradoria-Geral, para melhor orientação e supervisão de seus atos durante o estágio probatório, em consonância com o citado Decreto n.º 50.487, de 13 de março de 2009, mediante a Portaria Conjunta n.º 1/10- SNJ/PGM, de 11 de março de 2010. A Câmara de Conciliação de Precatórios foi instituída pelo Decreto n.º 51.378, de 31 de março de 2010, ao depois derogado pelo Decreto n.º 52.011, de 17 de dezembro de 2010, com poderes para celebração de acordos diretos nos termos dos Decretos n.ºs 52.012, de 17 de dezembro de 2010 e 52.312, de 13 de maio de 2011 (este a derogar ambos os precedentes), e composta de conformidade com o disposto nas portarias n.ºs 003/20011-PGM.G, de 6 de janeiro de 2011 e 30/2011- PGM.G. As portarias conjuntas n.ºs 1/2011-SNJ.G e 2/2011-SNJ/PGM instituíram e estruturaram a Comissão para Cadastro de Precatórios. O Decreto n.º 51.638, de 19 de julho de 2010 regulamentou o procedimento expropriatório de bens úteis, ou necessários, à Administração, com amplos reflexos no Departamento de Desapropriações, que subsidiou sua elaboração; Ampliou-se a representação no Conselho da Procuradoria-Geral do Município mediante o Decreto n.º 51.679, de 2 de agosto de 2010. Providenciou-se o aprimoramento da arrecadação mediante a contratação de prestação de serviços especializados de sistema de execução fiscal digital, como a objeto da Concorrência n.º 1/PGM/2010 para aquele fim. Ato de largas implicações foi o Decreto n.º 51.821, de 27 de setembro de 2010, que reestruturou o Departamento Patrimonial como Departamento de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio - DEMAP. Conferiu-se nova disciplina legal aos prêmios: *Trabalho Relevante do Ano* e *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* mediante o Decreto n.º 51.870, de 20 de outubro de 2010. Instituiu-se o Núcleo de Acompanhamento de Parcerias na Procuradoria-Geral do Município, pelo Decreto n.º 51.897, de 27 de outubro de 2010. Constituiu-se Comissão Organizadora dos Eventos Comemorativos dos 25 anos de Criação da Procuradoria-Geral do Município, mediante a Portaria n.º 44/10 de 23 de dezembro de 2010. Positivou-se o Regimento Interno do Conselho da Procuradoria-Geral do Município, republicado no DOC de 13 de janeiro de 2011. Providenciou-se o aperfeiçoamento da arrecadação de herança jacente pelo Município e sua administração (Portarias n.ºs 19/11-PGM.G, de 26 de março de 2011 e 010/2011-DEMAP.G, de 20 de abril de 2011; ). O Decreto n.º 52.411, de 15 de junho de 2011 criou o Núcleo de Coordenação de Heranças Jacentes e derogou o citado Decreto n.º 51.821, de 27 de setembro de 2010; foi ainda fomentada a melhoria da arrecadação de multas de trânsito pela Procuradoria-Geral (portarias intersecretariais n.ºs 3/2011- SNJ/PGM/SMT, de 8 de fevereiro de 2011 e 4/2011- SNJ/SMT/SF, de 2 de abril do corrente). Disciplinou-se mediante o Decreto n.º 52.227, de 4 de abril de 2011, o procedimento de apuração de atos de improbidade administrativa por PROCED. Foram regulamentadas as correções no âmbito da Procuradoria-Geral mediante o Decreto n.º 52.272, de 25 de abril de 2011, bem como foi conferido Regimento Interno à Biblioteca e à Seção de Referência Legislativa da Procuradoria-Geral, pela Portaria n.º 32/11- PGM.G.

Como corolário da atividade concentrada neste período ultima-se uma grande consolidação das normas postas pela Secretaria dos Negócios Jurídicos e pela Procuradoria-Geral do Município.

### ***Conclusão***

Por todo o exposto percebe-se que a presente Procuradoria-Geral não é senão o atual estágio de um *continuum* de quase cinco séculos. Ela guarda ainda em nossos dias essencialmente a estrutura de sua conformação proporcionada pelo oportuno diploma legal que a gestou em 1986 como organismo consolidado, que, malgrado a notória utilidade que teve para o Município, após um quarto de século clama por uma maior atualização, que está a ser encetada com a necessária detença, em feliz quadrante para São Paulo.

Naturalmente não é admissível crer que em tão limitado espaço se possa dar senão prolegômenos de notícias de uma corporação cuja atividade se estende por cerca de meio milênio de fastos. Assim, é de Interesse Público que se encete estudo sobre a História dos procuradores do Município de São Paulo com as devidas profundidade e extensão, para mais adequada compreensão da História de São Paulo, pois que são em tudo paralelas e complementares desde a própria fundação deste Município.

Carlos Eduardo GARCEZ MARINS

Procurador do Município de São Paulo

## PREFEITOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

	<b>Titular</b>	<b>Mandato</b>
1.	Antonio da Silva Prado	07/01/1899 - 15/01/1911
2.	Raymundo da Silva Duprat	16/01/1911 - 14/01/1914
3.	Washington Luís Pereira de Souza	15/01/1914 - 15/08/1919
4.	Álvaro Gomes da Rocha Azevedo	16/08/1919 - 15/01/1920
5.	Firmiano Morais Pinto	16/01/1920 - 15/01/1926
6.	José Pires do Rio	16/01/1926 - 23/10/1930
7.	Joaquim José Cardoso de Mello Neto	24/10/1930 - 05/12/1930
8.	Luiz de Anhaia Mello	06/12/1930 - 25/07/1931
9.	Francisco Machado de Campos	26/07/1931 - 13/11/1931
10.	Luiz de Anhaia Mello	14/11/1931 - 04/12/1931
11.	Henrique Jorge Guedes	05/12/1931 - 23/05/1932
12.	Goffredo da Silva Telles	24/05/1932 - 02/10/1932
13.	Arthur Saboya	03/10/1932 - 28/12/1932
14.	Theodoro Augusto Ramos	29/12/1932 - 01/04/1933
15.	Arthur Saboya	02/04/1933 - 22/05/1933
16.	Oswaldo Gomes da Costa	23/05/1933 - 30/07/1933
17.	Carlos dos Santos Gomes	31/07/1933 - 21/08/1933
18.	Antonio Carlos Assumpção	22/08/1933 - 06/09/1934
19.	Fábio da Silva Prado	07/09/1934 - 31/01/1938
20.	Paulo Barbosa de Campos Filho	01/02/1938 - 15/02/1938
21.	Fábio da Silva Prado	16/02/1938 - 30/04/1938
22.	Francisco Prestes Maia	01/05/1938 - 10/11/1945



23.	Abrahão Ribeiro	11/11/1945 - 14/03/1947
24.	Christiano Stockler das Neves	15/03/1947 - 28/08/1947
25.	Paulo Lauro	29/08/1947 - 25/08/1948
26.	Milton Improta	26/08/1948 - 03/01/1949
27.	Asdrúbal Euritysse da Cunha	14/01/1949 - 27/02/1950
28.	Lineu Prestes	28/02/1950 - 31/01/1951
29.	Armando de Arruda Pereira	01/02/1951 - 07/04/1953
30.	Jânio da Silva Quadros	08/04/1953 - 06/07/1954
31.	José Porfírio da Paz	07/07/1954 - 17/01/1955
32.	Jânio da Silva Quadros	18/01/1955 - 05/02/1955
33.	William Salem	06/02/1955 - 01/05/1955
34.	Juvenal Lino de Mattos	02/07/1955 - 10/04/1956
35.	Wladimir de Toledo Pizza	11/04/1956 - 07/04/1957
36.	Adhemar Pereira de Barros	08/04/1957 - 09/01/1958
37.	Cantídio Nogueira Sampaio	10/01/1958 - 06/02/1958
38.	Adhemar Pereira de Barros	07/02/1958 - 08/02/1961
39.	Manoel de Figueiredo Ferraz	09/02/1961 - 28/02/1961
40.	Adhemar Pereira de Barros	01/03/1961 - 07/04/1961
41.	Francisco Prestes Maia	08/04/1961 - 07/04/1965
42.	José Vicente Faria Lima	08/04/1965 - 07/04/1969
43.	Paulo Salim Maluf	08/04/1969 - 07/04/1971
44.	José Carlos de Figueiredo Ferraz	08/04/1971 - 21/08/1973
45.	João Brasil Vita	22/08/1973 - 27/08/1973
46.	Miguel Colasuono	28/08/1973 - 16/08/1975
47.	Olavo Egídio Setubal	17/08/1975 - 11/07/1979

48.	Reynaldo Emygdio de Barros	12/07/1979 - 14/05/1982
49.	Antonio Salim Curiati	15/05/1982 - 14/03/1983
50.	Francisco Altino Lima	15/03/1983 - 10/05/1983
51.	Mario Covas	11/05/1983 - 31/12/1985
52.	Jânio da Silva Quadros	01/01/1986 - 31/12/1988
53.	Luiza Erundina de Souza	01/01/1989 - 31/12/1992
54.	Paulo Salim Maluf	01/01/1993 - 31/12/1996
55.	Celso Pitta	01/01/1997 - 25/05/2000
56.	Régis de Oliveira	26/05/2000 - 13/06/2000
57.	Celso Pitta	14/06/2000 - 31/12/2000
58.	Marta Suplicy	01/01/2001 - 31/12/2004
59.	José Serra	01/01/2005 - 31/03/2006
60.	Gilberto Kassab	31/03/2006

**SECRETÁRIOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS**  
**DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

	<b>Titular</b>	<b>Mandato</b>
1.	Oswaldo Aranha Bandeira de Melo	01/1946 - 03/1947
2.	Paulo Lauro	04/1947 - 08/1947
3.	Antônio Soares Lara	09/1947 - 03/1950
4.	Oswaldo Muller da Silva	04/1950 - 01/1951
5.	Paulo Marzagão	02/1951 - 02/1952
6.	Nelson Marcondes do Amaral	03/1952 - 03/1953
7.	José Adriano Marrey Júnior	04/1953 - 05/1954
8.	Luiz Carlos Pujol	06/1954 - 07/1954
9.	Francisco Gomes da Silva Prado	08/1954 - 02/1955
10.	Elias de Siqueira Cavalcanti	03/1955 - 06/1955
11.	Octavio Braga	07/1955 - 05/1956
12.	Antonio Soares de Lara	06/1956 - 03/1957
13.	Francisco Luiz Ribeiro	04/1957 - 08/1958
14.	Luiz Mezzavilla	09/1958 - 10/1958
15.	Otto Cyrillo Lehmann	11/1958 - 10/1959
16.	Ruy de Arruda Camargo	11/1959 - 03/1961
17.	Plínio de Arruda Sampaio	04/1961 - 09/1961
18.	Luiz Domingues de Castro	10/1961 - 02/1964
19.	Aloysio Ferraz Pereira	03/1964 - 03/1965
20.	Salim Sedeh	04/1965 - 02/1967
21.	Teófilo Ribeiro de Andrade Filho	03/1967 - 03/1969

22.	José Luiz de Anhaia Mello	04/1969 - 10/1969
23.	Carlos Eduardo de Camargo Aranha	10/1969 - 06/1970
24.	Aécio Mennucci	07/1970 - 02/1971
25.	Ruy Barbosa Nogueira	03/1971 - 08/1973
26.	Theophilo Arthur de Siqueira Cavalcanti Filho	09/1973 - 03/1975
27.	Teófilo Ribeiro de Andrade Filho	04/1975 - 04/1977
28.	Carlos Eduardo Sampaio Doria	05/1977 - 04/1978
29.	Maria Kadunc	05/1978 - 06/1979
30.	Manuel Martins de Figueiredo Ferraz	07/1979 - 12/1985
31.	Cláudio Salvador Lembo	01/1986 - 12/1988
32.	Hélio Pereira Bicudo	01/1989 - 03/1990
33.	Walter Piva Rodrigues	04/1990 - 07/1990
34.	Dalmo de Abreu Dallari	08/1990 - 12/1992
35.	Cornelio Vieira de Moraes Júnior	01/1993 - 03/1994
36.	José Altino Machado	04/1994 - 05/1995
37.	Francis Selwyn Davis	06/1995 - 10/1995
38.	Mônica Herman Salem Caggiano	11/1995 - 12/1996
39.	Edvaldo Pereira de Brito	01/1997 - 05/2000
40.	Wanderley Racy	06/2000 - 06/2000
41.	Edvaldo Pereira de Brito	06/2000 - 12/2000
42.	Anna Emília Cordelli Alves	01/2001 - 11/2002
43.	Luiz Tarcísio Teixeira Ferreira	12/2002 - 12/2004
44.	Luiz Antônio Guimarães Marrey	01/2005 - 10/2006
45.	Ricardo Dias Leme	11/2006 - 11/2008
46.	Cláudio Salvador Lembo	28/11/2008

**PROCURADORES-GERAIS  
DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

	<b>Titular</b>	<b>Mandato</b>
1.	José Luiz Gomes da Silva	19/11/86 - 13/02/87
2.	Ana Cristina de Barros Monteiro França Pinto	28/02/87 - 03/01/89
3.	Ana Maria Cruz de Moraes	03/01/89 - 03/04/90
4.	Anna Emília Cordelli Alves	03/04/90 - 01/01/93
5.	Edson Paschoal	06/01/93 - 09/04/94
6.	Arabela Maria Sampaio de Castro	09/04/94 - 10/08/94
7.	Heloisa Helena Monteiro Kromberg	10/08/94 - 24/08/94
8.	Mônica Herman Salem Caggiano	24/08/94 - 10/04/96
9.	Rita Giancesini	10/04/96 - 20/06/97
10.	Ana Maria Mamed Mermejo	20/06/97 - 18/06/99
11.	Silvia Helena Nogueira Cruzelhes	19/06/99 - 03/01/01
12.	César Antonio Alves Cordaro	03/01/01 - 15/06/02
13.	Lúcia Pereira de Azevedo	15/06/02 - 28/06/02
14.	Fábio Costa Couto Filho	28/06/02 - 03/10/2003
15.	Antonio Miguel Ait Neto	03/10/03 - 31/12/04
16.	Celso Augusto Coccaro Filho	01/01/05

2-5-157  
5 vols  
044

ORDENAÇOENS

DO

SENHOR REY  
D. MANUEL.

LIVRO I. B-18(409)



COIMBRA:

NA REAL IMPRENSA DA UNIVERSIDADE.

ANNO DE MDCCCLXXXVII. (1797)



*Ordenações do Senhor Rey D. Manuel.* Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1797, capa. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo



Ata de Sessão do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga de 10 de janeiro de 1562, de que consta o juramento de *Luis Martiz* (Luiz Martiz) como Procurador do Concelho. Acervo da Divisão do Arquivo Histórico de São Paulo

rito de quito e quinze dias no subido . . . . . e s'ido  
q' ho procurador tivesse q' fazer ou q' requerer não ha  
fazido e logo na dita camera q' así fizido foi dado  
juram<sup>to</sup> a graça toir dos s'itos avogadillos p<sup>r</sup> q' bem e  
verdadeira<sup>te</sup> verda de almotasell p<sup>r</sup> todo mouro e qual  
presente pelo dito juram<sup>to</sup> haver verdade eu j<sup>r</sup> fr  
escrivã q' o escrey — gr<sup>o</sup> f<sup>r</sup> toir — jorge moreira —  
ant<sup>o</sup> de mariz — d<sup>r</sup> vaz — luiz miz.

Nos dez dias do mes de janeiro da era de mill  
e quinhentos e sessenta e hu annos diguo o d'ous amo  
nesta villa de são paulo nas causas de jorge moreira ve  
reador ostado hu diego vas riscado vereador e d<sup>r</sup>  
de mais fazido elles ditos officiaes camera nas ditas  
causas por não aver ni पासो do conselho municipal chamar  
a luiz maria procurador do conselho q' não este mo  
presente ao qual jorge moreira vereador deu juram<sup>to</sup>  
dos s'itos heringellas e q' elle luiz maria por a mão e  
prensa do m<sup>o</sup> escrivão p<sup>r</sup> q' bem e verdadeira<sup>te</sup> pre  
sentar pelo povo este ato como nose s'it ho deu a c'ida  
del e c'firma a lealdadadã dell rey o de como se o  
promissio e utam<sup>to</sup> aqui com os ditos officiaes eu j<sup>r</sup> fr  
escrivã da dita camera q' ho escrey — luiz miz —  
jorge moreira — d<sup>r</sup> vaz — ant<sup>o</sup> de mariz.

Nos dezatis dias do mes de janeiro da era de mill  
e quinhentos e sessenta e dous annos nesta villa de são paulo  
nas causas de d'ouygos loy<sup>r</sup> fizido os officiaes camera  
nas ditas causas por o capitão . . . . .  
estar mill despota eu j<sup>r</sup> fr escrivão da camera q' ho  
escrey na camera q' así os ditos officiaes fizido por  
luiz maria procurador do conselho foi requerido ao ca  
pitão q' mandasse recolher os mousadarios a esta villa p<sup>r</sup>  
q' regularm<sup>te</sup> nesta villa j<sup>r</sup> fr q' ho escrey acordado os  
officiaes o ho s'it capitão q' per esto ato ele estava de  
caminha p<sup>r</sup> a gra e lenva . . . . .

e logo no dito dia e nos outras escritas pelos offi  
ciaes novos a saber ant<sup>o</sup> de mariz e jorge moreira e dia  
guo vas riscado foi dado a vara de almotasell a ant<sup>o</sup>  
cubas juiz do ano pasado eu j<sup>r</sup> fr q' ho escrey — ant<sup>o</sup>  
cubas — jorge moreira — d<sup>r</sup> vaz — Ant<sup>o</sup> de mariz —  
e cito ao procurador do conselho luiz maria não ha  
foi dado juram<sup>to</sup> por q' não estava prez<sup>te</sup> eu j<sup>r</sup> fr escrivão q'  
ho escrey.

Auto de agitam<sup>to</sup> do povo

No sete dias do mes de fevereiro da era de mill e qui  
nhentos e sessenta e dous annos nesta villa de são paulo  
capitania de são paulo de q' e capitão e gr<sup>o</sup> marty n<sup>o</sup> de  
seusa per el rey nro s'it na dita villa nas causas de jorge  
moreira s'ido de dito vereador ni e o juiz s'it de mariz a  
prensa de m<sup>o</sup> escrivão estando junta ahí o povo diguo  
ni vereadores e fizido juizo os ditos officiaes p<sup>r</sup> . . . . .  
. . . . . confirmo a hu mandado do s'it  
excider . . . . . eu j<sup>r</sup> fr escrivão — jorge moreira  
— Ant<sup>o</sup> de mariz — luiz miz.

No treze dias do mes de fevereiro da era de mill e  
quinhentos e sessenta e dous annos nesta villa de são paulo  
nas causas de jorge moreira vereador fizido camera os  
officiaes diguo vas riscado e jorge moreira vereadores  
e luiz maria procurador do conselho e juiz s'it de mariz  
fizido des d'ous officiaes camera nas ditas causas p<sup>r</sup> não  
haver पासो do conselho eu j<sup>r</sup> fr escrivão q' o escrey—  
jorge moreira — d<sup>r</sup> vaz — ant<sup>o</sup> de mariz — luiz miz.

Noz dous dias do mes de maio da era de mill e  
quinhentos e sessenta e dous annos fizido hos officiaes  
camera nas causas de jorge moreira vereador por não ha  
ver ni पासो do conselho e na dita camera q' así fizido  
focordado q' per cito . . . . . hos indies fellavio

Transliteração da Ata precedente determinada por Washington Luiz Pereira de Souza, quando Prefeito do Município de São Paulo. SÃO PAULO, Archivo Municipal de. *Actas da Camara da Villa de S. Paulo*: 1562 -1596, vol. I, Século XVI. São Paulo: Ed. Duprat & C.<sup>a</sup>, 1914, p. 11. Acervo da Sala de Obras e Exemplaes Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo





Ata de Sessão do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga de 24 de junho de 1562, em que se lê ter o Procurador do Concelho: *Luiz Miz.* (Luiz Martiz), com seus pares, dado posse no cargo de Capitão da Vila de São Paulo a João Ramalho. Acervo do da Divisão do Arquivo Histórico de São Paulo

..... contra eles e os homes d'elles ...  
 ..... e ter p' novas q' eles se ajuntarem e maldades q'  
 ..... os ditas novas q' .....

.....  
 pagara h'ia t'oda pela primeira e pela segunda d'ois e  
 pela terceira tas ..... aquoall pena sera cum-  
 pida d'ora o presenciar do conselho e a dita pena sera  
 toda p' ho conselho e não mandarão apregaoar p' se  
 feta ..... allveo a dita ho g'etia mas maldades no re-  
 cívio e allveo q' o notificasse a cada h'io por si e da  
 maldades q' ad fassa farão auto de cerna así o maldades  
 o auto aqui equi — ou j' ffe escrivão q' ho escry  
 — jorge morira — d' vas — ant. de mariz — luiz m'la.

As v'is e outro dia do mes de junho da era de  
 mill e quinhentos e sessenta e duas anos nesta villa de  
 são paulo nas cam' da morada de d'agosto var verosol  
 se ajuntou os hozeiros da camara p' d'ora juram' dos  
 d'itos escrivões p' q' bem e verdadeiram' servise ho  
 cargo de capitão da dita villa a j' ramalho .....  
 e jorge morira verosol ho d'ora ho dito juram' e p' p' o  
 cargo de m' escrivão e elle prometeo de fazer verosol  
 o q' assinar aqui todos eu j' ffe escrivão q' ho escry  
 — j' ramalho — ant. de mariz — d' vas — luiz  
 m'la — jorge morira.

Registro de h'ia provizão q' ho capitão  
 deo a j' ramalho.

J' ramalho capitão e toda esta capitania de são paulo  
 pelo s'or m'rtym a' de souza capitão e g' de dela por el  
 rei nos senhor e f'aco a saber aos q' esta m'ltas m'ltas  
 v'is com e como p' heres e d'el'ião s'ão p' capitão p'  
 a gen j' ramalho no qual em don todo meu poder p'  
 a gen como eu e p' e m'ltos q' na dita gen se a caver

lle obedição e tudo ho q' necessario for a getsa sem' p'  
 q' e todo mais se guardata ho q' tenha mandado e m'ltas  
 proviões so pena de qualquier p' q' h'io dito j' ramalho  
 não quiser obedecer na dita gen sera preso o da esden  
 pagara v'is cruzados e h'ia ano de d'ogredo p' a bertioga  
 e a metade p' que o acuzar e a outra metade p' no  
 despezo da dita gen o qual capitão avessa juram'  
 na camara desta villa p' q' bem e verdadeiram' servise  
 ho dito officio digno cargo de capitão e ho dito capitão  
 sera obrigando a servir desta dita villa de são paulo  
 ..... so meo sinal s'ora desta dita villa j' ffe  
 escrivão da dita villa o pascu p' meu maldades oje v'is  
 e oito dias do mes de mayo da era de mill e quinhentos  
 e sessenta e duas anos ou sobredeito q' ho escry ago  
 quatro dias do mes de junho da dita era.

Ans dez dias do mes de junho da era de mill e qui-  
 nhentos e sessenta e duas anos se ajuntou os officiaes da  
 camara nas cam' digo nas pozadas de d'agosto var riscado  
 verosol p' f'acere allmotacell so qual d'ito j' roff e juiz  
 de mariz lle deu logo juram' dos d'itos escrivões  
 ho p' q' bem e verdadeiram' servise o cargo de allmo-  
 tacell p' todo o mes de julho e de prometo de o servir  
 como nos s'or lle dese a t'ender o q' assinar aqui eu  
 j' ffe q' o escry — de joão + roff — jorge morira —  
 d' vas — ant. de mariz — luiz m'la.

Auto dajutante do povo p' f'acere  
 juiz p' c'oto de mariz q' m'la de  
 juiz ordinario nesta villa de são paulo  
 se foi p' o mar.

Ans do nacimiento de noso s'or j'oa x'p'to de mill e  
 quinhentos e sessenta e duas anos aos deussete dias do mes  
 d'agosto do dito ano nesta villa de são paulo capitania de  
 sua visente de que e capitão e g' per el rei noso s'or

Transliteração da Ata precedente determinada por Washington Luiz Pereira de Souza, quando Prefeito do Município de São Paulo. SÃO PAULO, Archivo Municipal de. *Actas da Camara da Villa de S. Paulo*: 1562-1596, vol. I, Século XVI. São Paulo: Ed. Duprat & C.<sup>a</sup>, 1914, p. 14. Acervo da Sala de Obras e Exemplos Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo



Ata de Sessão do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga de 5 de novembro de 1562, onde se consignou o requerimento do Procurador do Concelho: *Luiz Martiz*, de acabamento dos muros e baluartes para defesa de São Paulo. Acervo da Divisão do Arquivo Histórico de São Paulo

marçã de soma & na dita vila nas casas da mercada de  
 jorge moreira venditor estãdo ai diogo vaz riscado ven-  
 dador e o dito jorge moreira venditor e luiz marçã pro-  
 curador do conselho todos juraram e fizerão logo os ditos  
 officios camara e tão hem p<sup>o</sup> os mais bores e o povo  
 juro fazeo hi juro p<sup>o</sup> esta l<sup>ra</sup> de maris q<sup>o</sup> surcia de juro  
 arimato e hi p<sup>o</sup> o mar e de como os ditos officios  
 os ho mais povo fozio juro p<sup>o</sup> fazeo e elegere os mais  
 bores hi amo p<sup>o</sup> q<sup>o</sup> logo siren e nobreia de l<sup>ra</sup> de maris  
 e estacio aqui eu p<sup>o</sup> fr q<sup>o</sup> a escrevi — jorge moreira —  
 d<sup>o</sup> vaz — luiz marçã

Aos rês e dois anos digo dias do mes de agosto  
 da era de mil e quinhentos e sessenta e dois anos nesta  
 vila de são paulo nas casas de jorge moreira venditor  
 estãdo ai diogo vaz tambem venditor e manoell vaz  
 juiz e assoca de l<sup>ra</sup> de maris e luiz marçã procurador  
 do conselho todos juram<sup>o</sup> fazeo camara fizeo a sal-  
 vador ju alimotacell p<sup>o</sup> todo o mes de setembro ao qual  
 foi dado o juram<sup>o</sup> dos sãtos evangelhos p<sup>o</sup> q<sup>o</sup> hem e  
 vpladeiram<sup>o</sup> servise o cargo de alimotacell pelos dize  
 dois meses e de como asim lo fizeo acinarão haqui  
 eu p<sup>o</sup> fr q<sup>o</sup> esto escrevi — salvador + pires — d<sup>o</sup> vaz —  
 jorge moreira — luiz marçã

Aos cinco dias do mes de novembro da era de mil e  
 quinhentos e sessenta e dois anos fizeo os officios que-  
 rama nas casas de diogo vaz riscado por não aver a  
 pazo do conselho e p<sup>o</sup> fr q<sup>o</sup> ho escrevi e na dita camara  
 regere o procurador do conselho q<sup>o</sup> se acabou os mare  
 e balnaris e logo pelos ditos officios fozio repartiçã  
 os monedras p<sup>o</sup> se acabou a saber manoell vaz fr<sup>o</sup> fr  
 balnaris vaz p<sup>o</sup> fr fozio dallvoca fr<sup>o</sup> pires e d<sup>o</sup>  
 puz alvoca balnaris nomes p<sup>o</sup> luiz salvador puz  
 luiz marçã fr<sup>o</sup> da costa e soma .....  
 ..... acinarão de fozer e entrar hi balnaris q<sup>o</sup>

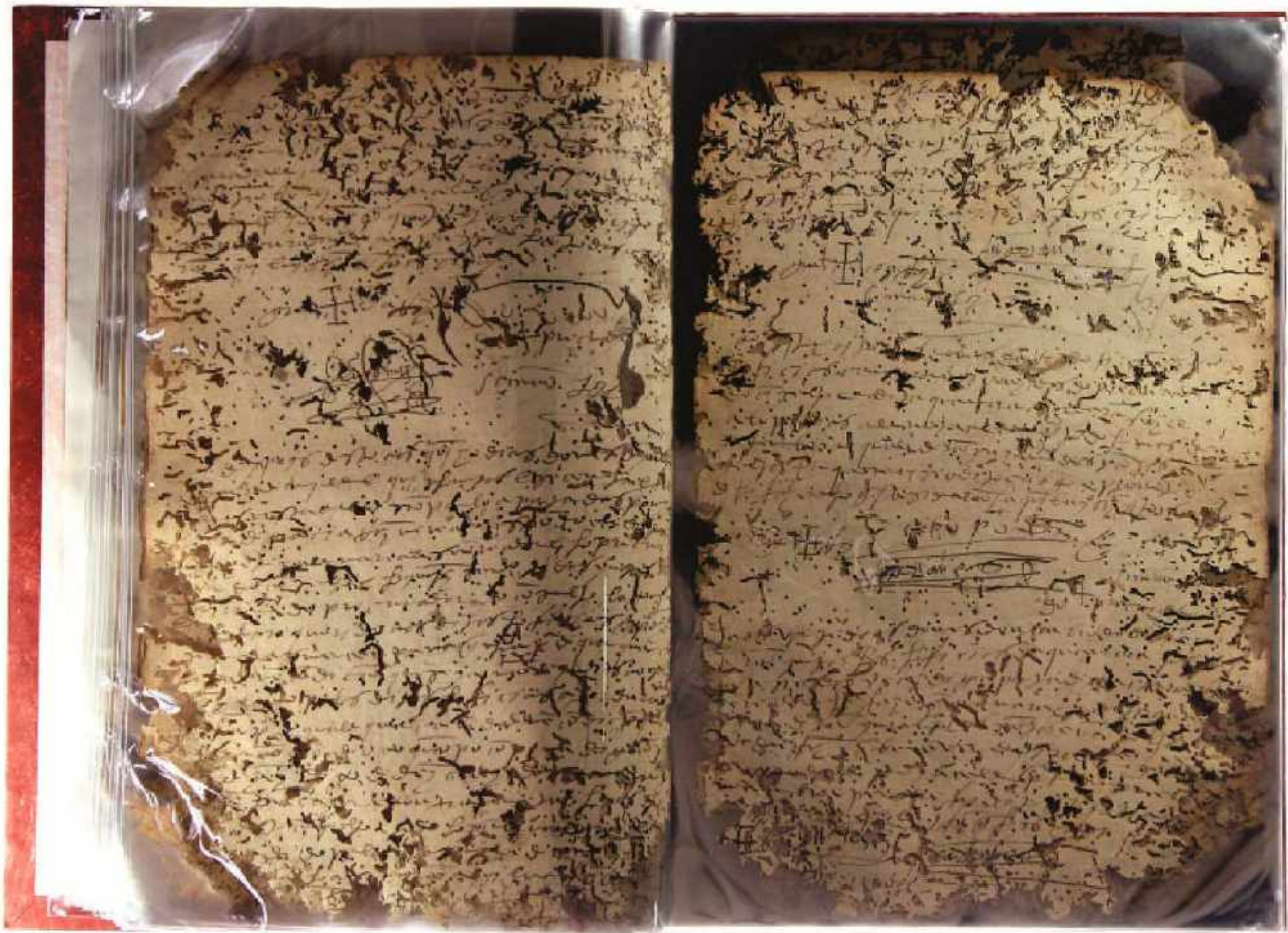
esta detras das casas e q<sup>o</sup> mais p<sup>o</sup> hi p<sup>o</sup> toda esta semana  
 q<sup>o</sup> v<sup>o</sup> e l<sup>ra</sup> sera notifiqando os puz de cyrreos totos  
 e qualis seria catogados sobre o procurador do conselho  
 .....  
 diogo vaz riscado jorge moreira fozio dias q<sup>o</sup> fr  
 sãtos jorge p<sup>o</sup> dias p<sup>o</sup> vicos .....  
 .....  
 ..... acabarão p<sup>o</sup> toda esta semana q<sup>o</sup> v<sup>o</sup> hi q<sup>o</sup>  
 acinarão aqui eu p<sup>o</sup> fr q<sup>o</sup> ho escrevi — jorge moreira —  
 d<sup>o</sup> vaz — ant<sup>o</sup> de maris — luiz marçã

Aos rês e oito dias do mes de dezembro da era de  
 mil e quinhentos e sessenta e dois anos fizeo os offi-  
 cios camara na quiza de jorge moreira e na dita camara  
 fizeo a logo dias alimotacell e logo pelos ditos officios  
 l<sup>ra</sup> foi dado juramento dos sãtos evangelhos p<sup>o</sup> q<sup>o</sup> hem  
 e vpladeiram<sup>o</sup> servise de alimotacell p<sup>o</sup> todo mes de  
 dezembro e q<sup>o</sup> acinarão aqui eu p<sup>o</sup> fr ho escrevi — jorge mo-  
 reira — logo dias — d<sup>o</sup> vaz — luiz marçã — ant<sup>o</sup> de maris

Ata do ajuntam<sup>o</sup> do povo

Aos doze dias do mes de janeiro de mil e  
 quinhentos e sessenta e dois anos nesta vila de são paulo  
 república de são vicente de que e capitão o p<sup>o</sup> marçã p<sup>o</sup>  
 de vicos por ell rei novo sãto nas ouzo dias do mes de  
 fevereiro da dita era digo de mil e quinhentos e sessenta  
 e dois anos nesta dita vila nas prouidas de jorge mo-  
 reira venditor na dita vila logo no dita dia e na dita  
 casa logo ai fozio juro sãto hi saber jorge moreira  
 venditor e luiz marçã de maris e os acinarores p<sup>o</sup> se  
 fozer hiã prouida e salvador puz p<sup>o</sup> fr so mar a  
 requere camara q<sup>o</sup> sãto vicos p<sup>o</sup> esta vila e p<sup>o</sup> quieto  
 ho dito salvador puz quera e l<sup>ra</sup> era necessito q<sup>o</sup>  
 abeyro p<sup>o</sup> meter a aligias camara q<sup>o</sup> o dito salvador

Transliteração da Ata precedente determinada por Washington Luiz Pereira de Souza, quando Prefeito do Município de São Paulo. SÃO PAULO, Archivo Municipal de. *Actas da Camara da Villa de S. Paulo*: 1562-1596, vol. I, Século XVI. São Paulo: Ed. Duprat & C.<sup>a</sup>, 1914, pp. 16 a 17. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo



Ata de Sessão do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga de 10 de julho de 1563, de que consta o requerimento do Procurador do Concelho: *Salvador Pires*, para que se ordene o destapamento de rua irregularmente oclusa por Allvaro Anes. Acervo da Divisão do Arquivo Histórico de São Paulo

E depois disto nos dez dias do mes de julho da  
 era de mil e quinhentos e soetta e tres anos nesta vila  
 de são paulo nas qntas do juiz simão jorge fozão juro  
 os hoficiaes p' fazer qumara a saber gracia rui e  
 simão jorge e salvador pires procurador e diego vas  
 sendo vereador do ano pasado p' qnto eu escrivão fui  
 a chamar a alvaro ans vereador do ano presente e  
 se pousa pousa não queria vir e sendo assim juro logo  
 pelo procurador salvador foi requerido que alvaro ans  
 fizesse tapado hãa sua e tiobê p' d'itos .....  
 fizesse tapado q' p' tiobê requeria a suas mores q' ho  
 moficiaes destapar a q' o não ver e tiobê requeria da parte  
 de sua filha q' das fizesse as pasturas q' ho bem par  
 ces e moficiaes fazer as pates e fites e qumalhos mof  
 dan require os muros e cõsertar os patios da vila e  
 mais assim ho requireo e assim aqui eu j' fiz q' ho  
 scrivi — do + procurador.

E logo na dita qumara acordario hos d'itos hof  
 iciaes q' alia p' de qualquer qualidade e cõdição que  
 seja q' de um venha para dar necerõria a não lido  
 se a p'ntido a mostrar e o fazer a saber a qumara  
 desta vila se menos p'nte levar indio consigno eõ que  
 ga se desaregada no de outra man'õ algua seo p'nto  
 o fazer a saber como dita e eõ pena de q' ho cõrãm  
 fize pagar p' q'nda vez cinco tostões a saber a metade  
 p' ho cõselho e a outra metade p' que ho acuar e de  
 como se ho acordario o acuarão aqui e tiobê acuar  
 do q' cada quize dias fizesse emara ho q' acuarão aqui  
 eu j' fiz q' ho scrivi — d' vas — gracia + rui — simão  
 jorge — do + procurador.

E logo na dita camara acordario hos d'itos hof  
 iciaes q' tiobê eõ os p'ntos q' se .....  
 dos hoficiaes do ano pasado .....  
 tiobê logo na dita camara

deão juram'õ dos d'itos cõselhos a Luiz martiz q'  
 boa e verdadeirãõ sevirã a vara de alijualde desta  
 vila p' tempo de tres anos e tiobê ho deão juram'õ q'  
 sevirã de alijualde p' hãa mes p' quanto ho vinha p'  
 tanto de ser procurador do ano pasado ho q' todos ac  
 tuario aqui eu j' fiz q' ho scrivi — gracia + rui — d'  
 vas — do + procurador — Luiz toã — simão jorge.

E depois disto nos quinze dias do mes de julho da  
 era de mil e quinhentos e soetta e tres anos desta vila  
 de são paulo a porta das p'ntas de gracia rui vere  
 dor estãdo de dito p'nto o alvaro ans vereador e ho  
 procurador do cõselho e ho juiz sendo todos juro a re  
 quereõõ do procurador do cõselho logo p' ele foi re  
 querido os d'itos hoficiaes q' p'ntem suas mores pena  
 q' alia p' de qualquer qualidade no cõdição que seja  
 moficiaes trãos no vertã e logo pelos d'itos hoficiaes necer  
 dario q' alia p' de qualquer catidade no cõdição mof  
 de tudo no qualq'õ eõ pena cinco võ pena de ses d'igo  
 de ses cruzados metade p' que ho acuar e a outra me  
 tade p' se hoiras deste cõselho e todo ho q' levar e trou  
 ver d'ito pelo ..... de como assim ho acordario  
 ho acuarão aqui eu j' fiz q' ho scrivi — gracia + rui  
 — d' vas — do + procurador.

Acordario logo na dita camara q' alia hoire sua  
 desta vila me quinze dias se levar .....  
 ..... e esta dos cõtraos p' q'  
 opera e ho eõ pena de cinco tostões p' este cõselho ho  
 q' acuarão aqui eu j' fiz q' ho scrivi — gracia + rui  
 — alvaro ans — simão jorge.

Assim vã e oito dias do mes de agosto fizesse hos  
 hoficiaes emara nas p'ntas do procurador do cõselho  
 e na dita camara acordario fazer a logo d'ito alijua  
 lde por todo ho mes de setembro no qual deão juram'õ

Transliteração da Ata precedente determinada por Washington Luiz Pereira de Souza, quando Prefeito do Município de São Paulo. SÃO PAULO, Archivo Municipal de. *Actas da Camara da Villa de S. Paulo*: 1562-1596, vol. I, Século XVI. São Paulo: Ed. Duprat & C.<sup>a</sup>, 1914, p. 26 Acervo da Sala de Obras e Exemplaes Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo



Ata de Sessão do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga de 2 de novembro de 1580, em que se verifica ter o Procurador do Concelho: *Jmº masiel* João Maciel), requerido que o seu par Juiz mandasse "tirar uma devassa" com respeito a homens difamadores de mulheres casadas e solteiras. Acervo da Divisão do Arquivo Histórico de São Paulo

no primeiro dia do mes de outubro de mil e quinhentos e oitenta anos foram juntos os officiaes da camara os abaixo assinados os quaes foram juntos na casa do conselho acorda se constituam fazer acordar as logas os officiaes em quantaria q' o pau de algodão o grosso não passe de setenta e sincoenta res e o delgado de dezante res e sera da largura posta pela camara em outras variedades e q' o ..... vender fora desta postura aqui declarado per a primeira vez e q' vender fora deste prosa pagara quinhentos reis e pela segunda vez mil e pola terceira mil e quinhentos amidade para o conselho e não avendo quem acate sera tudo para o conselho a qual pena sera carregada sobre o perquirador do conselho a qual ordenação sera feita por juramento do q' o esaprac ou por outra qualquey pessoa q' o jurar de quozar o mandado o asinarão aqui eu lourenço vaz ta<sup>o</sup> q' o escrivi — Jorge moreira — g<sup>o</sup> + fr — J<sup>o</sup> Soares — J<sup>o</sup> musiel.

Que a quinze dias do mes de outubro de mil e quinhentos e oitenta anos foram juntos os officiaes da camara os abaixo assinados na casa do conselho e não ovide q' requerer nem q' fazer eu lourenço vaz ta<sup>o</sup> q' o escrivi — Jorge moreira — g<sup>o</sup> + fr — J<sup>o</sup> Soares — J<sup>o</sup> musiel.

Ante dois dias do mes de novembro de mil e quinhentos e oitenta anos nesta villa de sua patria do campo foram juntos os officiaes da camara os abaixo assinados e foram juntos na casa do conselho e logo na dita camara requereu o perquirador do conselho que se creadores q' suas mães ..... do juiz q' mandase eu tirarem hã devida de algus crimes q' suas defenidates e ..... e que q' defenavea o de mulheres rezadas e solteiras os veadores logas requereu an juiz q' ele fizesse o seu officio o q' hã requereu da parte del rei nose ser q' mandasse prender e tirar devida e

castigarem quem o metresse o logas na dita camara os senores creadores constatarem chamar a hã não para lhe dar a cara de almotaxer ao qual o veador não vello lhe deu juramento dos wytes avajellus em q' ele pes a mão perante mil ta<sup>o</sup> para q' beo e verdadeiramente serese este mes de almotaxer gardando o direito as partes e o segredo da justiça e a justiça de el rei nose ser o q' do prometio a fazer segundo nose ser lha deo a entander eu lourenço vaz ta<sup>o</sup> q' esto escrivi — Jorge moreira — g<sup>o</sup> + fr — J<sup>o</sup> Soares — puro dias — J<sup>o</sup> musiel — beax + rã.

Ante doze dias do mes de novembro de mil e quinhentos e oitenta anos nesta villa de sua patria do campo foram juntos os officiaes da camara os abaixo assinados e por não ovide q' fazer na dita camara e o asinarão aqui eu lourenço vaz ta<sup>o</sup> q' esto escrivi — Jorge moreira — g<sup>o</sup> + fr — J<sup>o</sup> Soares — puro dias.

nos quinze dias do mes de novembro de mil e quinhentos e oitenta anos nesta villa de sua patria do campo acordaram os officiaes da camara os abaixo assinados q' agora creavam os contadores para hã a geta a pãella q' se deitase hã pergana q' ninguém fosse excedido de hã a geta se para diez cruzados mudado para as dez para do conselho e a outra metade para quãtios e quem necessar sera o capitão mandar o contraria disse pregou o qual pergana o porteiro bota logas por esta villa coadiga ta<sup>o</sup> eu mostrase hã de mesmo capitão e de sua sede o mandado fazer o asinarão aqui eu lourenço vaz ta<sup>o</sup> q' esto escrivi — Jorge moreira — g<sup>o</sup> + fr — J<sup>o</sup> Soares.

Ante vinte e quatro dias do mes de novembro de mil e quinhentos e oitenta anos nesta villa de sua patria do campo nas posturas de mil ta<sup>o</sup> por eu estar mal dia

Transliteração da Ata precedente determinada por Washington Luiz Pereira de Souza, quando Prefeito do Município de São Paulo. SÃO PAULO, Archivo Municipal de. *Actas da Camara da Villa de S. Paulo*: 1562-1596, vol. I, Século XVI. São Paulo: Ed. Duprat & C.<sup>a</sup>, 1914, pp. 170 a 171. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo





Ata de Sessão do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga de 19 de janeiro de 1599, onde consta ter o Procurador do Concelho: *Francisco Maldonado* requerido que se instalasse o primeiro restaurante de São Paulo. Acervo da Divisão do Arquivo Histórico de São Paulo

esgella sobre hu livro delles a Jorge Moreira ouzou  
vender desta presente anno p<sup>o</sup> ben servir e dito cargo  
e prouiso fazer o sellar q<sup>o</sup> lhe fosse dar desso a es-  
tender lechir da conta o escrivi — Jorge Moreira —  
Tristão d'Alv<sup>o</sup>.

primeira camara a 10 de jan<sup>o</sup> 1596.

Aos dezesse dias do mes de jan<sup>o</sup> do dito anno  
se ajuntou nesta casa do concelho os officiaes desta  
presente anno tristão d'Alv<sup>o</sup> e Jorge Moreira creadores  
e p<sup>o</sup> l<sup>o</sup> l<sup>o</sup> juiz voluntario e fr<sup>o</sup> maldonado procurador do  
concelho p<sup>o</sup> assentarem cousas pertencentes ao bon com<sup>o</sup>  
e requero a p<sup>o</sup> q<sup>o</sup> hera necessario q<sup>o</sup> aja nesta villa  
q<sup>o</sup> venda cousas de comer e beber q<sup>o</sup> viva portico e tenha  
os frust<sup>o</sup> hunde p<sup>o</sup> servirem de comer / e outros q<sup>o</sup> se  
lha hã qua p<sup>o</sup> avogoe homde se talhe carne e não se  
venda pelo custo — e así q<sup>o</sup> não tire carnes do pouco  
p<sup>o</sup> signados em l<sup>o</sup> da camara por sem necessarias —  
e así tãben q<sup>o</sup> todos os officiaes sejam examinados e tenha  
juizo de officio e que os tollentes fassã sua tollas todas  
per l<sup>o</sup> e grandes l<sup>o</sup> porque não são todas p<sup>o</sup> l<sup>o</sup>  
— q<sup>o</sup> se casca de marinhola se põe todos por l<sup>o</sup> me-  
dida / e outros prouiso de ... do concelho por ser l<sup>o</sup>  
o q<sup>o</sup> he e não quer servir seu officio — e así tãben se  
concertar os dias da camara e assentarem q<sup>o</sup> p<sup>o</sup> salido  
tomado acordo em todo o requerido e eu bechior da  
conta o escrivi.

Aos vinte e cinco dias do mes de jan<sup>o</sup> do dito anno  
se ajuntou em camara os officiaes della abaixo decla-  
rados e assentou p<sup>o</sup> tratar as cousas pertencentes ao bon  
comum e assentou q<sup>o</sup> de quinze em quinze dias se fassã  
camara e sendo necessario e avendo outras necessitates  
se fassã mais a vontade e p<sup>o</sup> esta orden ozer p<sup>o</sup> q<sup>o</sup> em  
sua he dia de camara diverso q<sup>o</sup> de salido a cinco dias

fazho a primeira camara e dahi sobre esta bordem e eu  
bechior da conta o escrivi — Jorge Moreira — Tristão  
d'Alv<sup>o</sup> — Gaspar Culhas — Pero Leite — procurador  
Prus<sup>o</sup> Mald<sup>o</sup>.

Camara a 19 de fev<sup>o</sup> 96 (96).

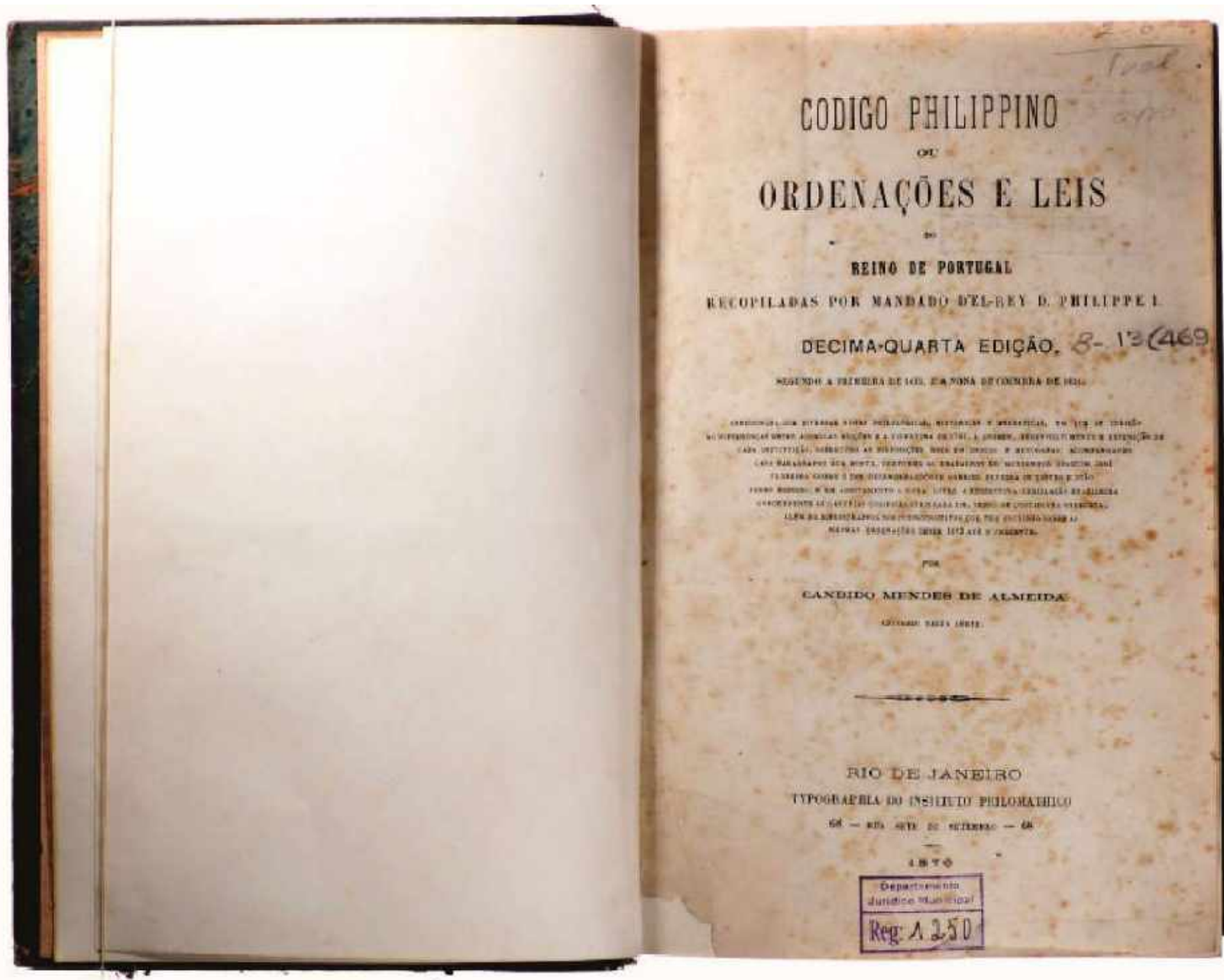
Aos dezesse dias do mes de fr<sup>o</sup> do anno de mill  
quinhentos e noventa e nove annos se ajuntou em camara  
os officiaes della p<sup>o</sup> assentarem como ao bem com<sup>o</sup>.

Aos dez dias do mes de abril da anno de mill e  
quinhentos e noventa e nove annos se ajuntou em camara  
os officiaes della p<sup>o</sup> assentarem e bem com<sup>o</sup> algũas  
cousas e assentou q<sup>o</sup> houvesse hu homde nesta villa q<sup>o</sup>  
tivesse caso de venda de cousas de comer p<sup>o</sup> q<sup>o</sup> vindo o  
sã p<sup>o</sup> ahe a grande q<sup>o</sup> comer em hã casa sem —  
p<sup>o</sup> e qual effeito fhorã vir p<sup>o</sup> ante si a marques lopes aqui  
moedor ao quell p<sup>o</sup> ante mi escrivão deão juramento  
dos sãos evagellhos sobre hu livro delles p<sup>o</sup> servir ben  
o dito cargo o quell avera de tudo q<sup>o</sup> lhe entregarem  
p<sup>o</sup> vender de dez reis hu sei da carne como dos boijos  
e farinha e outras cousas q<sup>o</sup> elle vender o q<sup>o</sup> elle aritou  
e prouiso fazer verdade e o assim aqui e eu bechior  
da conta o escrivi — Tristão d'Alv<sup>o</sup> — marques lopes —  
Jorge Moreira — fr<sup>o</sup> Mald<sup>o</sup> — Gaspar Culhas.

tercio de como fuzão alcaide novo.

E logo no dito dia mes e anno atras escrita os ditas  
officiaes mandaro fazer este auto em camara por ter o  
alcaide aTRAS peres acabada seu tempo e ser necessario  
fazer outro e não aver alcaide mair a q<sup>o</sup> se pedisse  
elles averão p<sup>o</sup> ben e de com<sup>o</sup> por não percer o dit<sup>o</sup>  
as partes de fazer outro alcaide e assentou q<sup>o</sup> o fosse l<sup>o</sup>  
alvares carpinte<sup>o</sup> aqui moedor e p<sup>o</sup> servir bem o dito

Transliteração da Ata precedente determinada por Washington Luiz Pereira de Souza, quando Prefeito do Município de São Paulo. SÃO PAULO, Archivo Municipal de. *Actas da Camara da Villa de S. Paulo*: 1596-1622, vol. II, séculos XVI- XVII. São Paulo: Ed. Duprat & C.<sup>a</sup>, 1915, p. 56. Acervo da Sala de Obras e Exemplaes Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo



ALMEIDA, CANDIDO MENDES DE. *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal Recompiladas por Mandado D'El Rey D. Philippe I.* Décima quarta edição. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomatico, 1870, frontispício. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo

o outro quando tiver recebido os bens...
parte deo d'el Rey...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 012

16. E se a dita pessoa não...
depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 013

17. E se a dita pessoa...
depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 014

18. E se a dita pessoa...
depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 015

19. E se a dita pessoa...
depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 016

linda a real, por que...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 017

20. E quando a dita...
depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 018

21. E quando a dita...
depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 019

22. E quando a dita...
depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 020

TITULO LXX

Do Procurador do Conselho (1)

Depois que se recebe do Conselho...

(1) Este officio...
depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

mandado, e se o Procurador...
depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 021

23. E quando a dita...
depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 022

24. E quando a dita...
depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 023

25. E quando a dita...
depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 024

26. E quando a dita...
depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 025

27. E quando a dita...
depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 026

depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 027

TITULO LXX

Do Thezourario do Conselho (1)

O Thezourario ha de receber...
depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 028

28. E quando a dita...
depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 029

29. E quando a dita...
depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 030

30. E quando a dita...
depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 031

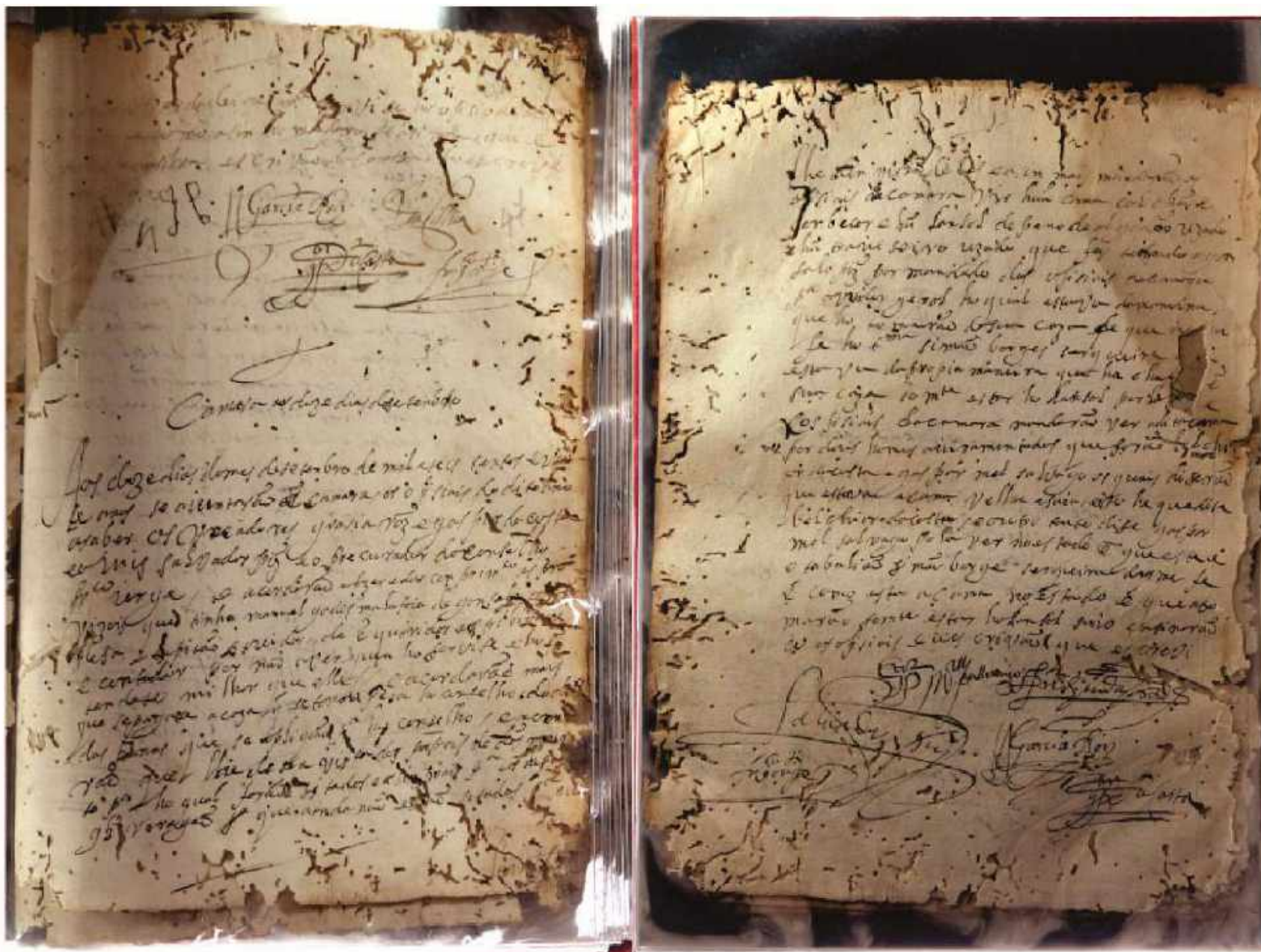
31. E quando a dita...
depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 032

32. E quando a dita...
depois de se haver recebido os bens...
depois de se haver recebido os bens...

R-10. 11. 033

ALMEIDA, CANDIDO MENDES DE. Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal Recompiladas por Mandado D'El Rey D. Philippe I. Décima quarta edição. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomatico, 1870. Acervo da Sala de Obras e Exemplos Raros e Especiais Oswaldo Aranha Bandeira de Mello da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, pp. 162/3;



Ata de Sessão do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga de 12 de setembro de 1620, onde se consignou a apreensão da célebre cama de Gonçalo Pires por ordem do Procurador do Concelho: *Francisco Jorge* e de seus pares. Acervo da Divisão do Arquivo Histórico de São Paulo

par da cesta e o juiz bertholameu gl<sup>r</sup> e o procurador da  
câmara fr<sup>co</sup> jorge e logo ho juiz deu jurament<sup>o</sup> a p<sup>r</sup> da silva  
que foi procurador do conselho ho ano pasado p<sup>r</sup> que ben  
e verdadeiramente servise ho officio de alcaide e de como  
assim ho mandado se assina aqui e em paulo da silva es-  
crivão da camara ho escriv<sup>o</sup> — bart<sup>o</sup> gl<sup>r</sup> — Garcia Roiz  
— p<sup>r</sup> da silva — gp<sup>o</sup> da costa — fr<sup>co</sup> jorge.

Camara aos doze dias de setembro.

Aos doze dias do mes de setembro de mil e seis centos  
e vinte annos se ajuntarão e camara os officiaes do dito anno  
a saber os vvedores grasia roiz e gaspar da costa e o juiz  
salvador piz e o procurador do conselho fr<sup>co</sup> jorge / e  
acordarão a fazer e dar escript<sup>o</sup> as provisoes que tinha  
mandat<sup>o</sup> godis malafata de gonsalo cutra de sa capitã e  
ouvidor de equiridor e estribador e contador per não  
aver quem ho servise e ho entendes milhor que elle / e  
acordarão mais que se pagase a casa q<sup>ue</sup> se tomou pera  
ho conselho do dr<sup>o</sup> das penas que se applicão p<sup>r</sup> ho con-  
selho / e acordarão que lhe dessem vista dos papeis de  
dr<sup>o</sup> maricoto p<sup>r</sup> ho qual forão sitados e assim mais p<sup>r</sup> os  
de paulo gl<sup>r</sup> varagão p<sup>r</sup> que ainda não estão sitados p<sup>r</sup>  
que lhe deu vista deles e así mais mandarão os officiaes  
da camara vir uma cama calchão e esbeter e hã laquel  
de pano de algodão usado e hã travessero usado que foi  
tomado a gonsalo piz por mandado dos officiaes da cam-  
ara p<sup>r</sup> ouvidor geral ho qual estava da maneira que ho  
tomarão de sua roza de que me deu fe ho t<sup>o</sup>mo simão  
borges serqueira que estava da propria maneira que  
hacharão e sua casa sem<sup>o</sup> estar o lausol per levar e hos  
officiaes da camara mandarão ver a dita cama per dois  
homens ajuramentados que forão balchior da costa e  
gaspar m<sup>o</sup> salvago os quais disserão que estava a cama  
velha e suja e isto ho que disse balchior da costa e outro  
tanto disse gaspar m<sup>o</sup> salvago pela ver no estado q<sup>ue</sup> que

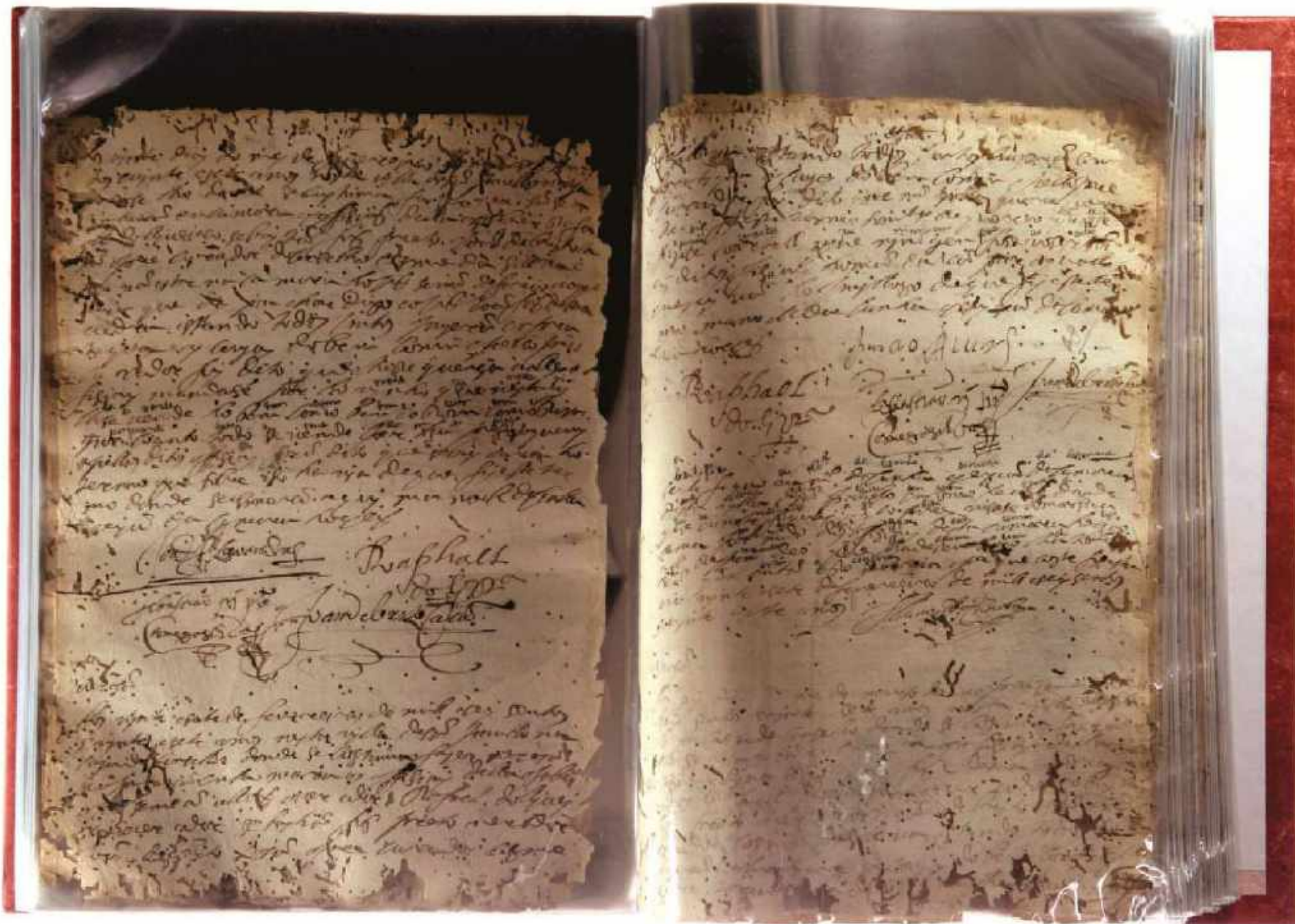
sta e o tabalião simão borges serqueira darne fe q<sup>ue</sup>  
como esta a cama no estado q<sup>ue</sup> que a tomarão sem<sup>o</sup> estar  
ho lausol sujo e asinario cõ os officiaes ou escrivão que ho  
escrevi — gp<sup>o</sup> m<sup>o</sup> salvago — Balchior da Costa —  
Salvador piz — Garcia Roiz — fr<sup>co</sup> jorge — gp<sup>o</sup> da  
costa.

e logo na mesma camara acordarão os officiaes juiz  
e vvedores e procurador do conselho que fosse notifi-  
cado cõ pena de seis mil reis que logo gonsallo piz se  
venha dregar e resida ho dr<sup>o</sup> que sua magd<sup>e</sup> manda de  
alloger de sua cama e não querendo elle dito gonsallo  
piz postestavio de não lecorreti e cousa alguma e me  
mandarão a mi escrivão que o notificasse e se assinarão  
aqui em paulo da silva que ho escrevi — Garcia Roiz —  
Salvador piz — fr<sup>co</sup> jorge — gp<sup>o</sup> da costa.

Camara aos 16 dias de setembro.

Aos dezasseis dias do mes de setembro da era de  
mil e seis centos e vinte annos se ajuntarão os officiaes  
da camara a saber os vvedores grasia roiz e gaspar da  
costa e o juiz bertholameu gl<sup>r</sup> e o procurador do con-  
selho fr<sup>co</sup> jorge e não tiveram q<sup>ue</sup> fazer digo que recer-  
e se assinarão em paulo da silva escrivão que ho escrevi  
— bart<sup>o</sup> gl<sup>r</sup> — gp<sup>o</sup> da costa — Garcia Roiz — fr<sup>co</sup>  
jorge.

E logo no mesmo dia mes e anno atraz nomeado se  
ajuntarão os officiaes a saber vvedor gaspar da costa  
e o juiz bertholameu gl<sup>r</sup> e o procurador do conselho  
fr<sup>co</sup> jorge e não estavam os outros presentes per serem  
idos mandarão soltar a juze p<sup>r</sup> que estava prozo por  
mandado da camara per não querer servir de casareiro  
afeto q<sup>ue</sup> servise avia mais de hã mes ou ho que na ver-  
dade se ochar e ara ho mandarão soltar p<sup>r</sup> que servise



Ata de Sessão do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga de 27 de fevereiro de 1627, em que se consigna a recusa do ex-Procurador do Concelho: *Gonçalo Pires*, em receber em devolução pela Edilidade a sua famosa cama, apreendida em 1620. Acervo da Divisão do Arquivo Histórico de São Paulo

conselho donde se costuma fazer vossaõ se ajuntarão em camara os officiaes della a saber o juiz senado alves o vereador rafaell dolliveira o vereador sebastião frz preto o vereador joão de brito casão o procurador cosme da silva estando todos juntos puzerão em pratica as cousas do bem comũ e pello procurador foi dito que não tinha que requerer de que fis este termo senão requireo que se puzesse courtell que ninguem fize ao sertão e os ditos officiaes ho mandarão por ho qual em escrivão ho puz floguo de que fis este termo manoell da Cunha escrivão da camara ho escrevi — Simão Alves — Raphael delivir — Joam de brito Casão — Sebastião frz preto — Cosme da Silva.

Sertifico em mº da Cunha escrivão da camara desta villa de são paulo em como ho verdade que eu notifiquei a pº pires viçoso tomar sua parte por mº dos officiaes desta camara ho qual respondeo que lha deson como lha tomarião que não a receberia e pº que cõsta fis esta oje vinte e sete de fevereiro de mill e seis centos e vinte e sete annos — Manoell da Cunha.

Aos seis dias do mes de março de anno presente de mill e seis centos e vinte e sete annos nesta villa de são paulo na casa do conselho donde se costuma fazer vossaõ se ajuntarão em camara os officiaes della o juiz ordinario joão frz saavedra o vereador rafaell dolliveira o vereador sebastião frz preto o vereador joão de brito casão o procurador cosme da silva estando todos juntos puzerão em pratica as cousas do bem comũ e pello procurador foi dito que lha requeria a elles officiaes mandassen por hũ courtell que nenhuma pessoa de qualqver qualidade que seja que não leve drº nem hũ desta villa pº fora e que visse pellos ditos officiaes foi mandado por courtell em pena de ho perderem o drº que desta villa sair que ninguem ho leve e do trinta dias de prisão e

pe hãem todas as drogas da terra pellas fazendas que pertencem com pena de seis mill rs pº este conselho e senado e pello procurador foi dito que não tinha mais que requerer de que fis este termo donde se assinaõ qui manoell da Cunha escrivão da camara ho escrevi — João frz de saavedra — Sebastião frz preto — Raphael delivir — Joam de brito Casão — Cosme da Silva.

Aos trase dias do mes de março de mill e seis centos e sete annos nesta villa de são paulo na casa do conselho donde se costuma fazer vossaõ se ajuntarão em camara os officiaes della o juiz senado alves o vereador rafaell dolliveira o vereador sebastião frz preto o vereador joão de brito casão o procurador cosme da silva estando todos juntos puzerão em pratica as cousas do bem comũ e pello procurador foi dito que não tinha que requerer mais que se puzesse courtell pº que não se quizesse obrigar visse a esta camara de que fis este termo manoell da Cunha escrivão da camara ho escrevi — Simão Alves — Joam de brito Casão — Raphael delivir — Sebastião frz preto — Cosme da Silva.

terros de jurantº dado a ambrozio pº.

e depois deste floguo na dita camara porisso ambrozio pº com hua provizão de mº e escrivão dos erros do cartão de monçario a qual lha fo dado jurantº conforme a dita provizão e que dose firmas como della visto e lha mandarão puzesse aqui seu sinal publico e que a de que fis este termo manoell da Cunha escrivão da camara ho escrevi — Ambrozio pº — Raphael delivir — João frz de saavedra — Simão Alves — Se-

Transliteração da Ata precedente determinada por Washington Luiz Pereira de Souza, quando Prefeito do Município de São Paulo. SÃO PAULO, Archivo Municipal de. *Actas da Camara da Villa de S. Paulo*: 1623-1628, vol. III, Século XVII. São Paulo: Ed. Duprat & C.<sup>a</sup>, 1915, p. 262. Acervo da Sala de Obras e Exemplos Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo



### MODA DA CAMA DE GONÇALO PIRES

Gonçalo Pires possui uma cama,  
Em uma vila não tem mais nenhuma,  
Gonçalo Pires se dá um estadião,  
Só ele na terra dorme gostoso  
Em traste bonito de estimação.

Deitem! dem! dem!... O sr. Ouvidor,  
Representante de Felipe IV,  
Já vem subindo pelo Cutahão,  
O sr. Antonio Rebelo Coelho  
Vem nesta vila fazer correição.

Deitem! dem! dem!... São Paulo nos acuda!  
Se agita a Municipalidade,

Ouvidor-geral não dorme no chão!  
Gonçalo Pires não quer emprestar  
Cama cobertor lençol e colchão.

Mas os vereadores são bons paulistas  
E Francisco Jorge, o procurador,  
Recebe da Câmara autorização:  
Trará a cama de Gonçalo Pires,  
Ele que deixe-se de mangação!

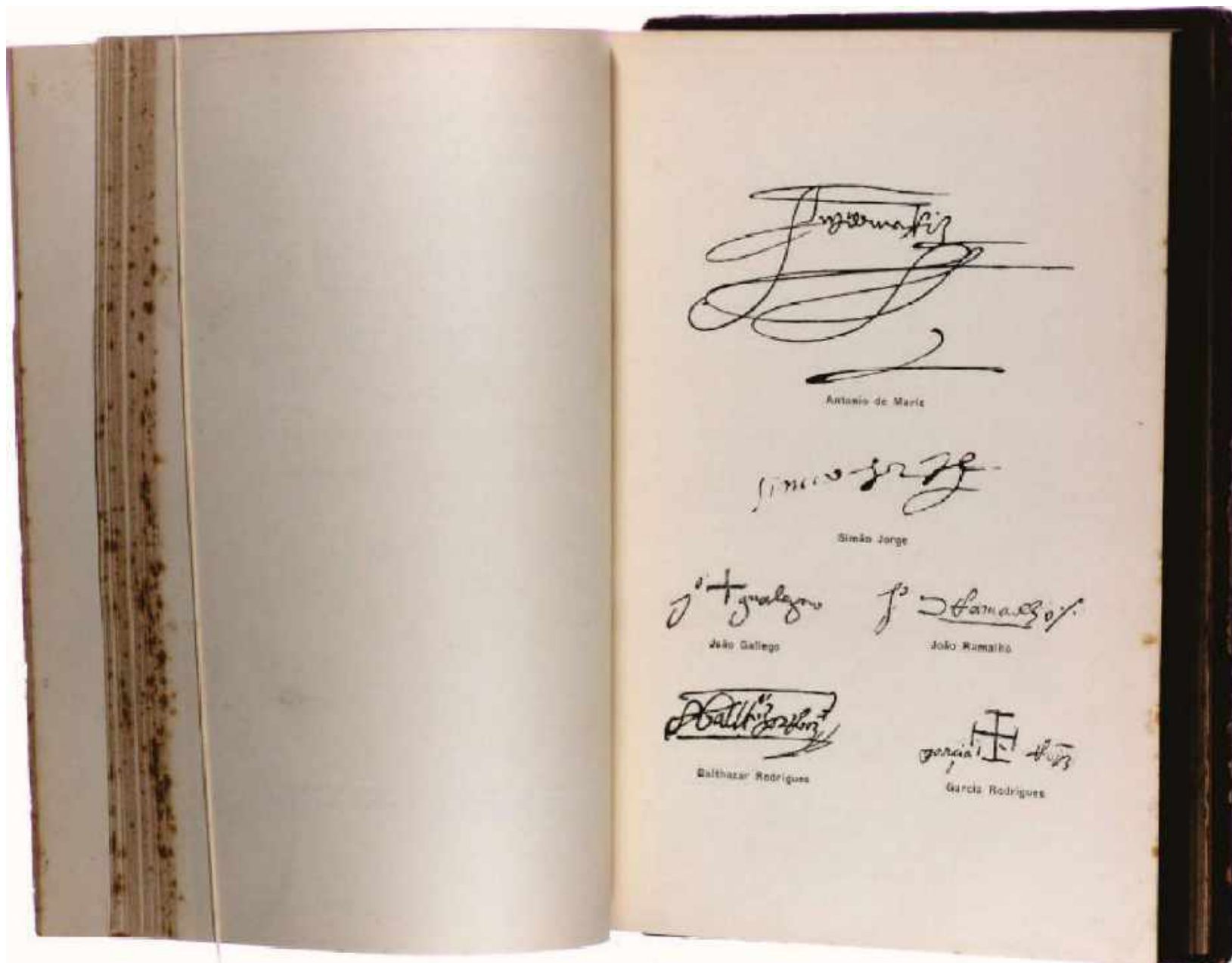
Gonçalo Pires reamanga, pejeja,  
Mas a autoridade é da Autoridade,  
Lá vêm pelas ruas em procissão,  
Cobertos de olhos relampeando inveja  
Cama cobertor lençol e colchão.

Que humido frio... Das varzeas em torno  
Na noite vazia que não tem fim  
Dissolve as casinhas a corrupção...  
O Ouvidor-geral sonha em cama boa  
E Gonçalo Pires dorme no chão.

Deitem! dem! dem!... O Ouvidor vai-se embora  
Sai mais festejado que quando entrou...  
A Câmara longa de satisfação.  
Mas os vereadores são bons paulistas:  
— Que entreguem-se a cama com prontidão.

Gonçalo Pires rejeita o bem dele,  
Não dorme em cheiro de ouvidor-geral...  
Se reúne a Câmara em nova sessão,  
— Lave-se o lousol! Indica o notário.  
Qual! Gonçalo culpou na rejeição.

Sete anos levam nessa pradeira  
A Câmara paulista e Gonçalo Pires,  
Paulista emperrando, não cede não  
E a história não sabe que fim levaram  
Cama cobertor lençol e colchão.



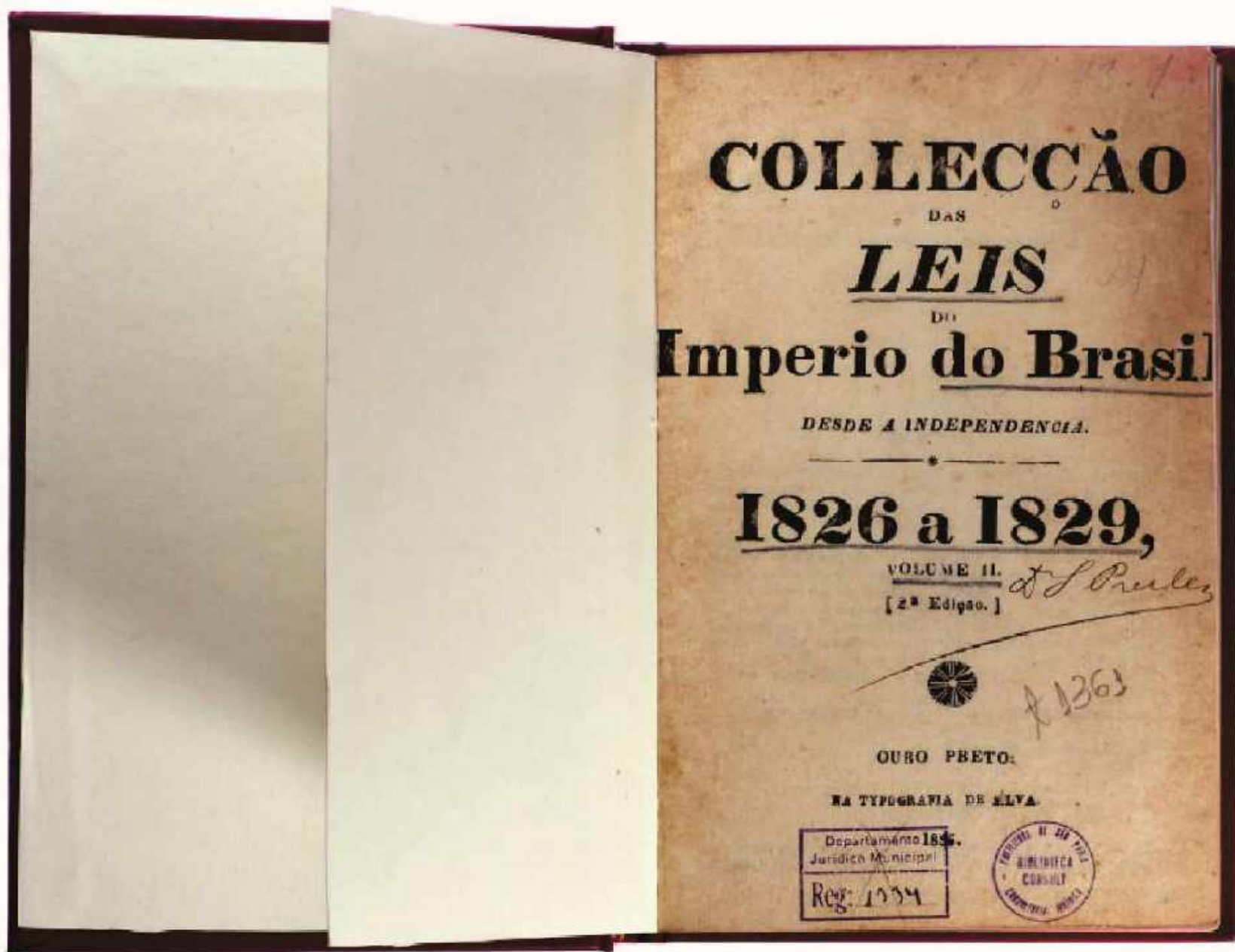
Firmas de oficiais do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga, dentre as quais se encontram a do Procurador Balthazar Rodrigues, bem como a do Capitão João Ramalho. In S. PAULO, Archivo Municipal de. *Actas da Câmara da Villa de S. Paulo: 1562-1596*, vol. I, Século XVI. São Paulo: Ed. Duprat & C.<sup>a</sup>, 1914, p. 30. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo

rita e p' não aver que quizeo llansar na obra q' se ha  
 banda do fazer p' se cobrir de palha e ripar de isara e p'  
 andar a preguião e ningu' não llansar nella q' dito creder  
 o d'ito juiz mandaram vir p' ante si a Alvaro anos u'  
 nesta villa empreiteiro q' fez a dita casa e obsestavu si  
 elle p' a cobrir da maneira declarada q' elle allreo mes  
 se obrigava como se obrigou a ripar a dita casa e  
 ripa de sum e a cobrir de sapoe de maneira q' duas oas  
 digno se esta de receber pella qual l'he paguaria dos  
 mil e seis sentos rs da maneira q' l'he paguarem o mil  
 dinheiro q' se l'he deve das paredes q' fez da dita casa  
 e elle comecou a fazer a dita obra tanto q' o mandamen-  
 to for acobido e de como acim se obsestavu e acim  
 nara aqui e os fructuos da conta escrivão da camara  
 q' o escrevi — ante b'quido — alvare anos — m' fe.

Oje quizeo dias do mes de agosto da era de mil  
 e quinhentos e setenta e cinco anos nesta villa de São  
 Paulo do campo da capitania do san' e' e nas casa  
 da morada de fr' p' q' san' dentro da dita villa estando  
 li os senhores vrendores ante embas e ante b'quido e mo-  
 nell f'x juiz ordinario e jur' f'x procurador do c' p'  
 fazera e praticarem em cousas necesarias p' bem e  
 proff do povo / logo p' elles sares officios foi mandado  
 ao regimento dos vrendores p' ser obra do c' e os d'itos  
 officios se obsestavam logo co os d'itos salvador p' e  
 vir p' ante si a salvador p' e seu jento p' p' comprar  
 p' não aver nesta villa officios de carpintaria p' em  
 obra q' hera mandavão fazer andar a preguião obse-  
 g' p' p' fazera a obra seguinte a saber h'ia p' p'  
 ee p' na banda da rua p' servir na casa do c' e ali  
 outra p' p' a casa do meio q' servira de cada h'ia  
 grade na mesma p' a qual grade sera de h'io e ali  
 q' ali e condria e mais h'ia cada p' o juiz estar con-  
 tudo co sua mesa q' sera de trez palmos e meio de re-  
 p'ido dez de largura co seus assentos de h'ia bordo e

Salvador Pires, Gonçalo Pires, Antonio Bicuado, Manuel Fernandes, João Fernandes

Assinaturas quinhentistas de oficiais do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga, encontrando-se dentre elas as dos senhores procuradores: Salvador Pires e Gonçalo Pires. In S. PAULO, Archivo Municipal de. *Actas da Câmara da Villa de S. Paulo*: 1562-1596, vol. I, Século XVI. São Paulo: Ed. Duprat & C.<sup>a</sup>, 1914, p. 77. Acervo da Sala de Obras e Exemplos Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo



*Collecção das Leis do Império do Brasil: desde a Independência - 1826 a 1829; vol. II; 2.<sup>a</sup> edição. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1836, frontispício. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais Oswaldo Aranha Bandeira de Mello da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo*

Registada na Chancellaria Mór do Imperio do Brasil  
a fl. 13 V. do L. 1.º de Cartas, Leis, e Alvarás. Rio  
de Janeiro 7 de Outubro de 1828.

*Manoel de Azevedo Marques.*

DOM PEDRO PRIMEIRO, POR GRAÇA DE DEOS, e Unani-  
me Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional,  
e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos  
os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral decretou, e  
Nós Queremos a Lei seguinte.

### TITULO I.

#### *Forma da Eleição das Camaras.*

Art. 1. As Camaras das Cidades se comporão de no-  
ve Membros, e as das Villas de sete, e de hum Secre-  
tario.

Art. 2. A Eleição dos Membros será feita de quatro  
em quatro annos, no dia 7 de Setembro, em todas as  
Parochias dos respectivos Termos das Cidades, ou Villas  
nos lugares, que as Camaras designarem, e que, 15 dias  
antes annunciarão por Editaes affixados nas portas prin-  
cipaes das ditas Parochias.

Art. 3. Tem voto na eleição dos Vereadores, os  
que tem voto na nomeação dos Eleitores da Parochia,  
na conformidade da Constituição Artigos 91, e 92.

Art. 4. Podem ser Vereadores todos os que puderem  
votar nas Assembléas Parochiaes, tendo dois annos de  
domicilio dentro do Termo.

Art. 5. No Domingo, que preceder pelo menos  
quinze dias, ao em que deve proceder-se a Eleição, o  
Juiz de Paz da Parochia fará publicar, e affixar nas por-  
tas da Igreja Matriz e das Capellas Filiaes della a Lis-  
ta geral de todas as Pessoas da mesma Parochia, que  
tem direito de votar, tendo para essa fim recebido as lis-  
tas parochiaes dos outros Juizes de Paz, que houverem nos

differentes Districtos, em que a sua Parochia estiver  
dividida.

Nos Lugares, onde se não tiverem ainda creado os  
Juizes de Paz, farão os Parochos as listas gerais, e as  
publicarão pela maneira determinada: recebendo as lis-  
tas parochiaes dos Capellães das Filiaes.

Art. 6. O que se sentir aggravado por ter sido in-  
devidamente incluído na lista dos votantes, ou della ex-  
cluído, poderá apresentar a sua queixa motivada á Assem-  
blea Eleitoral, logo que se reunir; e a Assembléa co-  
nhecendo, e decidindo definitivamente sem recurso, se  
achar ser justificada a queixa, e ter havido dolo naquel-  
le, que lhe deu lugar, o multará na quantia de 30\$ re-  
para as despezas da Camara, á que renetterá a relação  
dos multados.

Art. 7. Reunidos os Cidadãos no dia decretado, e  
nos lugares, que se designarem, depois que se tiver for-  
mado a Meza, na conformidade das Instrucções, que re-  
gulão as Assembléas Parochiaes para a Eleição dos Mem-  
bros das Camaras Legislativas, cada hum dos votantes  
entregará ao Presidente huma Sedula, que contenha o  
numero de nomes de pessoas elegiveis, correspondente  
ao dos Vereadores, que se houverem de eleger, e que  
será assignada no verso, ou pelo mesmo votante ou por  
outro a seu rogo, e fechada com hum rotulo, dizendo --  
Vereadores para a Camara da Cidade de..... ou Villa  
de.....: immediata, e successivamente entregará ou-  
tra Sedula, que contenha os nomes de duas pessoas ele-  
giveis, huma para Juiz de Paz, outra para Supplente do  
Districto, onde estes houverem de servir, e será do  
mesmo modo assignada, e fechada com rotulo, dizendo --  
Juiz de Paz, e Supplente da Parochia de....., ou da  
Capella de..... --.

Art. 8. Os que não poderem ir pessoalmente por  
impedimento grave, mandaráõ as Sedulas em Carta fe-  
chada ao Presidente da Assembléa declarando o motivo  
porque não comparecem.

Art. 9. Todo o Cidadão esão direito de votar, que  
não concorrer pessoalmente a dar a sua Sedula, ou não a  
mandar, sem legitimo impedimento participado ao Presidente

## TITULO V.

## Dos Empregados.

Art. 79. A Camara nomeará o seu Secretario o qual terá a seu cargo a escripturação de todo o expediente d'ella, passará as Certidões que lhe forem pedidas sem precisão de despachos, ficando por ellas os emolumentos taxados por Lei aos Escrivães; e terá em boa guarda, e arranja os Livros da Camara, e quanto pertencer ao Archivo, pelo que receberá huma gratificação annual, paga pelas rendas do Conselho. Será oscrutado, em quanto bem servir. Os Escrivães actuaes servirão de Secretarios durante os seus titulos.

Art. 80. A Camara nomeará hum Procurador, que será affiançado, ou por ella mesma debaixo de sua responsabilidade, ou por fidei jurem na proporção das rendas, que tem de arrecadar, e servirá por quatro annos.

Art. 81. Ao Procurador compete:

Arrecadar, e applicar as rendas, e multas destinadas ás despezas do Conselho.

Demandar perante os Juizes de Paz a execução das Fecturas, e a imposição das penas aos contraventores d'ellas.

Defender os direitos da Camara perante as Justicas Ordinarias.

Dar conta da Receita, e Despeza todos os trimestres no principio das Sessões.

Receberá seta por cento de tudo quanto arrecadar; se este redditto entto porem for superior ao trabalho, a Camara convencionará com o Procurador sobre a gratificação merecida.

Art. 82. Nomeará a Camara hum Porteiro, e sendo necessario, hum ou mais Ajudantes deste, encarregados da execução de suas ordens, e serviço da Casa com huma gratificação paga pelas rendas do Conselho.

Art. 83. Também nomeará a Camara hum ou mais Fiscaes, e seus Supplentes para servirem durante os quatro annos, assim estes como os nomeados no Artigo precedente, servindo huma vez não poderão ser constringidos

a tornar a servir senão depois de passados outros quatro annos.

Art. 84. Quando o Termo da Cidade, ou Villa comprehendir mais de huma Freguezia, ou tiver Camellarias Curules, nomeará a Camara para cada huma d'ellas, sendo necessario o Fiscal com seu Supplente, ou independente do sujeito ao da Cidade, ou Villa, como julgar mais conveniente.

Art. 85. Aos Fiscaes, e aos Supplentes na falta compete:

Vigiar na observancia das Posturas da Camara, promovendo a sua execução, pela advertencia aos que forem obrigados a ellas, ou particularmente, ou por meio de Edictos.

Activar ao Procurador no desempenho dos seus deveres.

Executar as Ordens da Camara.

Dar-lhe parte em cada reunião do estado da sua administração, e de tudo quanto julgarem conveniente.

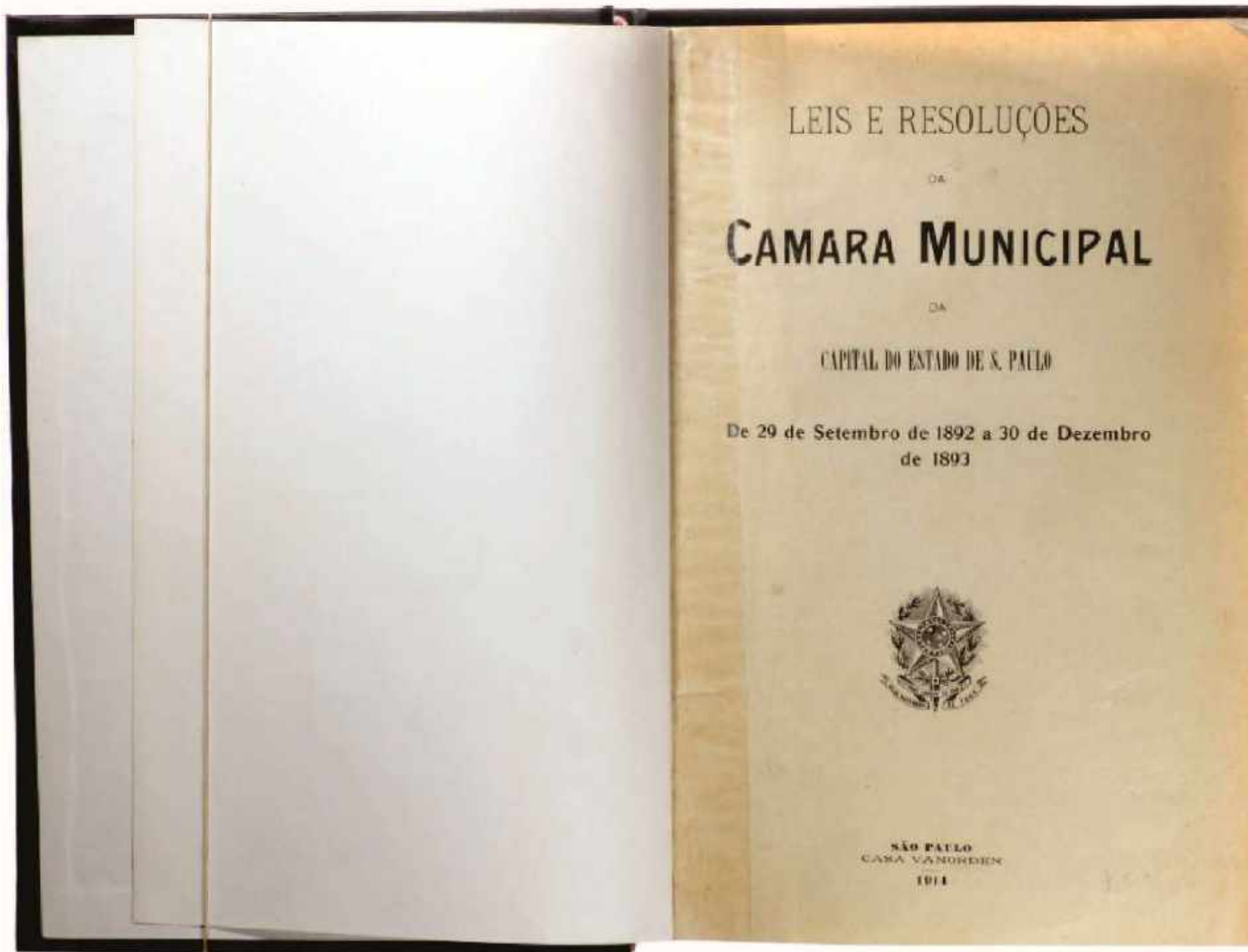
Para o expediente no desempenho destes seus deveres, se servirão do Secretario, e Porteiro da Camara.

Art. 86. Serão responsaveis os Fiscaes, e seus Supplentes no tempo, em que servirem, pelos prejuizos occasionados por sua negligencia; e se esta for julgada grave pela Camara, ou continuada, serão por ella multados em quantia de 10\$rs a 30\$rs, e demandados perante os Juizes de Paz, se recusarem pagar.

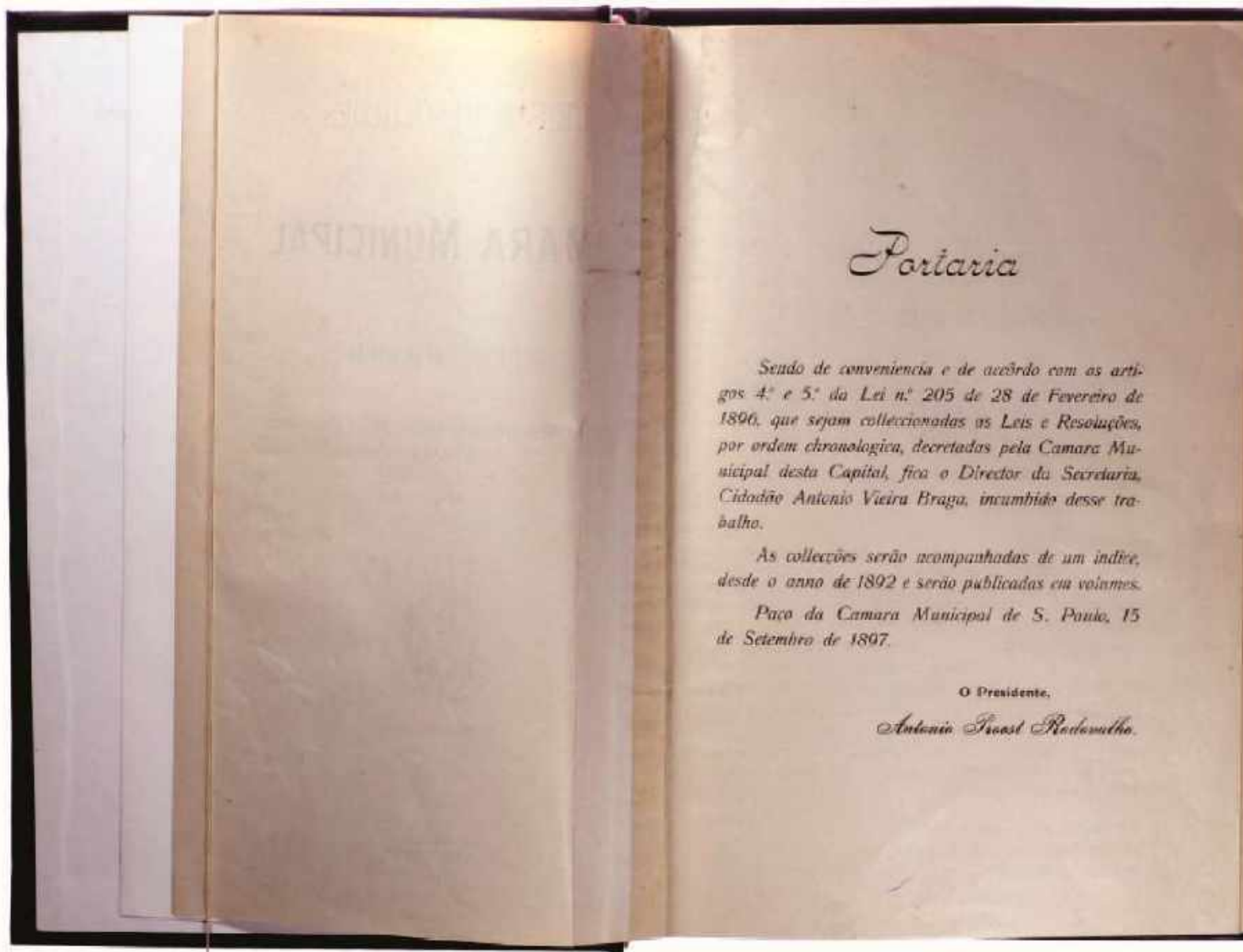
Art. 87. Os Fiscaes nas Capitães das Provincias receberão huma gratificação paga pelas rendas do Conselho, e approvada pelo Conselho Geal, ou pelo Governo, sendo na Corte.

Art. 88. Os Juizes de Paz são os plicativos para julgarem as multas por contravenções ás Posturas das Camaras a requerimento dos Procuradores d'ellas, ou das partes interessadas; e no processo seguirão o disposto nas Leis, que regularem suas attribuições, dando em todos os casos o pligação na forma das mesmas Leis, se a parte o requerer, logo que se lhe inimar a seu cargo.

Art. 89. Em todos os casos, em que esta Lei manda ás Camaras, que se dirijão aos Presidentes; devem



*Leis e Resoluções da Camara Municipal da Capital do Estado de São Paulo: De 29 de Setembro de 1892 a 30 de Dezembro de 1893. São Paulo: Casa Vanorden, 1914, capa. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais Oswaldo Aranha Bandeira de Mello da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo*



Portaria s/n.º do Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, de 15 de setembro de 1897, que determina a elaboração de coletânea cronológica e ordenada publicação da legislação municipal desde 1892, in *Leis e Resoluções da Camara Municipal da Capital do Estado de São Paulo*: De 29 de Setembro de 1892 a 30 de Dezembro de 1893. São Paulo: Casa Vanorden, 1914, página introdutória. Acervo da Sala de Obras e Exemplos Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo



LEI N. 431

*Levantamento de impostos municipais o estabelecimento em que funciona o "Lyceu de Artes e Officinas do Sagrado Coração"*

O cidadão dr. Antonio da Silva Prado, Prefeito do Município de S. Paulo, faz saber que a Camara, em sessão de 19 de outubro do corrente anno, decretou a lei seguinte:

Art. 1.º — Fica isento de impostos municipais o estabelecimento em que funciona o "Lyceu de Artes e Officinas do Sagrado Coração", sem prejuizo das prescripções de polícia administrativa e hygienica a que estão sujeitos os edificios e habitações da cidade.

Art. 2.º — Revogadas as disposições em contrario.  
O Secretario da Prefeitura a faça publicar.

Prefeitura Municipal de S. Paulo, 8 de novembro de 1899.

O Prefeito,  
Antonio Prado.

O Secretario,  
Henrique Coelho.

LEI N. 432

*Cria o logar de procurador judicial da Camara e autoriza o Prefeito a contractar a cobrança da dívida activa proveniente de impostos e multas.*

O cidadão dr. Antonio da Silva Prado, Prefeito do Município de S. Paulo, faz saber que a Camara, em sessão de 19 do mez findo, decretou a lei seguinte:

Art. 1.º — A Camara Municipal terá um procurador judicial, de nomeação e confiança do Prefeito, para tratar de todas as suas causas em juizo, com o vencimento mensal de um conto de reis e as porcentagens da tabella annexa.

Parágrafo unico. — Os solicitadores e mais auxiliares de que o procurador precisar, serão de sua livre escolha e pagos à sua custa.

Art. 2.º — Também poderá o Prefeito directamente contractar com uma ou mais pessoas, a cobrança da dívida activa no todo ou por parcelas, bem como os processos de infracções, mediante porcentagens que não excedam as consignadas e sem outras despesas para a Camara.

Art. 3.º — Revogadas as disposições em contrario.

O Secretario da Prefeitura a faça publicar.

Prefeitura Municipal de S. Paulo, 14 de novembro de 1899.

O Prefeito,  
Antonio Prado.

O Secretario,  
Henrique Coelho.

TABELLA A QUE SE REFERE A LEI SUPRA

Ao procurador, tanto nas cobranças extra-judiciaes como nas judiciais . . . . . 7%

*No Juizo das Feitas.*

(Para o effeito do art. 4.º da lei n. 630, de 22 de julho do corrente anno)

Ao juiz . . . . . 4%  
Ao escrivão . . . . . 3%  
Ao official de justiça . . . . . 1%

O Prefeito,  
Antonio Prado.

O Secretario,  
Henrique Coelho.

Lei n.º 432, de 14 de novembro de 1899. *Crêa o logar de procurador judicial da Camara e autoriza o Prefeito a contractar a cobrança da dívida activa proveniente de impostos e multas.* In *Leis, Resoluções, Actos e Actos Executivos da Camara Municipal da Capital do Estado de São Paulo*: de 1897 a 1899. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, pp. 148/149. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo

ACTO N. 69, DE 13 DE JANEIRO DE 1900

*Cria a taxa fixa de 50\$000 para os mercadores ambulantes de sementes*

O Prefeito do Município de S. Paulo, atendendo ao que lhe representou o Inspector do Thesouro e nos termos do art. 3.<sup>o</sup> da lei n. 286, de 10 de novembro de 1896 e regulamento de 28 de dezembro de 1896, resolve crear a taxa fixa de 50\$000 para os mercadores ambulantes de sementes, a qual fica incluída em tabella supplementar até se fazer nova revisão das vigentes.

Secretaria Geral da Prefeitura do Município de S. Paulo, 13 de janeiro de 1900.

O Prefeito,  
*Antonio Prado.*  
O Secretario,  
*Henrique Coelho.*

ACTO N. 70, DE 17 DE JANEIRO DE 1900

*Cria a taxa de 250\$000 sobre vehiculos em que se adoptem dragas ou croques para o assentamento de fios e cabos electricos*

O Prefeito do Município de S. Paulo, á vista do que lhe representou o Inspector do Thesouro, e nos termos do art. 3.<sup>o</sup> da lei n. 286, de 10 de novembro de 1896 e regulamento de 28 de dezembro de 1896, resolve crear a taxa fixa de 250\$000 annuaes sobre vehiculos em que se adoptem dragas ou croques para o assentamento de fios e cabos electricos, a qual fica incluída em tabella supplementar até se fazer nova revisão das vigentes.

Secretaria Geral da Prefeitura do Município de S. Paulo, 17 de janeiro de 1900.

O Prefeito,  
*Antonio Prado.*  
O Secretario,  
*Henrique Coelho.*

ACTO N. 71, DE 29 DE JANEIRO DE 1900

*Dá Regulamento á Procuradoria Judicial da Camara Municipal*

O Prefeito do Município de S. Paulo, usando das attribuições que lhe confere o § 8.<sup>o</sup> do art. 152, da lei n. 9, de 3 de dezembro de 1892 e para a bõa execução da lei n. 432, de 14 de novembro ultimo, resolve mandar que se observe o seguinte

REGULAMENTO DA PROCURADORIA JUDICIAL DA CAMARA

Art. 1.<sup>o</sup> — O Procurador Judicial da Camara é o seu advogado e representante nos juizes de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> instancia do Estado e da União.

Art. 2.<sup>o</sup> — O procurador depende do Thesouro Municipal, quanto á cobrança dos impostos e multas, mas recebe instruções directamente do Prefeito, de quem é subordinado.

Art. 3.<sup>o</sup> — O procurador deverá ser formado em direito e advogado.

É de livre nomeação do Prefeito, que o conservará em quanto bem servir.

Art. 4.<sup>o</sup> — O procurador não transige nem recebe as primeiras citações e com excepções da cobrança da divida activa, só propõe acção em juizo de ordem do Prefeito.

Art. 5.<sup>o</sup> — São attribuições e encargos do procurador:

1.<sup>o</sup> — Demandar e ser demandado pelos interesses da Camara que se pleitearem no judicial.

2.<sup>o</sup> — Responder ás consultas e emitir parecer sobre todas as questões de direito referentes á Municipalidade.

3.<sup>o</sup> — Fazer entrar por meio de guias para o Thesouro Municipal o resultado em dinheiro da cobrança e dos processos de infracções de que fór encarregado.

4.<sup>o</sup> — Comunicar ao Prefeito as sentenças proferidas a favor ou contra a Camara, os recursos interpostos e mesmo os incidentes dos processos de mais importancia, que convenham ser de prompto conhecidos.

5.<sup>o</sup> — Fazer as despesas a seu cargo no expediente e causas da Camara, prestando mensalmente contas do dinheiro que para esse fim foi-lhe adiantado no Thesouro.

Acto n.º 71, do Prefeito do Município de São Paulo, de 29 de janeiro de 1900. *Dá Regulamento à Procuradoria Judicial da Camara Municipal.* In *Leis e Actos da Camara Municipal da Capital do Estado de São Paulo: De 1900 a 1902.* São Paulo: Casa Vanorden, 1916, p. 235. Acervo da Sala de Obras e Exemplaes Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo

LEI n. 1.255, de 30 de Outubro de 1909

*Autoriza o Prefeito a pagar a quantia de 7.445\$000 ao sr. José de Freitas Guimarães.*

O Dr. Antonio da Silva Prado, Prefeito do Município de São Paulo:

Faço saber que a Câmara, em sessão de 28 do corrente, decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Art. 1.º — Fica o sr. Prefeito Municipal autorizado a pagar ao sr. José de Freitas Guimarães a quantia de sete mil e quatrocentos e quarenta e cinco réis (7.445\$000), proveniente de multa criada pelo tratado vencidas nos processos-crimes de três polices absolvidas, quando Promotor Público desta capital.

Art. 2.º — O pagamento a que se refere o art. 1.º, será feito pela verba competente do orçamento de 1910, ficando, outrossim, o mesmo sr. Prefeito autorizado a fazer a operação de crédito, si for necessária.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

O Director Geral a faça publicar.

Secretaria Geral da Prefeitura do Município de S. Paulo,  
30 de outubro de 1909.

O Prefeito,  
Antonio Prado.

O Director Geral,  
Alvaro Ramoz.

LEI n. 1.256, de 30 de Outubro de 1909

*Reorganiza a Procuradoria Judicial*

O Dr. Antonio da Silva Prado, Prefeito do Município de São Paulo:

Faço saber que a Câmara, em sessão de 28 do corrente, decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Art. 1.º — Ficam criados na Procuradoria Judicial os cargos de sub-procurador, escriptuario e cobrador, com os vencimentos da tabela annexa e com as attribuições que lhes forem conferidas no regulamento que expedirá o Prefeito, reorganizando a mesma repartição.

§ Unico. — Para estes cargos deverão ser aproveitados os actuaes empregados particulares do Procurador e os que alli estão atrevido em contractação.

Art. 2.º — O ordenado do Procurador passará a ser de doze mil e seiscentos e setenta e cinco réis annuaes (12.000\$000), perdendo esse funcionario o direito a percentagem pela arrecadação, que lhe era conferida pelo art. 1.º da lei n. 452, como compensação pela obrigação que lhe assistia de pagar a sua custa os seus auxiliares.

Art. 3.º — As custas que forem contadas aos funcioneiros da Procuradoria, em qualquer ponto ou instancia, passarão a constituir renda do Município.

§ Unico. — Enquanto não for reformado o actual regulamento de custas do Estado, poderá o Prefeito dispensar no todo ou em parte, nos executivos fiscaes, o recolhimento das custas, que ficam pertencendo à Municipalidade.

Art. 4.º — Pela verba "Espediente", da Procuradoria Judicial, correrá a despesa necessaria com um servente contractado.

Art. 5.º — Esta lei entrará em execução a 1.º de janeiro de 1910.

ACTO n. 338, de 28 de Dezembro de 1909.

*Dá regulamento à Procuradoria Judicial*

O Prefeito do Município de S. Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas por lei e para a execução da lei municipal n. 1.256 de 30 de outubro de 1909, resolve expedir o seguinte:

REGULAMENTO DA PROCURADORIA JUDICIAL

Art. 1.º — A Procuradoria Judicial, que é o departamento administrativo da Prefeitura a cujo cargo ficam confiados os serviços de defesa judicial dos direitos da Municipalidade e cobrança de sua dívida activa, funcionará com o seguinte pessoal, cujos vencimentos são os da tabela anexa a este regulamento:

- 1 procurador
- 1 sub-procurador
- 1 solicitador
- 1 inscripturário
- 1 cobrador.

Art. 2.º — Ao Procurador compete dirigir e inspecionar todos os trabalhos da Procuradoria, distribuir os serviços pelos seus auxiliares, de accordo com as necessidades do expediente, e, especialmente:

1.º — Officiar em todas as causas em que fór a Municipalidade, por qualquer forma, interessada.

O Procurador, porém, não transge, nem recebe as primeiras citações e, com excepção da cobrança da dívida activa e processos de infracção de posturas, só propõe acção em juizo de ordem do Prefeito.

2.º — emitir parecer sobre todas as questões de direito que se levantarem no despacho do expediente de qualquer das repartições da Municipalidade.

3.º — responder as consultas que lhe forem feitas por qualquer funcionario ou empregado municipal sobre materia juridica de interesse para a Municipalidade.

Essas consultas, salvo no caso de urgencia, deverão ser feitas por escripto e por intermedio da Secretaria Geral da Prefeitura.

4.º — fazer entrar mensalmente para o Thesouro Municipal, o resultado em dinheiro da cobrança e os processos de infracção de posturas, assim como das custas vencidas em juizo pelos empregados da Procuradoria.

5.º — fazer as despesas a cargo da Procuradoria, prestando conta do dinheiro que para esse fim lhe fór adiantado.

6.º — apresentar relatório annual circumstanciado dos trabalhos da Procuradoria.

Art. 3.º — Ao sub-procurador além de auxiliar directamente o procurador, representando-o em todos os actos e diligencias de que fór incumbido, compete especialmente:

1.º — Promover a cobrança da dívida activa e os processos de infracção de posturas.

2.º — informar os requerimentos sobre impostos e multas.

Art. 4.º — Ao solicitador incumbem:

1.º — Exercer todas as attribuições que são conferidas aos solicitadores de juizo;

2.º — cumprir as ordens e instrucções dos Procuradores em todas as causas em que fór interessada a Municipalidade;

3.º — promover a prompta extracção dos mandados executivos e fiscalizar o seu cumprimento.

4.º — acompanhar os processos de infracção de posturas e dar-lhes andamento;

5.º — representar os procuradores quando estes não puderem comparecer em quaesquer actos judiciais;

ACTO N. 470, DE 27 DE MAIO DE 1912

*Concede aposentadoria ao sr. dr. Mario Vicente de Azevedo,  
procurador judicial da Camara*

O Prefeito do Municipio de S. Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, n. 5, da lei estadual n. 1.038, de 19 de dezembro de 1906, de accordo com os arts. 10 e 11 da lei municipal n. 848, de 30 de setembro de 1905 e com o art. 1.º da lei n. 1.534, de 26 de abril de 1912, e attendendo ao que lhe requerer o sr. dr. Mario Vicente de Azevedo, procurador judicial da Camara, resolve aposentá-lo com o ordenado proporcional a quinze annos, um mez e quatro dias de serviços effectivos, visto ter sido provada a sua incapacidade physica para continuar naquella cargo.

Secretaria Geral da Prefeitura do Municipio de S. Paulo,  
27 de maio de 1912.

O Prefeito,  
*Raymundo Duprat.*  
O Director Geral,  
*Alvaro Ramos.*

ACTO N. 471, DE 29 DE MAIO DE 1912

*Manda cobrar laudemio sobre a remissão de fôros*

O Prefeito do Municipio de S. Paulo, considerando que a emphyteuse é materia regulada por lei de direito civil já existentes;

considerando que o regulamento municipal sobre emphyteuses é omisso quanto a remissão de fôros;

considerando que para a remissão, além dos 30 annos de fôros, a municipalidade pôde cobrar laudemio, desistindo do seu direito de opção;

considerando que o laudemio é devido tanto pelo valor do terreno como pelo das benfeitorias;

considerando, finalmente, que no regulamento municipal, expedido para a facilidade do expediente da repartição encarregada das emphyteuses, foram omitidas as disposições daquellas leis referentes ao caso, por ser o mesmo de data anterior á lei municipal n. 493, de 26 de outubro de 1900, que autorizou o Prefeito a conceder remissão de fôros:

RESOLVE, usando das attribuições que lhe são conferidas por lei, que para a remissão, além dos 30 annos de fôros, seja cobrado o laudemio de 2 ½ % sobre o valor do terreno aforado e das benfeitorias nelle existentes, valor esse que será calculado pela Directoria de Obras Municipaes, para o que lhe serão enviados todos os pedidos de remissão, depois de informados pelo Thesouro quanto ao valor do fôro annual e a data do contracto emphyteutico, não podendo ser concedidos pelo Prefeito remissão de fôros das emphyteuses constituídas posteriormente ao anno de 1900, "ex-vi" do art. 20 da lei municipal n. 493, de 26 de outubro de 1900.

Secretaria Geral da Prefeitura do Municipio de S. Paulo,  
29 de maio de 1912.

O Prefeito,  
*Raymundo Duprat.*  
O Director Geral,  
*Alvaro Ramos.*

vigente, para dar cumprimento á referida lei n. 1.621, de 22 de novembro de 1912, por conta do saldo a se verificar no fim do corrente exercicio financeiro.

Secretaria Geral da Prefeitura do Municipio de S. Paulo,  
12 de abril de 1912, 360.º da fundação de S. Paulo.

O Prefeito,  
*Raymundo Duprat.*

O Director Geral,  
*Alvaro Ramos.*

ACTO N. 571, DE 12 DE ABRIL DE 1913

*Abre um credito supplementar de 7.432\$200 á verba  
"Indemnizações" do orçamento vigente*

O Prefeito do Municipio de S. Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas por lei e de accordo com a lei n. 1.565, de 25 de julho de 1912, resolve abrir no Thesouro Municipal um credito supplementar de sete contos quatrocentos e trinta e dois mil e duzentos réis (7.432\$200) á verba "Indemnizações" do orçamento vigente, para dar cumprimento á referida lei n. 1.565, de 25 de julho de 1912, por conta do saldo a se verificar no fim do corrente exercicio financeiro.

Secretaria Geral da Prefeitura do Municipio de S. Paulo,  
12 de abril de 1912, 360.º da fundação de S. Paulo.

O Prefeito,  
*Raymundo Duprat.*

O Director Geral,  
*Alvaro Ramos.*

ACTO N. 572, DE 14 DE ABRIL DE 1913

*Abre um credito de 125.000\$000, supplementar á verba  
"Indemnizações" do orçamento vigente*

O Prefeito do Municipio de S. Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas por lei e sob sua responsabilidade, resolve abrir no Thesouro Municipal um credito supplementar de cento e vinte cinco contos de réis (125.000\$000) á verba "Indemnizações" do orçamento vigente, para dar cumprimento á portaria n. 2.245, desta data.

Secretaria Geral da Prefeitura do Municipio de S. Paulo,  
14 de abril de 1913, 360.º da fundação de S. Paulo.

O Prefeito,  
*Raymundo Duprat.*

O Director Geral,  
*Alvaro Ramos.*

ACTO N. 573, DE 16 DE ABRIL DE 1913

*Reorganiza as repartições da Prefeitura*

O prefeito do Municipio de S. Paulo, usando dos poderes que lhe foram delegados pela Camara no art. 2.º da lei municipal n. 1.664, de 19 de março de 1913, resolve:

Art. 1.º — Os serviços do executivo municipal ficam a cargo das seguintes repartições, subordinadas ao Prefeito:

Gabinete do Prefeito.  
Directoria Geral da Prefeitura.  
Directoria do Expediente, Assentamento de Empregados e Instrução Publica.

ACTO N. 947 DE 24 DE JULHO DE 1916

Abre um credito especial de 10:000\$000

O Prefeito do Municipio de S. Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas por lei e de accordo com o art. 14 da lei n. 1.940, de 30 de outubro de 1915, resolve abrir ao Thesouro Municipal um credito especial de 10.000\$000 (dez contos de reis), para cumprimento da lei n. 1.665, de 19 de março de 1913, por conta do saldo a se verificar ao encerrar-se o corrente exercicio financeiro.

Prefeitura do Municipio de S. Paulo, 24 de julho de 1916, 363.º da fundação de S. Paulo.

O Prefeito,

WASHINGTON LUIS P. DE SOUSA.

O Director Geral,

Arnaldo Cintra.

ACTO N. 948 — DE 28 DE JULHO DE 1916

Expede regulamento para a Procuradoria Municipal, nos termos do art. 20, da lei n. 1.828, de 31 de outubro de 1914, e do art. 39, do Acto n. 573, de 16 de abril de 1913.

O Prefeito do Municipio de S. Paulo, nos termos do n. 9 do art. 24 da lei estadual n. 1.026, de 19 de dezembro de 1906, do art. 20 da lei municipal n. 1.828, de 31 de outubro de 1914, do art. 39, do Acto n. 573, de 16 de abril de 1913, resolve expedir o presente acta, que regulamenta a Procuradoria Municipal.

CAPITULO I

Pessoal e attribuições

Art. 1.º — A Procuradoria Municipal fica directa e immediatamente subordinada ao Prefeito. (Acto n. 573, de 1913, art. 1.º).

Art. 2.º — A Procuradoria Municipal incumbê promover em juizo, em 1.º e 2.º instancia, a defesa dos direitos da Municí-

palidade, tanto autora ou como ré, o processo por infração de posturas, a cobrança, amigável ou judicial, da divida activa e fazer recolher ao Thesouro as respectivas quantias, mediante guias.

Art. 3.º — A Procuradoria Municipal tem o seguinte pessoal:

- a) — 1 procurador;
- b) — 3 sub-procuradores;
- c) — 2 auxiliares;
- d) — 1 primeiro escriptuario;
- e) — 1 segundo escriptuario;
- f) — 1 cobrador;
- g) — 1 contínuo.

Art. 4.º — Ao procurador incumbê dirigir e inspecionar todos os trabalhos da Procuradoria, distribuindo o serviço pelos seus auxiliares, nos termos do presente regulamento e especialmente:

1.º — officiar em todas as instancias nas causas em que fôr a Municipalidade, por qualquer forma, interessada. O procurador, porém, não transige nem recebe as prancias citações, não propõe acção em juizo de ordem do Prefeito, salvo as referencas a cobrança da divida activa e ao processo de infração de posturas.

2.º — emitir parecer sobre todas as questões de direito que se levantarem no despacho do expediente de qualquer das repartições da Municipalidade;

3.º — responder ás consultas que lhe forem feitas por qualquer funcionario ou empregado da Prefeitura Municipal sobre materia juridica de interesse para a Municipalidade. Essas consultas, salvo no caso de urgencia, deverão ser feitas por escripto e por intermedio dos directores das respectivas repartições.

4.º — enviar mensalmente ao Prefeito a relação das custas e despesas correspondentes ao mez vencido e que estejam a cargo da Municipalidade nas acções em que esta figurar como parte;

5.º — promover, de ordem do Prefeito, as desapropriações por utilidade ou necessidade municipal;

6.º — exhibir e depositar em juizo, por conta de quem de direito, as quantias relativas a acquisição de bens gravados de onus;

7.º — emitir parecer quanto á forma e redacção juridica dos contractos que tenham que ser feitos pela Prefeitura; (Acto n. 573, de 1913, art. 33).

Acto n.º 948, do Prefeito do Município de São Paulo, de 28 de julho de 1916. *Expede regulamento para a Procuradoria Municipal, nos termos do art. 20, da lei n. 828, de 31 de outubro de 1914, e do art. 39, do Acto n. 573, de 16 de abril de 1913.* In *Leis e Actos do Município de São Paulo*: do anno de 1916. São Paulo: I.O.E.S.P., 1936, pp. 278/279. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo

Art. 2.º — A não aprovação no exame medico referido implica em cassação immediata da carta de habilitação.

Art. 3.º — Todos os conductores de vehiculos e ascensoristas que não foram submettidos a exame medico para a obtenção das respectivas cartas de habilitação, ou cujos exames datem de mais de dois annos, serão chamados para exame perante o Serviço de Exames de Saúde, dentro do prazo de doze meses a contar da publicação deste Acto.

§ unico — A primeira chamada para o novo exame será feita na ordem de antiguidade da carta de habilitação, e as demais chamadas, pela data do ultimo exame medico.

Art. 4.º — A partir de primeiro de Janeiro de 1932, para obtenção do cartão de matrícula annual deverão os conductores de vehiculos apresentar attestado de aprovação e exame medico feito pelo Serviço de Exame de Saúde ou pelas Comissões Medicas Municipaes, anteriormente á sua extinção, dentro dos dois annos anteriores.

Art. 5.º — Ficará a cargo da Terceira Delegacia Auxiliar a fiscalização á observancia deste Acto.

Art. 6.º — Para o primeiro exame praticado nos candidatos a carta de habilitação de conductor de vehiculos a motor será cobrado pelo Serviço de Exames de Saúde a taxa de 20\$000 (vinte mil réis), e, para os demais exames, a taxa de 10\$000 (dez mil réis).

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura do Município de São Paulo, 25 de Dezembro de 1930, 377.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito,

*Luiz de Anhaia Mello.*

O Director do Expediente,

*Alvaro Martins Ferreira.*

ACTO N. 27, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1930

*Subdivide a Procuradoria Fiscal do Município de São Paulo, em dois departamentos e dá outras providencias.*

Considerando que os serviços a cargo da Procuradoria Fiscal comprehendem, não só os anções referentes á cobrança da divida activa, ás multas por infracção de posturas e ás leis sobre reconstrução, mas tambem os feitos que interessam os bens patrimoniaes do Município, inclusive as expropriações e cobrança de rendas provenientes daquelles bens;

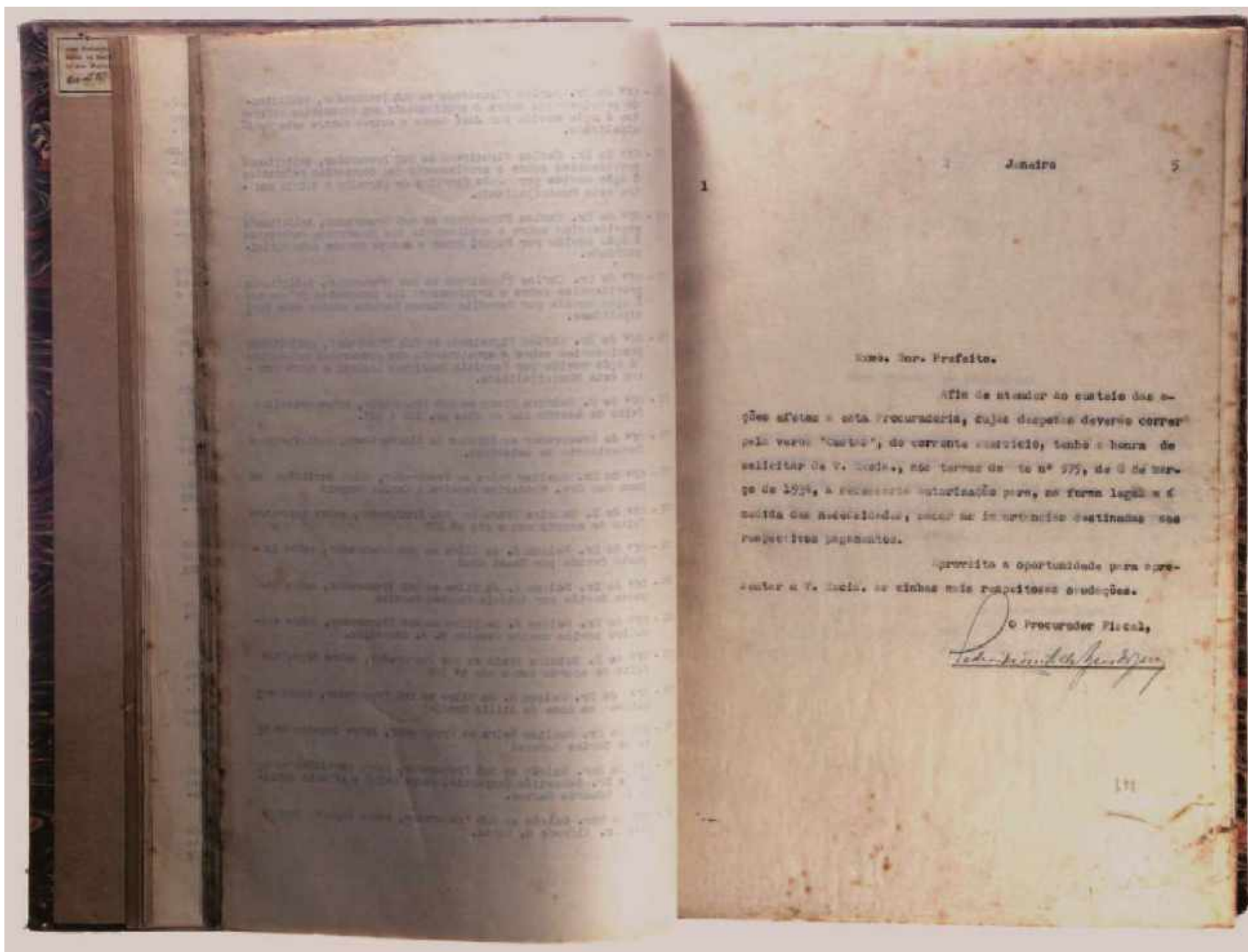
considerando o crescimento vultoso dos serviços referencias nos feitos indicados em segundo lugar, e a necessidade constante, para a execução desses serviços, de esclarecimentos da Directoria do Patrimonio Municipal, por seus engenheiros e auxiliares do seu archivo, donde resulta a conveniencia de estabelecer-se um entendimento directo entre Directoria do Patrimonio e os encarregados daquelles feitos;

considerando ainda que esse objectivo pode ser realzado, mediante a divisão da Procuradoria Fiscal em dois departamentos, um incumbido das causas referidas em primeiro lugar, e outro das referidas em segundo;

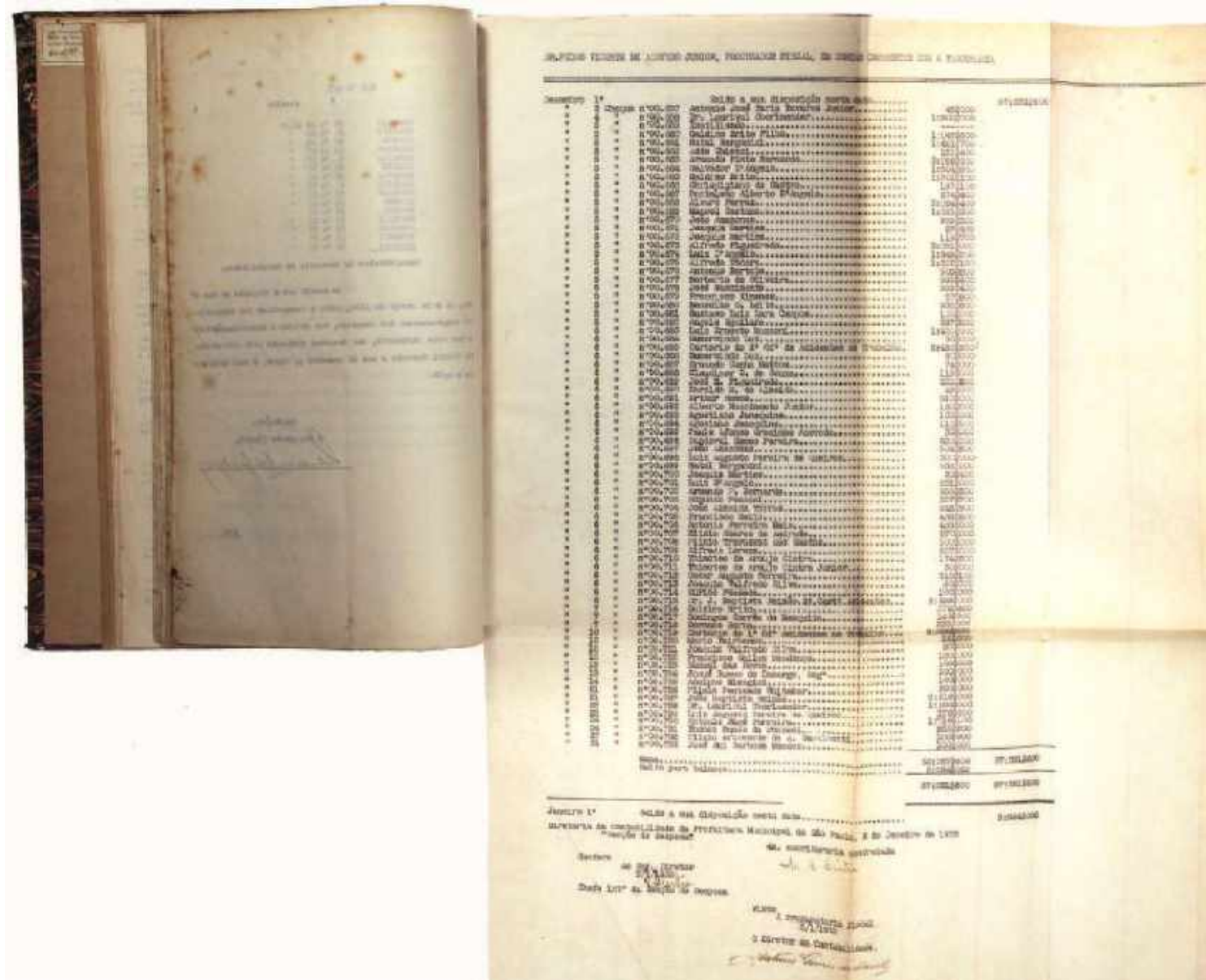
Considerando que essa sub-divisão visa attender aos reclamos dos serviços, que, assim, se realizarão com mais presteza e eficiencia, e isso sem alteração na despesa, visto como serão aproveitados não só o mesmo pessoal, da actual Procuradoria, mas tambem funcionarios removidos da extinta Camara Municipal, o Prefeito do Município de São Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo § 4.º do art. 11, do Decreto Federal, n. 19398, de 11 de Novembro de 1930, resolve:

Art. 1.º — A Procuradoria Fiscal do Município fica sub-dividida em dois departamentos: Procuradoria Fiscal e Procuradoria Judicial.





Segunda via de Ofício s/n.º, datado de 2 de janeiro de 1935, firmada pelo senhor Procurador Fiscal do Município de São Paulo: Pedro Vicente de Azevedo Junior, e declinada ao senhor Prefeito deste Município. Acervo da Sala de Obras e Exemplaes Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo



Relatório de Contas Correntes com o Tesouro Municipal do Senhor Procurador Fiscal do Município de São Paulo: Pedro Vicente de Azevedo Junior, elaborado pela Diretoria de Contabilidade da Prefeitura em 3 de janeiro de 1935. In *Departamento Jurídico - Ofícios: 1935*, Tomo 1. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, encadernado em 25 de março de 1936. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo

e) — propagar a pratica de brinquedos e jogos nacionaes, cuja tradição as crianças já perderam ou tendem, dia a dia, a perder;

f) — promover a pratica de todos os jogos que, pela experiencia universal, forem dignos de ser incorporados ao patrimonio dos jogos inspirados nas tradições locais e nacionaes;

g) — aproveitar as oportunidades que lhes proporcionar o interesse das crianças, para lhes ministrar a educação physica, systematizada por meio de exercícios adequados.

§ 1.º — Serão nomeados para esses cargos professores diplomados por Escola Normal do Estado, que tenham feito cursos de educadores sanitarios no Instituto de Hygiene de São Paulo, ou de educação physica infantil no Departamento de Educação Physica do Estado ou cursos de especialização de educação pre-primaria no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo.

§ 2.º — Terão preferencia os candidatos que, sendo professores diplomados por Escola Normal do Estado tiverem feito dois dos cursos citados no paragraho anterior.

Art. 10 — O governo municipal expedirá, dentro de tres mezes, o regulamento do presente Acto.

Art. 11 — Ficam abertos os creditos necessarios para a execução deste Acto até o limite maximo de cem contos de réis.

Art. 12 — O primeiro provimento dos cargos creados pelo presente Acto será feito livremente pelo Prefeito.

Art. 13 — Os vencimentos do pessoal do Serviço Municipal de Jogos e de Recreio serão os constantes da tabella annexa.

Art. 14 — Fica revogado em todos os seus termos, o Acto n. 590, de 26 de março de 1934, assim como as demais disposições em contrario.

Art. 15 — Este Acto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de São Paulo, 9 de janeiro de 1935, 381.ª da fundação de São Paulo.

O Prefeito,

*Fabio da S. Prado.*

O Director do Expediente,  
*Alvaro Martins Ferreira.*

TABELLA DE VENCIMENTOS ANNUAES, ANNEXA  
AO ACTO N. 767, DE 9 DE JANEIRO DE 1935:

Chefe do Serviço Municipal de	
Jogos e de Recreio . . . . .	16:800\$000
Administrador Geral . . . . .	12:000\$000
Instructor ou instructora . . . . .	6:000\$000
Guarda Municipal . . . . .	3:600\$000

ACTO N. 768, de 10 de Janeiro de 1935

*Reorganiza as Repartições da Prefeitura.*

O Prefeito do Municipio de São Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo paragraho 4.º do art. 11, do Decreto Federal n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, e nos termos do disposto no n. III, do art. 13, da Constituição Federal de 16 de Julho de 1934, e do parecer n. 2, emitido pelo Conselho Consultivo do Estado, em sessão de 3 do corrente mez,

Acto n.º 768, de 10 de janeiro de 1935. *Reorganiza as repartições da Prefeitura.* In *Actos do Município de São Paulo*: do anno de 1935. São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunais, 1936, p. 63. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo

1934 resolve aposentá-lo no referido lugar, com o ordenado mensal de duzentos e noventa e seis mil noventa e sessenta reis, por contar mais de vinte e cinco annos de serviço effectivo.

Prefeitura do Município de São Paulo, 21 de fevereiro de 1935, 382.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito,  
*Fabio da S. Prado.*

O Director do Departamento do  
Expediente e do Pessoal,  
*Aluaco Martins Ferreira.*

ACTO N. 805, de 25 de Fevereiro de 1935

*Organiza o Departamento Juridico  
Municipal e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de São Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 4.º, do art. 11, do Decreto Federal n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, e de conformidade com o disposto no Acto n. 768, de 10 de janeiro de 1935.

*Decreta:*

CAPITULO I

*Da Organização*

Art. 1.º — As actuaes Procuradorias Fiscal e Judicial e a Procuradoria Administrativa, ora criada, passam a constituir divisões do Departamento Juridico Municipal, com a organização constante deste acto.

Art. 2.º — A direcção do Departamento compete a um Director, de immediata confiança do Prefeito,

por elle nomeado de accôrdo com o art. 3.º, do Acto 768, de 10 de janeiro de 1935.

Art. 3.º — Cada Procuradoria será dividida em duas secções, denominadas 1.ª e 2.ª Sub-Procuradorias, sem qualquer superioridade hierarchica de uma sobre a outra.

Art. 4.º — Annexa á Directoria do Departamento haverá uma bibliotheca, que será commum ás tres Procuradorias.

Art. 5.º — Competem á Procuradoria Fiscal:

a) — A cobrança amigavel ou judicial de toda a divida activa e de qualquer outro credito do Município que não seja proveniente ou resultante de acções de competencia da Procuradoria Judicial.

b) — A cobrança das multas por infracção de posturas;

c) — As acções de consignação ou deposito, que se relacionem com feitos de sua competencia;

d) — As acções em que se peça a restituição de impostos, taxas, multas por infracção de posturas, ou quaisquer outras contribuições arrecadadas pelo Município;

e) — As acções que, embora de competencia da Procuradoria Judicial lhe tenham sido, por impedimento ou suspensão desta, ou por simples conveniencia do serviço, distribuidas pelo Prefeito ou pelo Director do Departamento;

f) — dar informações e pareceres em assumptos que se relacionem com os seus commettimentos.

§ unico — Salvo determinação em contrario do Director do Departamento, compete á 1.ª Sub-Procuradoria a cobrança amigavel da divida activa e organização da respectiva escripturação e a 2.ª Sub-Procuradoria a cobrança judicial da mesma divida, com as demais attribuições constantes deste artigo.

## DEPARTAMENTO JURIDICO

Divisão da Cobrança Amigável e Inscrição de Dívida Ativa

### BOLETIM DE ARRECADACÃO

Em 3 de Abril de 1939

#### CONTAS DE RECEITA

C. ANTIGA	PREFECCOS	No	IMPORRANCIAS
<u>C. DE 1938 E ANTERIORES</u>			
Inscriç. Com. Municip. e A. de Voto de 1938	A e C	1 9	R\$. 1:365:400
<u>C. NOVA</u>			
<u>C. DE 1938</u>			
Adm. Municipicos	B	2 29	R\$. 2:923:000
<u>C. DE 1937</u>			
Just. Municipicos	D	3 21	R\$. 2:976:300
Gr. Municip. e A. de Multa	E	9 1	R\$. 100:000
<u>C. DE 1936</u>			
Just. Municipicos	F	24 136	R\$. 24:246:900
Gr. Municip. e A. de Multa	G	25 6	R\$. 785:700
<u>RECEITAS DE 1939</u>			
Saldo das arribas mensais		19 (150)	R\$. 2:005:900
<u>RECEITAS EVENTUAIS C.M/39</u>			
		3	R\$. 624:500
Soma			R\$. 35:027:700

#### OUTRAS CONTAS

<u>QUE E DESP. JUDICIAIS (Desp. Fiscal)</u>			
Arribas a verba 0.190	20	34	R\$. 2:958:200
<u>QUE E DESP. JUDICIAIS (Proc. Judic.)</u>			
Arribas a verba 6.950	21	2	R\$. 210:300
<u>DEPOSITOS AUTORIZADOS</u>			
FG de Insc. e Multas em atraso	22	38	R\$. 4:267:700
Total de Arrecadação			R\$. 42:463:900

#### RESUMO

ARRECADACÃO DO MES ATÉ ESTA DATA:		TOTAIS
C. Receita:	R\$. 46:326:600	
D. Contas:	R\$. 9:102:300	R\$. 55:429:100
ARRECADACÃO DO ANO ATÉ ESTA DATA:		
C. Receita:	R\$. 1.443:689:500	
D. Contas:	R\$. 388:212:400	R\$. 1.055:477:100

Visto

WALTEIR GARRIDO  
Chefe de Divisão - Faz. 4

E. Chaves  
ELVIRA PAULA CHAVES  
24.787-248-444

Boletim de Arrecadação da Divisão de Cobrança Amigável e Inscrição da Dívida Ativa do Departamento Jurídico do Município de São Paulo, de 3 de abril de 1939. In *Departamento Jurídico - Boletins de Arrecadação*: 1938 - 1939. São Paulo: Município de São Paulo, s/d. Acervo da Sala de Obras e Exemplos Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo



processo 46.449 40

Senhor Prefeito

Despacho, hoje, nesta Diretoria o Sr. Raxensoul, proprietário do edifício Columbus, o qual veio propor para que se resolvesse amigavelmente a desapropriação do imóvel objeto do presente processo.

Assim, propõe a permuta da área que a Prefeitura declarou de utilidade pública por área equivalente do terreno vizinho, desapropriado pela Prefeitura e que pertencera à Companhia Têxtil, solicitando, apenas, exclusão do negócio da pequena área existente na planta de fôlhas e que está por ela alugada em azul.

A transação ficará subordinada às seguintes condições:

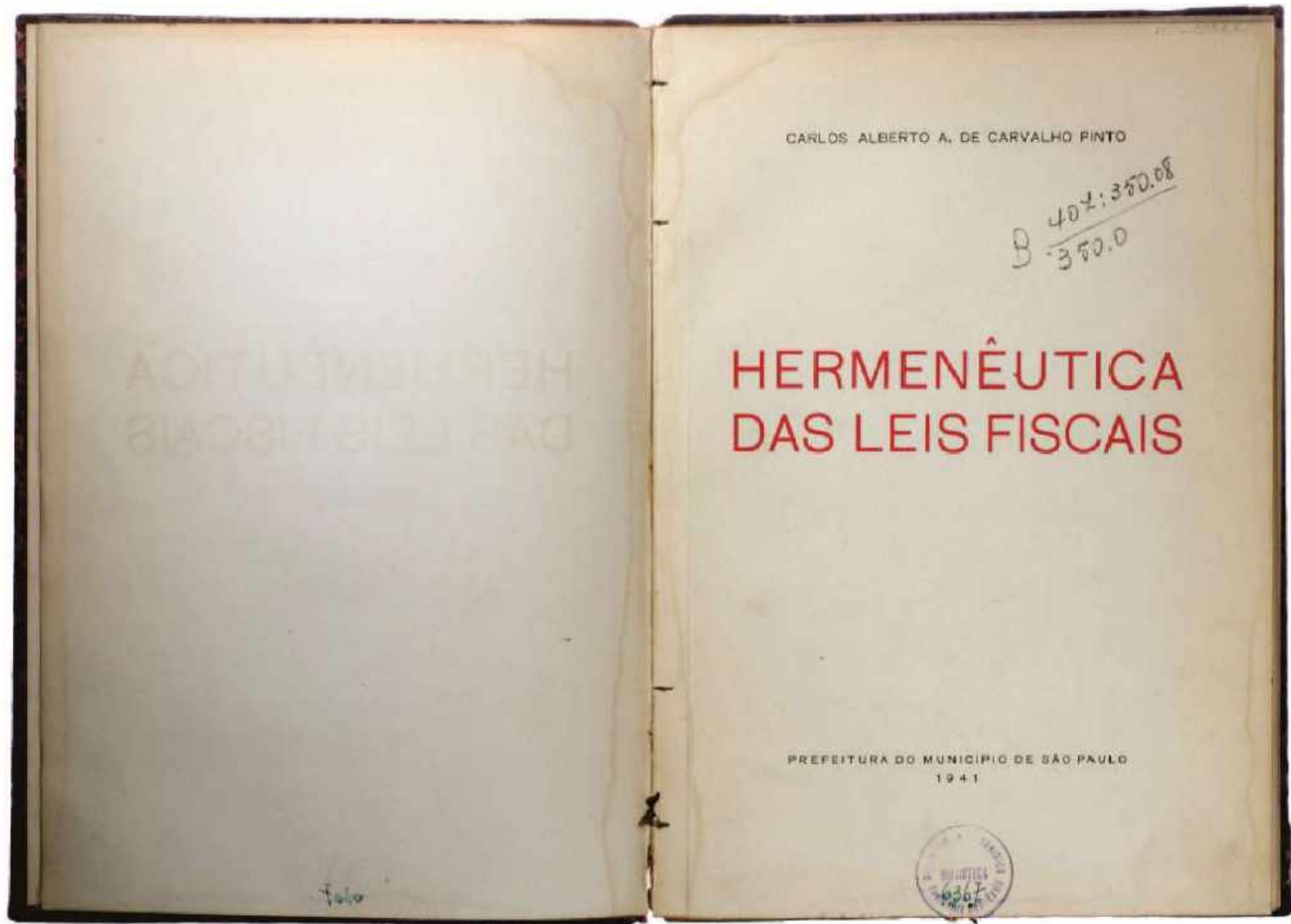
- a) - a área triangular posterior ao seu prédio, a ser adquirida pela Prefeitura, conforme consta do presente processo, deverá ser ajardinada e utilizada como terra de uso comum, até a reconstrução do edifício Columbus;
- b) - a área por ela adquirida da Prefeitura, mediante permuta, será exclusivamente utilizada para jardim, comprometendo-se a não levantar nela qualquer edificação, além da reconstrução do edifício Columbus. Essas condições serão averbadas no Registro de Imóveis, à margem da transcrição da permuta, para valerem contra terceiros.

Solicitado de V. Excia., o pronunciamento urgente, sobre a conveniência ou não, de aceitar-se na base de acôrdo, em virtude de estar-se procedendo a desapropriação judicial.

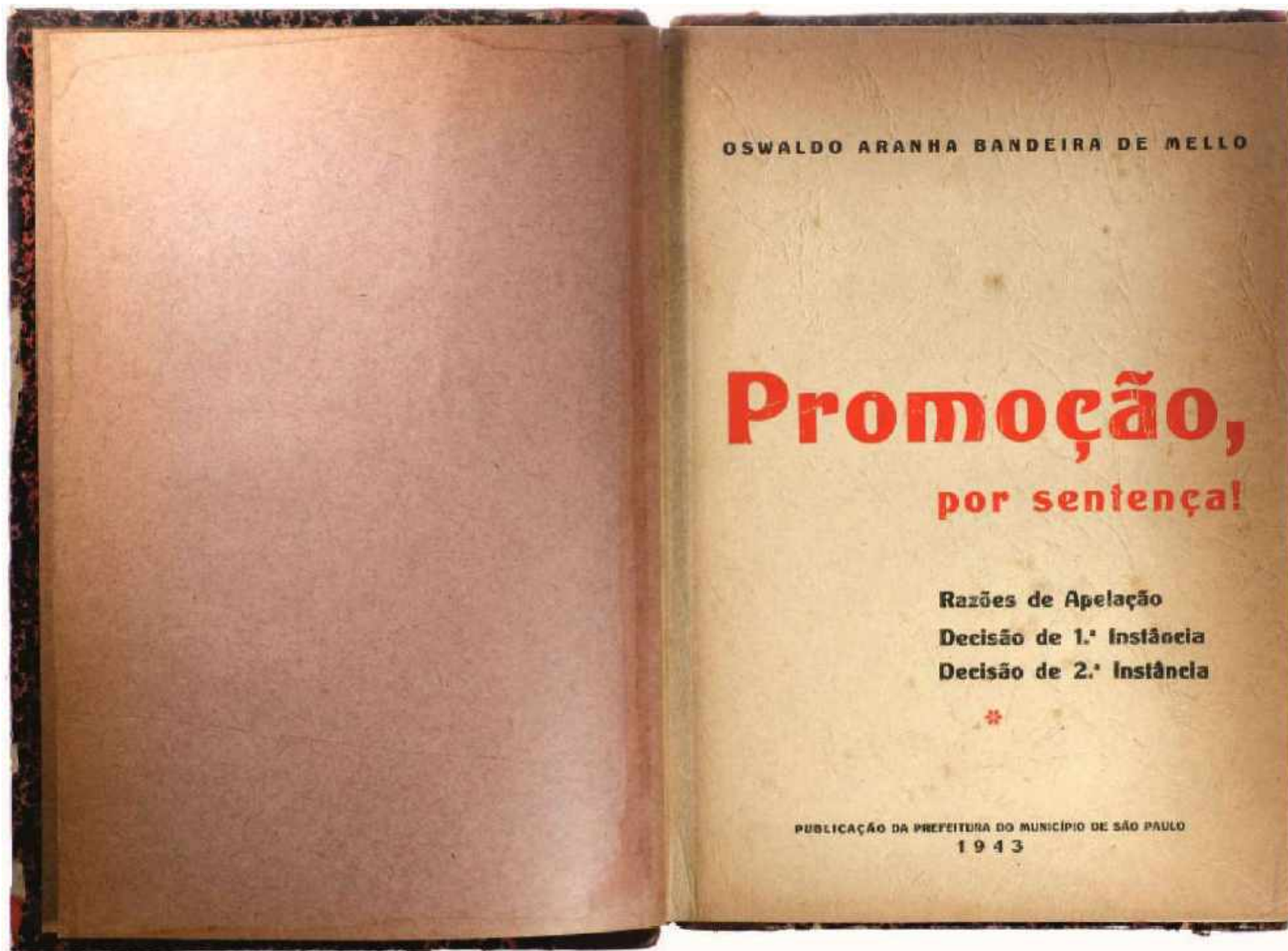
28-4-41

Oswaldo Aranha Bandeira de Mello  
Diretor ( Jaz )

Segunda via de quota exarada nos autos do Processo Administrativo n.º 46.449/40, datada de 28 de abril de 1941 e firmada pelo senhor Procurador-Diretor do Departamento Jurídico do Município de São Paulo: Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, e declinada ao senhor Prefeito deste Município. In *Departamento Jurídico - Ofícios do Diretor - 1941*. São Paulo: Município de São Paulo, s/d. Acervo da Sala de Obras e Exemplos Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo



PINTO, Carlos Alberto Alves de Carvalho. *Hermenêutica das Leis Fiscais*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1941, capa. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo



MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. *Promoção, por sentença!*: Razões de Apelação - Decisão de 1.<sup>a</sup> Instância - Decisão de 2.<sup>a</sup> Instância. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1943, capa. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo



que tinham o seu provimento regulado pelo art. 252 do citado Ato 1.146/36.

Art. 10 — Até que se processe a reestruturação definitiva dos quadros do funcionalismo municipal, os serviços médicos a cargo da extinta Divisão de Saúde continuarão a ser feitos na forma pela qual atualmente se processa.

Parágrafo único — Os dois funcionários titulares dos cargos de médicos daquela extinta Divisão, continuarão a executar os referidos serviços sob a imediata direção do Diretor do Departamento.

Art. 11 — Os serviços médicos a cargo da Divisão de Fiscalização do Serviço Doméstico também continuarão a ser executados na sua forma atual e pelo titular que o vem executando, nas mesmas condições em que foi designado.

Art. 12 — Continuam em vigor as disposições do Ato n.º 1.146, de 4 de julho de 1936, referentes ao Hospital Municipal, que não contrariem o disposto no presente decreto-lei.

Art. 13.º — As despesas decorrentes da execução do presente decreto-lei correrão pelas verbas próprias do orçamento, suplementadas, se for necessário.

Art. 14 — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São Paulo, 22 de dezembro de 1945, 392.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito,

*Abraão Ribeiro*

O Diretor subst.º do Departamento  
do Expediente e do Pessoal,

*Paulo Teixeira Nogueira*

O Diretor do Departamento  
de Higiene

*Indício Proença de Gómea*

DECRETO-LEI N.º 332, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1945

*Dá nova redação ao artigo 8.º do Decreto-lei n.º 255, de 24 de agosto de 1944, que dispõe quanto à administração de extranumerário mensalista.*

O Prefeito Municipal de São Paulo, usando da atribuição que lhe confere o artigo 12, n.º I, do Decreto-lei Federal n.º 1.262, de 8 de abril de 1939, e de acordo com a aprovação do Senhor Interventor Federal em São Paulo,

*Decreta:*

Art. 1.º — Passa a ter a seguinte redação o artigo 8.º do Decreto-lei n.º 255, de 24 de agosto de 1944:

“Artigo 8.º — Na admissão de extranumerário mensalista será observada a nomenclatura das séries funcionais da União, bem como as respectivas escalas de salários, sempre que a função a ser exercida corresponda a qualquer daquelas séries.”

Art. 2.º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São Paulo, 27 de dezembro de 1945, 392.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito,

*Abraão Ribeiro*

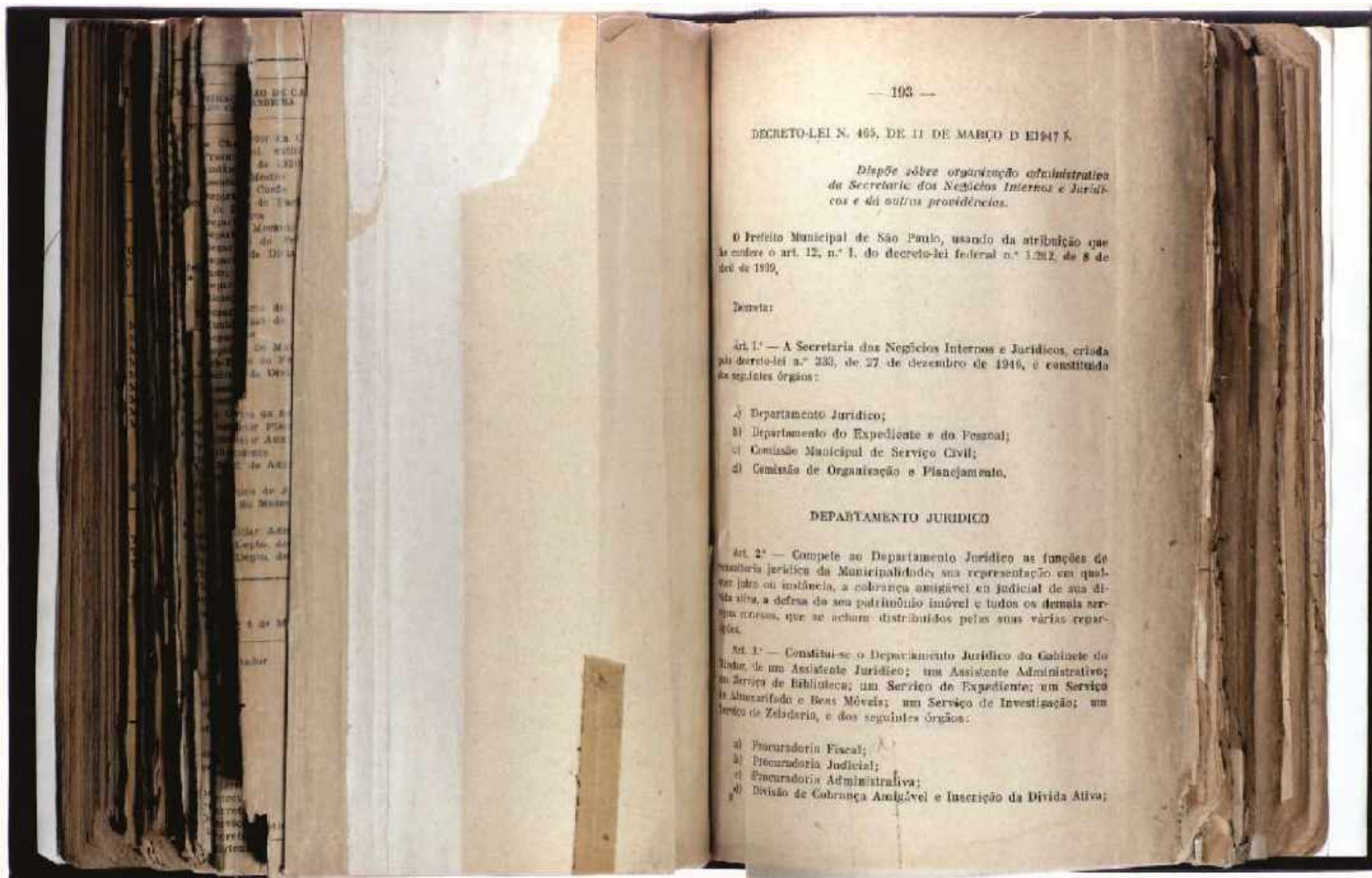
O Diretor subst.º do Departamento  
do Expediente e do Pessoal,  
*Paulo Teixeira Nogueira*

DECRETO-LEI N.º 333, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1945

*Reorganiza a estrutura administrativa da Prefeitura instituindo Secretarias e dando outras providências.*

O Prefeito Municipal de São Paulo, usando da atribuição que lhe confere o artigo 12, n.º I, do Decreto-lei Federal

Decreto-Lei n.º 333, de 27 de dezembro de 1945. *Reorganiza a estrutura administrativa da Prefeitura instituindo Secretarias e dando outras providências.* In *Decretos e Decretos-Leis do Município de São Paulo*: do ano de 1945. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, p. 345. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo



DECRETO-LEI N. 405, DE 11 DE MARÇO DE 1947.

*Dispõe sobre organização administrativa da Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos e dá outras providências.*

O Prefeito Municipal de São Paulo, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, n.º 1, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — A Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos, criada pelo decreto-lei n.º 333, de 27 de dezembro de 1946, é constituída dos seguintes órgãos:

- a) Departamento Jurídico;
- b) Departamento do Expediente e do Pessoal;
- c) Comissão Municipal de Serviço Civil;
- d) Comissão de Organização e Planejamento.

DEPARTAMENTO JURIDICO

Art. 2.º — Compete ao Departamento Jurídico as funções de assessoria jurídica da Municipalidade; sua representação em qualquer instância, a cobrança amigável ou judicial de sua dívida ativa, a defesa do seu patrimônio imóvel e todos os demais serviços conexos, que se acham distribuídos pelas suas várias repartições.

Art. 3.º — Constitui-se o Departamento Jurídico do Gabinete do Prefeito de um Assistente Jurídico; um Assistente Administrativo; um Serviço de Biblioteca; um Serviço de Expediente; um Serviço de Alimentação e Bens Móveis; um Serviço de Investização; um Serviço de Zelareria, e dos seguintes órgãos:

- a) Procuradoria Fiscal;
- b) Procuradoria Judicial;
- c) Procuradoria Administrativa;
- d) Divisão de Cobrança Amigável e Inscrição da Dívida Ativa;

Decreto-Lei n.º 405, de 11 de março de 1947. *Dispõe sobre organização administrativa da Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos e dá outras providências.* In *Decretos, Decretos-Leis e Leis do Município de São Paulo*: do ano de 1947. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, p. 193. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo

Art. 4.º — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de verbas próprias, consignadas no orçamento de cada exercício.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de São Paulo, aos 10 de julho de 1958, 405.º da fundação de São Paulo — O Prefeito, Adhemar Pereira de Barros — O Secretário de Negócios Internos e Jurídicos, Francisco Luiz Ribeiro — O Secretário de Finanças Internas, Procopio Ribeiro dos Santos — O Secretário de Obras Municipais, Alberto de Zagottia.

Publicada na Diretoria do Departamento do Expediente e do Pessoal, da Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos, em 10 de julho de 1958 — O Diretor, **Hedair Labre França**.

LEI N.º 5.530, DE 10 DE JULHO DE 1958

**Dispõe sobre denominação de Praça Pública e dá outras providências.**

Adhemar Pereira de Barros, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de 26 de junho de 1958, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica a denominada "Praça Sabino" a atual Praça Cooper Barleus referida no Decreto n.º 2.758/54, localizada entre as ruas João Moura e Cristiano Viana, no 21.º subdistrito — Jardim Amáveis.

Parágrafo único — As placas denominativas consistirão em seguintes letras: "Praça Honório Sabino — Fundador da Cidade Jardim".

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das verbas próprias do orçamento.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de São Paulo, aos 10 de julho de 1958, 405.º da fundação de São Paulo — O Prefeito, Adhemar Pereira de Barros — O Secretário de Negócios Internos e Jurídicos, Francisco Luiz Ribeiro — O Secretário de Finanças Internas, Procopio Ribeiro dos Santos — O Secretário de Obras Municipais, Alberto de Zagottia.

Publicada na Diretoria do Departamento do Expediente e do Pessoal, da Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos, em 10 de julho de 1958 — O Diretor, **Hedair Labre França**.

LEI N.º 5.530, DE 10 DE JULHO DE 1958

Concede prazo de 60 dias para as entidades assistenciais subvencionadas pela Lei n.º 5.451/57, e dá outras providências.

Adhemar Pereira de Barros, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de 26 de junho de 1958, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica concedido um prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta lei, para que as entidades assistenciais subvencionadas pela Lei n.º 5.451, de 30 de dezembro de 1957, atendam às exigências de Letras "b" e "c" do artigo 2.º, da Lei n.º 4.172, de 5 de janeiro de 1952.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de São Paulo, aos 10 de julho de 1958, 405.º da fundação de São Paulo — O Prefeito, Adhemar Pereira de Barros — O Secretário de Negócios Internos e Jurídicos, Francisco Luiz Ribeiro — O Secretário de Finanças Internas, Procopio Ribeiro dos Santos.

Publicada na Diretoria do Departamento do Expediente e do Pessoal, da Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos, em 10 de julho de 1958 — O Diretor, **Hedair Labre França**.

LEI N.º 5.531, DE 17 DE JULHO DE 1958

**Cria na Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos, o Departamento Consultivo, o Departamento Fiscal, o Departamento Judicial e o Departamento Patrimonial e dá outras providências.**

Adhemar Pereira de Barros, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de 30 de junho de 1958, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º — As atribuições que o Decreto-lei n.º 406, de 11 de março de 1947, conferia ao Departamento Jurídico, da Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos, ora extinto, passam a ser desempenhadas por quatro Departamentos, criados por esta lei, a saber:

- I — Departamento Consultivo;
- II — Departamento Fiscal;
- III — Departamento Judicial;
- IV — Departamento Patrimonial.

Lei n.º 5.531, de 17 de julho de 1958. *Cria na Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos, o Departamento Consultivo, o Departamento Fiscal, o Departamento Judicial e o Departamento Patrimonial e dá outras providências.* In *Decretos e Leis do Município de São Paulo*: do ano de 1958. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, p. 437. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo

MOACYR AMARAL SANTOS

Professor Catedrático de Direito Judiciário Civil, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Professor Catedrático de Direito Judiciário Civil, da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie.

B-725.0

# PROVA JUDICIÁRIA NO CÍVEL E COMERCIAL

(OBRA LAUREADA PELO INSTITUTO  
DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO)

VOLUME I

3.<sup>a</sup> edição correta e atualizada



MAX LIMONAD  
Editor de Livros de Direito  
RUA QUINTINO BOCAIUVA, 121 - 1.<sup>o</sup>  
SÃO PAULO - BRASIL



SANTOS, Moacyr Amaral. *Prova Judiciária no Cível e Comercial*. vol. I, 3.<sup>a</sup> edição correta e atualizada, São Paulo: Ed. Max Limonad, s/d, frontispício. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo

LI-i arbitrada afd o limite logLl dc um ilivo do vencimento ou O^lajHú.

5 2 — O semdor ObnvdSHô ficará utjriyudu a prestar, cumpravadajente, o rniitlmo de quarenta o quatro («) horas senianaLi Lt: irj1^iillhu.

5 .i. A JustiiicatIva Lin i i:;: itiChi iate arLlie surit ireompajj)it^dú il luniniLirio inijij rnodua conMa comu liivmú ,10 Decitn \* 5 Jfi, dte 31 de ianrira de 1%2.

Art. 3.º — Esta decreto efururi um T^or na data de itua pubfcaçiojy nvbfeadas as deposições em eyilirilrrio

PridmiuTT^ do Município du São PauJflL ftu-s !. de fevereiro dc 19i7 434 ija fundação dC Sao Faulc. O ^nefeild, .i. V. de l'aria Lima — Oiwaldo dc Oliveira Cominho. fL-Apundeudc jx;lo v^ptdtwinlia ulu Scmriari/ de Negócios IntemoL; Jiridleos O Secretário c.f.i Finanças, IVancsLo do Paulaljuin-tanllba Kileim (1 Societário dc O -ias Jusê MclLhi-ç. — O Scienirio dc Edjuçseaç L C:-: 111r.l Araripe StjJ)a — Carlos Augusto Auijyu! Pedejieira\* jj lima, r«p(fffleodq pelo expediciu; dn Secretaria de HLgleni 4 Sauidc - O Secretir» de Abastecimento, Eliaa Corria de CamaryLh — tl SecretiriD de Senriços Municipais .Tnân Moreira Gareaz Filho — O Secrtiácin de Bctr II-tii! Südiil, Pauln BOOM» Cintra O Suli-profeito de Çaitu Amaro, Osv.^alJis 'felxeim Duarte

Publicado na DJuichrl? do Departamento du Impediente t do Pessoal da Secretaria de NejpStjns Internos e Jurídicos, em 1? de fevereiro de IP67, O Dieekii-, ,driann Tijf<moslo Serra

DECIHIt) N.-í.ito, DÊ S DE FEVEREIRO DE PJIT

Ailera a ralação (lo Ut. !." (to De-creto n." 1.115, da S-IMI, jendi líll IH(Th o (LlSpútu na rnrndu Colls-ijhidnijil D. 21 da 25 dc milq de lH-ñ iju Cui^re^a Nacional

Josi Viceniu de Faria Lima, Prefeito do Município de São Paula, u.and das HirKJUJÜS qttf Jhí SÜO eu:ilL^nlL^ por lei.

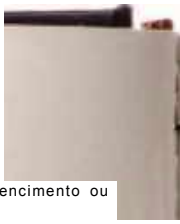
Deceicli:

A11. 1. • O Afiigo 3,- do DICI LLU m - ÔJJS. de 6 de oulubiu de líji:!, jija? a A le u ECEUUHU redaji^i

Ari. 1." — Será permitida a ammulsjáo: J — de d(jlA curçort de imigisjdro; II — de um cargo de inajjistirio oom outre niejilio ou cied t[[ko: 3JI • d^ doii- eatijus dc ^nijédieü.

l^: RÍEJLIL-LI Ü-LILU — Piara EF^J4 <Lu presente RIRIHO SERJI IELEHS-riouue tuja njnipatbilMadl [ic horáiofio e correlaffiü de mait riai, djsptfsadâ «rta íatr; nu caso da alínej tu.

Ari. 2.' • Jkblíi mirari em vigor ^a jiaa íe Sua puMicsçSo. fe-troBEj(idu ns seus tfisko« i data da EMihJieajir» da Emenda Cunstítu<;jnal \*-H, Lk: t njijircsio >Jaeiynal, a 2S de ma(o dc i%í



FreidUffi do Muniiipio dc Sác Paul». :IOA í de fevereiro de lWI?, da fundisã» e, Sãn Paulo — O Ficfo \*\* J. V. de l'aila Linwi — otwaldn dc Dllnlnr Cniilnlt, tçs[«ndjeiida pelo expediente ;i;í Seei:itina de Me^ucio> liiternoB i- luridiml t) SeLioMi kj djü) Manças. Frtuidaen ile Psniki Ouni-taidlli. i ItUcin) — O ScrcleirLO ile Jee MelchcK O SsCTCtáro de Kdueiçãü e Cultura, Araripe S í ^ j — Cariei Augtiito Antram redenitnai de l.lima, reüpiindendo pelo expediente da fieeretaria de JJijjiene L Saúde — O Seerettóto Jt Abasieemcto EUu CmCa de Cumprín (i Sueretáriu dc [«(Enpepálij Jnãu Mofcár\*. CfíKB3 t'llho — O Sq( ri^áriu dli lí: m t:i 1ar sôviiLl. PLIMI.: SQOTW ILLDM

Publicado ua Diretoria de Dopartamento do EwidJente e do Fcssoai d> Secritória < Nfieueljos IriU-fflús e JuiJdiaaáj em P de fevereiro de l%\*\* — Ü DireUij Adrljij:n Tlieeilo^tu Seãn

PECTLETÜ N. 6.BUÍ, DE 8 DE FIIVERFI r>r. <J>

Transfere para a Srerutaria das fl. 111HLIS. Hi IILJ7ar3njkhujitu l'iseat

Jot-L Vkenle de FajM Li III1 Puleie (S) MúhisjWS> da Hãu P.iulu, Li7a1l- de das atribujçúea que lbe r-ao boniferidas por lei, e 1:1« lèrrru^ iUJ tLspositã na altju 22 da lei IL: i.iSl, de J& dL Utaio du %t,

COISIDERANDO a necessidade pur eurw^nií nei 1 do ser^içQj dlí LiríF:n-tajç&O D C^niund." • njooâ nrjç pTTotkmíií fisçats prlneipatmenlé eni M quêneia da nova sistemática trilrul.irin. j;i em vigor. n« .Município;

CtJNSIDERAMUÜ que, no liiter^se do serviço, diversos setores que per-LLinejic: nn l uiril^iLMllU Hheal, euino a Inacrí^uü dj Divida Alivil , i En fjrtilii riimV.L- ilu- dc LV-LJS a KMJIL. ^,liil.tira.U-.Hii. traciEferidos p...l - Srci.i. . Fiffariças, na e:j:ij. udadL i-u Qeereto n t 32 . dç i \*\* de dezembro de líür;

CONSIDERANDO que os serviços específicas d^r- Departamentos dc Rendas Imobiliárias, Rendas Mobiliárias, ContobiUdada e Tcosmor, todos du Seclelari; (LAS Finanças, P^R MM piec. :, IL LI . SUCEISLO, E^la-J inilma- \*\*lenie Tinculadjre .lus serviços da iMinpeijLlia pídvativa d-j Dipartamedw Fiscal;

CONSIDERANIFO. ajudj. que a cnojunçSjo inatenie :i plúpria pjuroza e exeetiçãu dus trabalhos nprmais de proccssróiBrlo da -ninaria 1i-IULLL: IL tsá li iijijir antpli KJLJjaoi<açio ^:a^ atividadesiites vLnculadass çou critirio unitúriu, para SLU maior entrosamento e consequente adequação dos pri.ibil-m.'s ri^laiivus .1 ajul7.aujei)0 e arreeadaçáo dos rrediius fiscais do Hunrcipójo]

CÜMSIDÊTANDÔI iilius que a atiaa fase d.1 ri\* . . . . . CLII que .1 Admisiiaçãu se encontra recomenda o enquadramrnto liiclonal de Unida-des que devam .sujear su á mesma direção. para sistematiznção adequada dc fSBç&js oorauns;

CtINSInr-PAVl)(), finalmiinc- que, com =.-.~ finalidades C EM LILEN rjas eondiiSos dc fato C dc direito, a Prueuraduria FLiea) do Lslidu tani 'Leal SL eôcbatra iÜbordipadn a Seei^t^ilá di Faienda;

Decreto n.º 6.861, de 8 de fevereiro de 1967. *Transfere para a Secretaria das Finanças, o Departamento Fiscal.* In *Decretos e Leis do Município de São Paulo*: do ano de 1967. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, p. 57. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo

# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura do Município de São Paulo

ANO XXII

SÃO PAULO - SÁBADO 30 DE ABRIL DE 1977

NÚMERO 80

## GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 14.515, DE 30 DE ABRIL DE 1977

Dá nova denominação e reorganiza a Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos, e dá outras providências.

**CLAUDETON DE FREITAS**, Prefeito do Município de São Paulo, no uso do disposto no art. 5º da Constituição de 1964, e no art. 17 da Lei Municipal nº 2.112, de 11 de maio de 1964,

CONSIDERANDO a necessidade de regular os negócios internos e jurídicos do Município de São Paulo, em vista da importância e complexidade dos mesmos assuntos;

CONSIDERANDO a importância de os Negócios Internos e Jurídicos do Município de São Paulo serem tratados com a devida atenção e dentro do prazo das atividades do Município;

CONSIDERANDO a importância de os assuntos serem tratados em serviços de natureza legislativa e administrativa;

CONSIDERANDO a importância de criar um Departamento especializado em negociações, com apoio de serviços de assessoria, pesquisa e avaliação, para o melhor desempenho do Município nas negociações com o Poder Judiciário e com o Poder Executivo Federal;

**Art. 1º** - A Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos passa a denominar-se **Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 2º** - A estrutura dos negócios Jurídicos passa a ser a seguinte:

- I - Gabinete do Secretário, funcionando sob a direção do Secretário;
- II - Departamento Jurídico;
- III - Departamento Jurídico Especial;
- IV - Departamento Jurídico Especial;
- V - Departamento Jurídico Especial;
- VI - Departamento Jurídico Especial;
- VII - Departamento Jurídico Especial;
- VIII - Departamento Jurídico Especial;
- IX - Departamento Jurídico Especial;
- X - Departamento Jurídico Especial;

**Art. 3º** - As atribuições do Gabinete dos Negócios Internos e Jurídicos são as seguintes: prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 4º** - A estrutura dos negócios Jurídicos fica constituída da seguinte forma:

- 1 - Gabinete do Secretário;
- 2 - Gabinete do Secretário;
- 3 - Gabinete do Secretário;

**Art. 5º** - O Gabinete do Secretário passa a denominar-se **Gabinete do Secretário**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 6º** - O Gabinete do Secretário passa a denominar-se **Gabinete do Secretário**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 7º** - O Gabinete do Secretário passa a denominar-se **Gabinete do Secretário**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 8º** - O Gabinete do Secretário passa a denominar-se **Gabinete do Secretário**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

Assessoria, planejamento e demais de natureza interna municipal.

**Art. 9º** - A estrutura dos negócios Jurídicos passa a denominar-se **Departamento Jurídico**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 10º** - A estrutura dos negócios Jurídicos passa a denominar-se **Departamento Jurídico**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 11º** - A estrutura dos negócios Jurídicos passa a denominar-se **Departamento Jurídico**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 12º** - A estrutura dos negócios Jurídicos passa a denominar-se **Departamento Jurídico**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 13º** - A estrutura dos negócios Jurídicos passa a denominar-se **Departamento Jurídico**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 14º** - A estrutura dos negócios Jurídicos passa a denominar-se **Departamento Jurídico**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 15º** - A estrutura dos negócios Jurídicos passa a denominar-se **Departamento Jurídico**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 16º** - A estrutura dos negócios Jurídicos passa a denominar-se **Departamento Jurídico**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 17º** - A estrutura dos negócios Jurídicos passa a denominar-se **Departamento Jurídico**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 18º** - A estrutura dos negócios Jurídicos passa a denominar-se **Departamento Jurídico**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 19º** - A estrutura dos negócios Jurídicos passa a denominar-se **Departamento Jurídico**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 20º** - A estrutura dos negócios Jurídicos passa a denominar-se **Departamento Jurídico**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 21º** - A estrutura dos negócios Jurídicos passa a denominar-se **Departamento Jurídico**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 22º** - A estrutura dos negócios Jurídicos passa a denominar-se **Departamento Jurídico**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 23º** - A estrutura dos negócios Jurídicos passa a denominar-se **Departamento Jurídico**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 24º** - A estrutura dos negócios Jurídicos passa a denominar-se **Departamento Jurídico**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

**Art. 25º** - A estrutura dos negócios Jurídicos passa a denominar-se **Departamento Jurídico**, competindo-lhe atender os interesses do Município de São Paulo e prestar assistência técnica aos serviços de natureza jurídica.

# DIÁRIO OFICIAL

## DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ANO 31

SÃO PAULO - SEXTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 1986

NÚMERO 208

### BINETE DO PREFEITO

1.000 - 10 de outubro de 1986

1.001 - 11 de outubro de 1986

1.002 - 12 de outubro de 1986

1.003 - 13 de outubro de 1986

1.004 - 14 de outubro de 1986

1.005 - 15 de outubro de 1986

1.006 - 16 de outubro de 1986

1.007 - 17 de outubro de 1986

1.008 - 18 de outubro de 1986

1.009 - 19 de outubro de 1986

1.010 - 20 de outubro de 1986

1.011 - 21 de outubro de 1986

1.012 - 22 de outubro de 1986

1.013 - 23 de outubro de 1986

1.014 - 24 de outubro de 1986

1.015 - 25 de outubro de 1986

1.016 - 26 de outubro de 1986

1.017 - 27 de outubro de 1986

1.018 - 28 de outubro de 1986

1.019 - 29 de outubro de 1986

1.020 - 30 de outubro de 1986

1.021 - 31 de outubro de 1986

SUMÁRIO	
1.000 - 10 de outubro de 1986	19
1.001 - 11 de outubro de 1986	20
1.002 - 12 de outubro de 1986	21
1.003 - 13 de outubro de 1986	22
1.004 - 14 de outubro de 1986	23
1.005 - 15 de outubro de 1986	24
1.006 - 16 de outubro de 1986	25
1.007 - 17 de outubro de 1986	26
1.008 - 18 de outubro de 1986	27
1.009 - 19 de outubro de 1986	28
1.010 - 20 de outubro de 1986	29
1.011 - 21 de outubro de 1986	30
1.012 - 22 de outubro de 1986	31
1.013 - 23 de outubro de 1986	32
1.014 - 24 de outubro de 1986	33
1.015 - 25 de outubro de 1986	34
1.016 - 26 de outubro de 1986	35
1.017 - 27 de outubro de 1986	36
1.018 - 28 de outubro de 1986	37
1.019 - 29 de outubro de 1986	38
1.020 - 30 de outubro de 1986	39
1.021 - 31 de outubro de 1986	40

1.000 - 10 de outubro de 1986

1.001 - 11 de outubro de 1986

1.002 - 12 de outubro de 1986

1.003 - 13 de outubro de 1986

1.004 - 14 de outubro de 1986

1.005 - 15 de outubro de 1986

1.006 - 16 de outubro de 1986

1.007 - 17 de outubro de 1986

1.008 - 18 de outubro de 1986

1.009 - 19 de outubro de 1986

1.010 - 20 de outubro de 1986

1.011 - 21 de outubro de 1986

1.012 - 22 de outubro de 1986

1.013 - 23 de outubro de 1986

1.014 - 24 de outubro de 1986

1.015 - 25 de outubro de 1986

1.016 - 26 de outubro de 1986

1.017 - 27 de outubro de 1986

1.018 - 28 de outubro de 1986

1.019 - 29 de outubro de 1986

1.020 - 30 de outubro de 1986

1.021 - 31 de outubro de 1986

1.000 - 10 de outubro de 1986

1.001 - 11 de outubro de 1986

1.002 - 12 de outubro de 1986

1.003 - 13 de outubro de 1986

1.004 - 14 de outubro de 1986

1.005 - 15 de outubro de 1986

1.006 - 16 de outubro de 1986

1.007 - 17 de outubro de 1986

1.008 - 18 de outubro de 1986

1.009 - 19 de outubro de 1986

1.010 - 20 de outubro de 1986

1.011 - 21 de outubro de 1986

1.012 - 22 de outubro de 1986

1.013 - 23 de outubro de 1986

1.014 - 24 de outubro de 1986

1.015 - 25 de outubro de 1986

1.016 - 26 de outubro de 1986

1.017 - 27 de outubro de 1986

1.018 - 28 de outubro de 1986

1.019 - 29 de outubro de 1986

1.020 - 30 de outubro de 1986

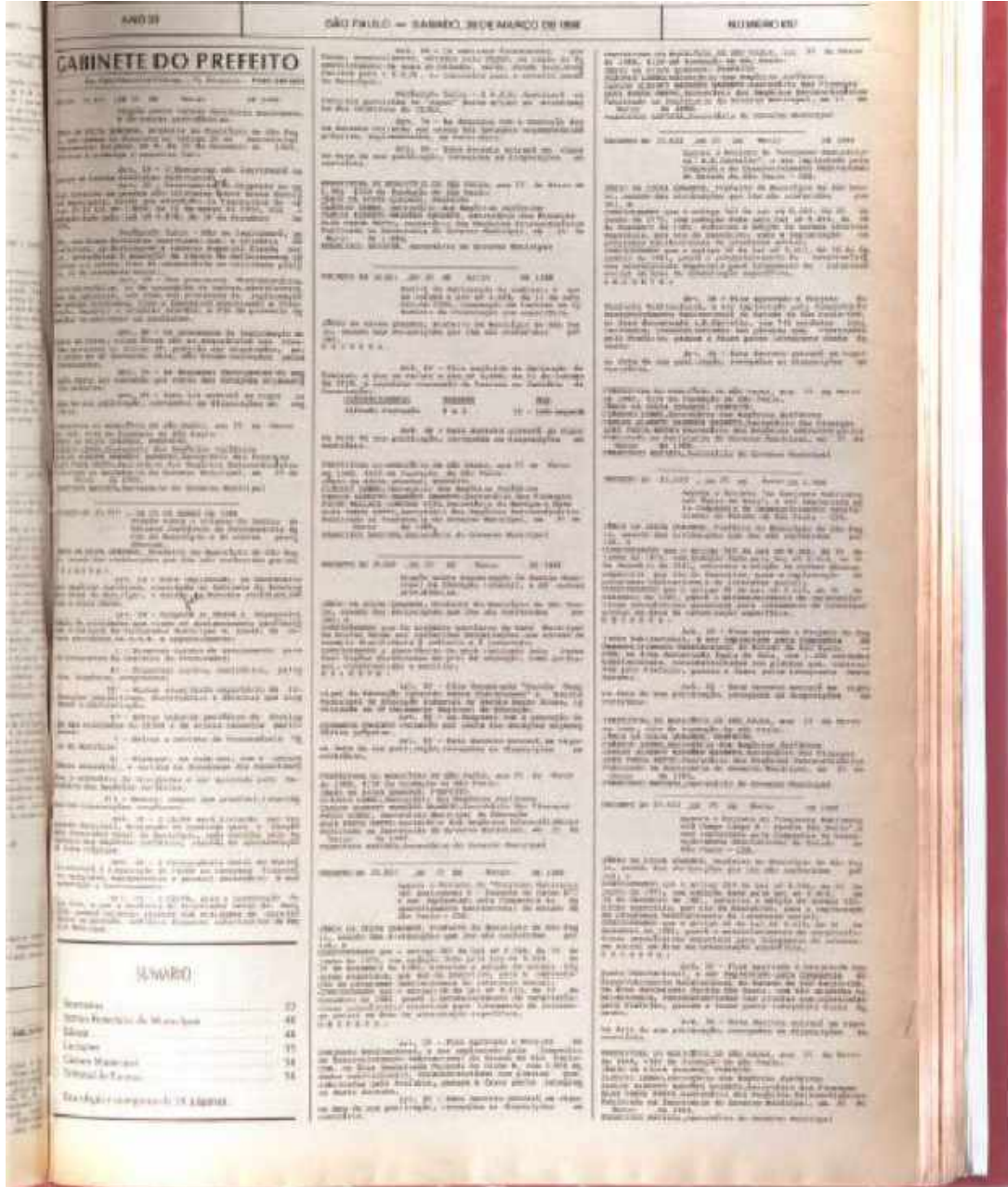
1.021 - 31 de outubro de 1986

Lei n.º 10.182, de 30 de outubro de 1986. *Dispõe sobre a nova composição da Secretaria dos Negócios Jurídicos - SJ, cria a Procuradoria Geral do Município - PGM, reestrutura a carreira de Procurador, e dá outras providências.* In Diário Oficial do Município de São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Ano 31, número 208; São Paulo, sexta-feira, 31 de outubro de 1986. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo





# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



Decreto n.º 25.618, de 25 de março de 1988. *Dispõe sobre a criação do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Município e dá outras providências.* In Diário Oficial do Município de São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Ano 33, número 057; São Paulo, sábado, 26 de março de 1988. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo





S. PAULO, Prefeitura do Município de - Divisão de Documentação - DAMU 4 - Biblioteca. *Livro do Tombo da Biblioteca*, s/d, fl. 292. Acervo da Sala de Obras e Exemplos Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo



## BIBLIOTECA

NUMERO DE	DATA DE ENTRADA	AUTOR	TITULO	Estado	Local	CLASS. DECORRAL	Data	Vols.	S. de B.	Idioma	Procedencia	VALOR		Observações
												custo	custo	
8392	26.05.55	Bastos, J.M.Carralho	Edi. Proc. Civil Cobrança		R. Jussier	P. Bastos	1940	7	2	Port.	Coagra	260,00		P. Bastos
8393	"	"	"	"	"	"	1941	8	"	"	"	"		"
8394	"	"	"	"	"	"	"	9	"	"	"	"		"
8395	"	"	"	"	"	"	"	10	"	"	"	"		"
8396	"	"	"	"	"	"	1986	11	"	"	"	"		"
8397	"	"	"	"	"	"	1955	12	"	"	"	"		"
8398	06.06.55	Muller, Yara	Caso regerem em juizioral...	2	R. Jussier	Pignatti	1955	"	"	"	"	130,00		"
8399	"	"	"	"	"	"	1951	"	"	"	"	150,00		"
8400	"	LAGRÉE, Georges	É PROPOSES LEGAL. DE DÉPENS...		R. Jussier	P.C.V	1954	"	"	"	"	80,00		"
8401	"	FALVA, Alfredo de A.	Aspectos do contrato de...		"	Forense	1955	"	"	"	"	160,00		"
8402	"	Davis, Marcel	La surcroissance et les limites.		Paris	Bullox	1954	"	"	Franc.	"	170,00		"
8403	"	Clément, Marcel	L'économie sociale selon Pils III		"	Satinsse	1953	1	"	"	"	147,00		Sal
8404	"	"	"	"	"	"	"	2	"	"	"	"		"
8405	"	Daughin-Henrier, A	La doctrine économique de l'Ég.		Paris	Satinsse	1890	"	"	Franc.	"	125,00		Sal
8406	"	Schumpeter, Joseph	Capitalisme, socialisme et...		"	Paris	1954	"	"	"	"	220,00		"
8407	"	Soriano Neto	Publicidade Material de Regis..		Recife	S.C.P	1940	"	"	Port.	"	120,00		P. Bastos
8408	"	Muller, Yara	Des recursos en geral: Intorp..		R. Jussier	Pignatti	1950	"	"	"	"	160,00		"
8409	"	Quillier, Arsène	Précis de philosophie morale...		Paris	A. Colin	1904	1	"	Franc.	"	121,00		Sal
8410	"	"	"	"	"	"	1904	2	"	"	"	"		"
8411	"	Gardail, H. D.	Initiation à la philosophie de.		"	H. de Cerf	1950	1	"	"	"	91,50		"
8412	"	"	"	"	"	"	1953	2	"	"	"	"		"
8413	"	"	"	"	"	"	"	3	"	"	"	"		"
8414	"	"	"	"	"	"	"	4	"	"	"	"		"
8415	"	Berthelange, A. D.	Le métier d'honour		"	Aisntia	1947	"	"	"	"	20,00		"
8416	"	Letourneur, H.	Conseil d'État et juridiction		"	A. Colin	1955	"	"	"	"	55,00		"
8417	"	Lorette, L. de Guin.	L'idée d'unions fédérales europ.		"	"	"	"	"	"	"	"		"
8418	"	Alary-Saint, Roger	Le droit sérien		"	"	"	"	"	"	"	"		"
8419	"	Collin, Henri	Manuel de philosophie thomiste	208	"	Fogai	1928	1	"	"	"	108,00		"
8420	"	"	"	2	"	"	1949	2	"	"	"	"		"

S. PAULO, Prefeitura do Município de - Divisão de Documentação - DAMU 4 - Biblioteca. Livro do Tombo da Biblioteca, s/d, fl. 292. Acervo da Sala de Obras e Exemplos Raros e Especiais Oswaldo Aranha Bandeira de Mello da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo

2-14-37-476  
ARNOLDI  
**VINNII JC.**

TRACTATUS QUINQUE,

NE MPE DE

**PACTIS, JURISDICTIONE,  
COLLATIONIBUS, TRANSACTIONIBUS,  
ET QUÆSTIONIBUS JURIS SELECTIS.**

*Cum Indicibus Locupletissimis.*

Quibus additæ sunt

**SIM. VINNII A. F. ORATIONES.**

*Editio novissima prioribus emendatior.*



**VENETIIS, MDCCXXXVI.**

Ex Typographia Balleoniana.

SUPERIORUM PERMISSU, AC PRIVILEGIIS



VINNI, Arnoldi. *J.C. Tractatus Quinque*: "Nempede Pactis, Jurisdictione, Collationibus, Transactionibus, et Quaestionibus Júris Selectis." Veneza: Typographia Balleoniana, 1736, capa. Acervo da Sala de Obras e Exemplos Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo

2-2-65  
5 vols.  
ORDENAÇOENS

DO

SENHOR REY  
D. AFFONSO V.

LIVRO I.



B-13(460)

COIMBRA.

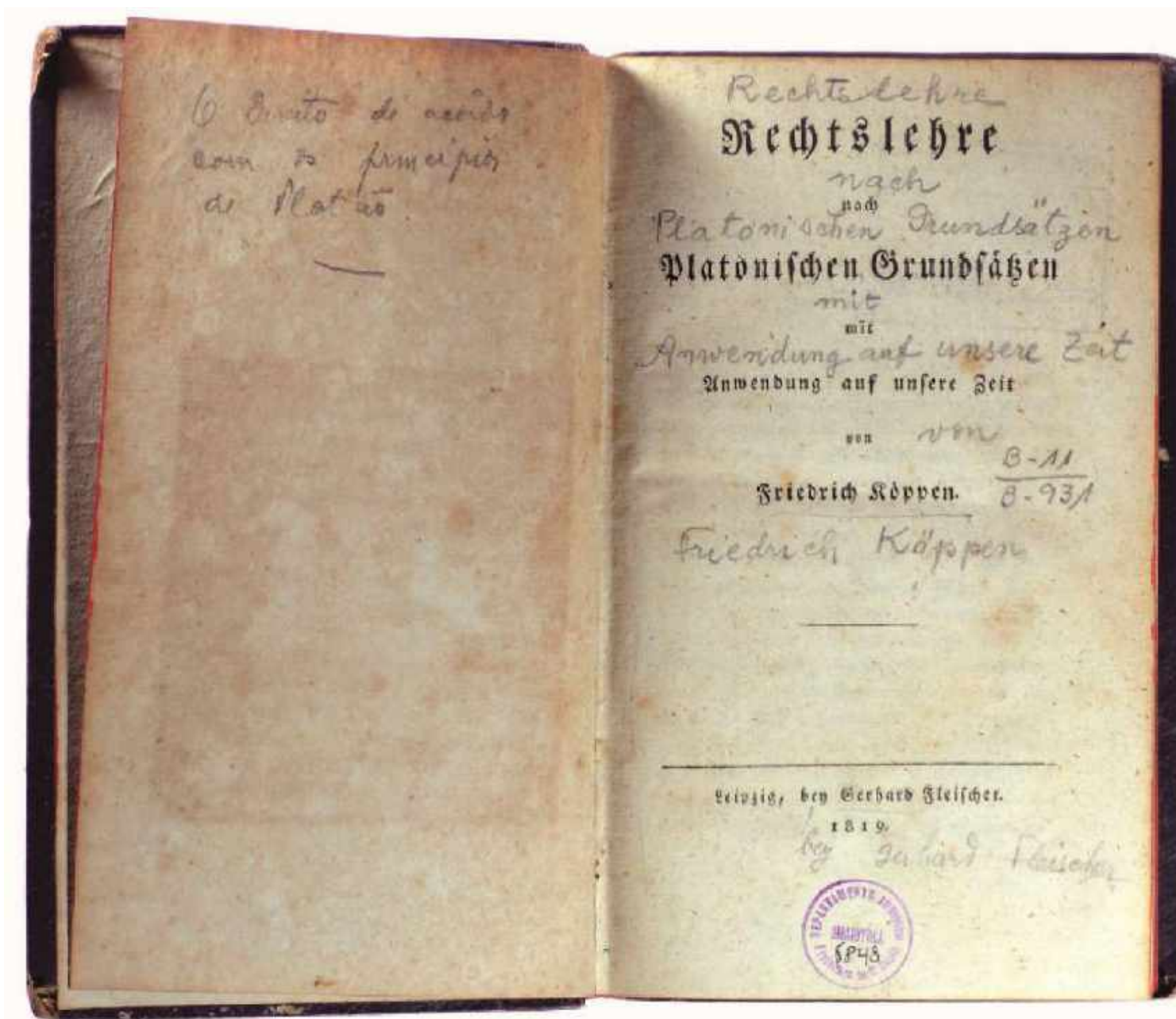
NA REAL IMPRENSA DA UNIVERSIDADE.

ANNO DE MDCCCLXXXII.  
1792

Por Resolução de S. Magestade de 2 de  
Setembro de 1786.

Departamento  
Jurídico-Municipal  
Reg: 403

*Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V: Livro I. In Colleaõ da Legislaçaõ Antiga e Moderna do Reino de Portugal. Parte I. da Legislaçaõ Antiga. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1792, frontispício. Acervo da Sala de Obras e Exemplaes Raros e Especiais Oswaldo Aranha Bandeira de Mello da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo*

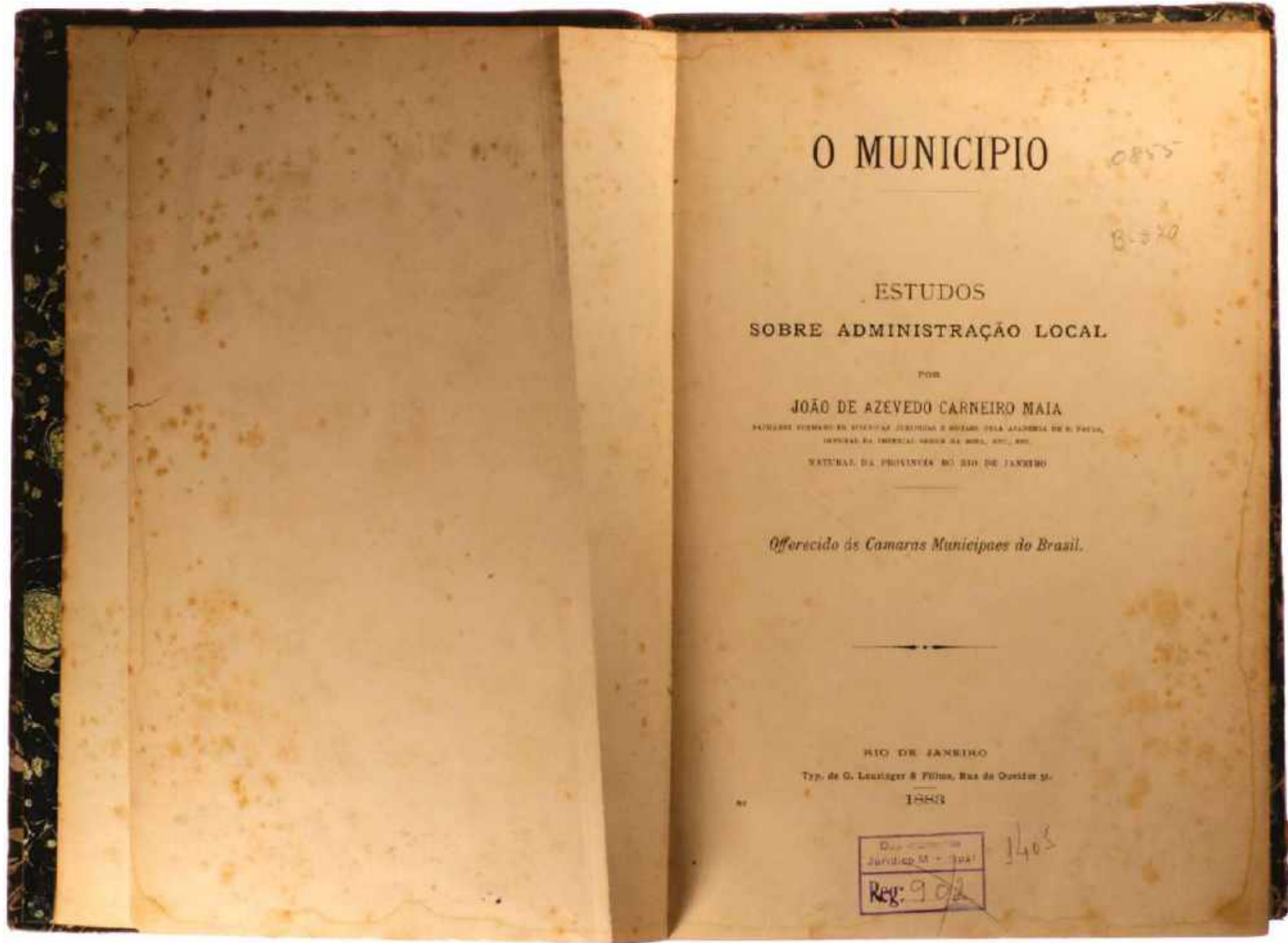


KÖPPEN, Friedrich. *Rechtslehre Nach Platonischen Grundsätzen*: Mit Anwendung Auf Unsere Zeit. Leipzig: Gerhard Fleischer, 1819, frontispício. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo

gm fclfr «mutig ^Ben mt nif&r in ttt  
Wr nfc Ki foliam íM& litt Zfan, glei^  
We Sfibit m SHMfjttfoaf» Ull) spfi-  
ftr&phii, citabíL' flfgcnfiçig immer jmt ©pfifil  
trttam; man a&f in tili teuejith Sagen ein aihrcr  
Gjfi(i filf ©#fföütn& [i. iTüim& gcinj^iirç 19^fLi  
tltf cnVultfimt ^fjetfülif iliii (int Sfil^t Gfrelt  
jo bjirfn inl} fohl tií n^theiligen iemuirgih ter  
SUiffiiiiiifii aiift; tbn, mifem Sirtfcenft u>e unfec  
©imírf] auf tfls iÉlrc fljicn IBaa CTkfn lirit  
uns gegenü(g ihí iiahvtcií tüfljftH! Jemie ÍCic=  
teif iLi D&rc Sr Mi^irrtin, tinb fiiií Ífidit bot  
Pini ©fuhie Zn •ifitrtut  
Siftiicfjrmgii bielk Ofii m F> nhr atu  
ben beivasm, tf tu tftntlf \$tJ« Ziedite inljt  
Ífufmctfoaiifii in ttortljünbfp Si riff ju foittrtrv  
ai6 ill if li Áidilíifiriil gefeaj otr gefáfirtt  
FoinCh ínimi ttiit allem lieferten febt tas öi^  
b in t^i r\*(fi; etji 6 t n £ II u <jfrf (f t a f s) &ti(t iwr  
ífltm abL (mfiTco ^ UnSnU-mjimi gftinifNif utt  
Sfp(Tfí, biP SBürf gef iffin(Ö-böl Ungira úr=  
gieng. 3>o iit PJ^irttíif ©ebotte lint Sifbst roflf  
jügeibf^er íVfifi till! Qjfirrtíifcm fitt fufjejm  
täyfir, ba fali oiidj bit i)ifd)ç(^rí nldr n&f  
tcis Síl glL hum afi bMe Caifct bis (Tijfirutt auf=  
dfffit, fonbiin tal íEM' ©riHitíiáit íJlTirt (Fkretfcfiá

ímitwr (Eittjflftrt »te @ím gU^ ffe tie Otf^cU  
unt teern tiuduufúhvín- Sit  
ht m at(J)ftiw «« flLbtC Kn Sfrtcn fcei? qJofiiif,  
»i> ótb^t mit bím SSêlftrn^t, úwm m™ -  
ffaak, lirlidiiti pÍHfrÉliärtciriKlutiain 1«  
bfrújrçn tw\*gifii> i>fil jene tam (o^itriff«  
mrçinid! poSiri^f SSBtiffirrif ti i ^ \* hie Srtt^ftt  
t>an 0oMif mit @^ut;  
tiKiiitiifl, jé mm\* ^ fín s?iffl=  
^fi uiií? SÍkctawttttf, flfcit' teft ("Cpctt ÇBftii^e  
bin áfrrIníítt S3ölfirn ilbricj tief. 9a@» «btf M  
buridne// ^Úitft neuen ííííííííwimj brs Éát.  
gíMi^fn ífbniß spotiTif untç SX^wUjre mete in  
eiiwnba-, jsobuffr tie TOfitttftáftt b^feT ífiví  
«n ^euitbfílrn gçtoifírt, fo ffl((li(|f líiàÍ S tíí ttffa-  
ttfflíjje gítst/™ SMityn, w>tiá)t tem fSc=  
imttWf fi,tflll í^ll^nl Íftín  
ah (Éf)ítimg, (Beroffunfl, ^ttf»^!^ ^ m  
iptlitif Kk In St^fesífrt tie OítDe ^ ^úffe, mit,  
bin fid? ttífmantj íviiiitern Oúftt, 1rtPttBfl<geniwir(ífti^  
üüeií „unt íbril íefríbtit ©tflihfBtW tf^nbríí,  
1st(f)£ mn h\ mrittT vírfíimifii.  
folHt píffjt anbues frçrt, tWH íi í" 6«  
ater wíivte "Ítifeif tetbieneit, tóWíl ter «íC=  
failer, (ífti tm Ífnerjil.iiiii) teí V^tt^l^ll „Ít  
(íflxn ©Kintuíitrtö ffj}ji|fíftfn, íiUt feicfHbirt





# O MUNICIPIO

0855

B-370

## ESTUDOS SOBRE ADMINISTRAÇÃO LOCAL

POR

JOÃO DE AZEVEDO CARNEIRO MAIA

PALESTRANTE FORMADOR EM ECONOMIA JURÍDICA E SOCIAL DA ACADEMIA DE S. PAULO,  
EMPREGADO DA EMPRESA AGRICOLA DE BOMAS, S. C. A. S. C.

NATURAL DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO

*Offerecido às Camaras Municipaes do Brasil.*

RIO DE JANEIRO

Typ. de G. Leuzinger & Filhos, Rua do Ouvidor 51.

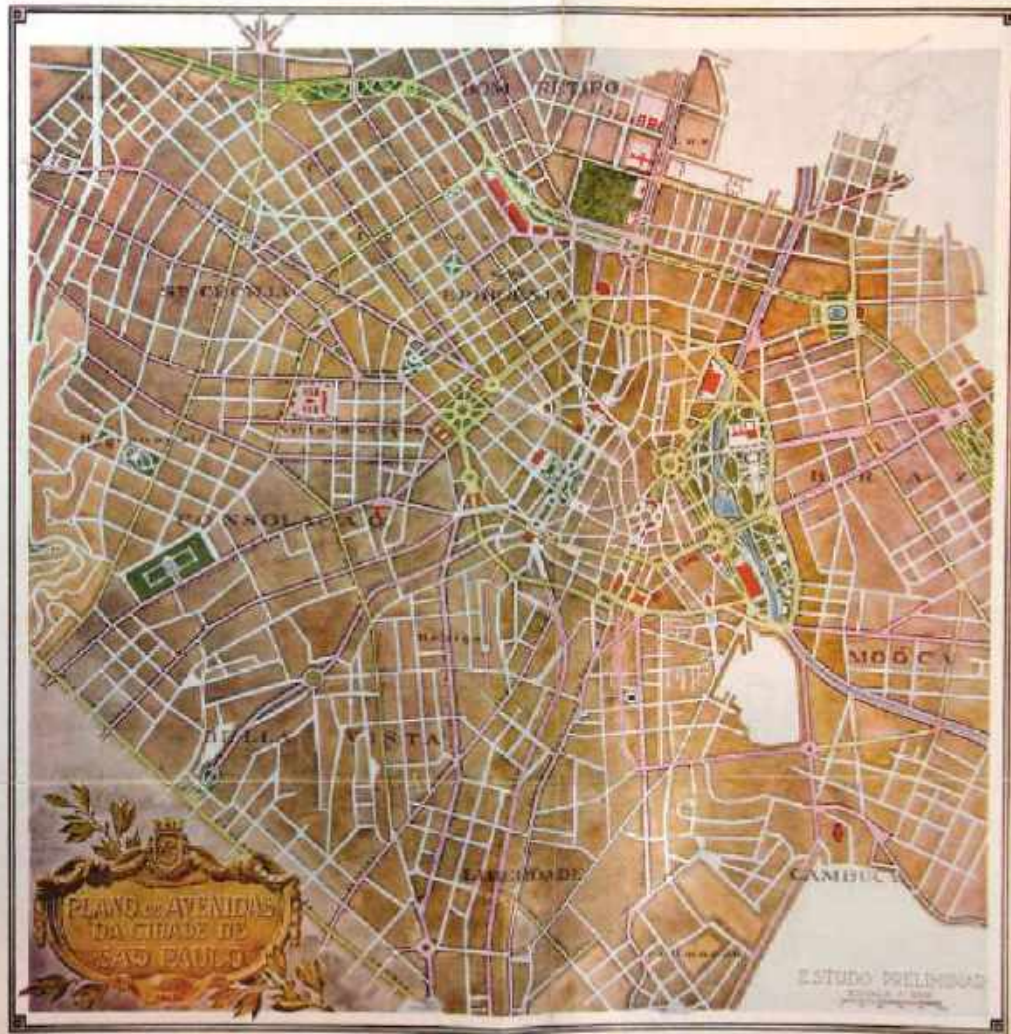
1883



1403

MAIA, João De Azevedo Carneiro. *O Município: Estudos sobre administração local*. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1883, frontispício. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo

Desde o ponto de vista da circulação, a primeira obra que se fez a respeito do traçado  
 da cidade, assim como que a primeira de que se tem notícia, foi a obra de Francisco  
 Prestes, em 1930, sob o título de "Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo".  
 O plano proposto por Prestes, embora não tenha sido executado, foi de grande importância  
 para a história da cidade, pois estabeleceu os eixos principais da malha viária atual.  
 O plano de Prestes, além de estabelecer os eixos principais, previa a criação de parques  
 e jardins, a construção de edifícios públicos e a melhoria das condições de saneamento  
 e de abastecimento de água. O plano também previa a criação de zonas de reserva  
 ambiental e a preservação do patrimônio histórico e artístico da cidade.  
 O plano de Prestes, embora não tenha sido executado, foi de grande importância  
 para a história da cidade, pois estabeleceu os eixos principais da malha viária atual.  
 O plano de Prestes, além de estabelecer os eixos principais, previa a criação de parques  
 e jardins, a construção de edifícios públicos e a melhoria das condições de saneamento  
 e de abastecimento de água. O plano também previa a criação de zonas de reserva  
 ambiental e a preservação do patrimônio histórico e artístico da cidade.  
 O plano de Prestes, embora não tenha sido executado, foi de grande importância  
 para a história da cidade, pois estabeleceu os eixos principais da malha viária atual.  
 O plano de Prestes, além de estabelecer os eixos principais, previa a criação de parques  
 e jardins, a construção de edifícios públicos e a melhoria das condições de saneamento  
 e de abastecimento de água. O plano também previa a criação de zonas de reserva  
 ambiental e a preservação do patrimônio histórico e artístico da cidade.



PLANO DE AVENIDAS DA CIDADE DE SÃO PAULO  
 ESTUDO PRELIMINAR  
 PROF. FRANCISCO PRESTES

MAIA, Francisco Prestes. *Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo e Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1930, p. 92-a. Acervo da Sala de Obras e Exemplos Raros e Especiais Oswaldo Aranha Bandeira de Mello da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo

*r*

ANTIGA PROPRIEDADE  
DA  
BARONEZA DE LIMEIRA  
RESTAURADA E TRANSFORMADA  
NA SEDE DO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS  
DA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
JÂNIO QUADROS  
PREFEITO  
CLÁUDIO LIMBO  
SECRETÁRIO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS  
ANA CRISTINA DE BARROS MONTEIRO FRANÇA PINTO  
PROCURADORA GERAL  
NOVEMBRO MS

Lápide de mármore comemorativa da inauguração, em novembro de 1988, da primeira sede do *Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Município*, na antiga propriedade da Ex.ma Sr.<sup>a</sup> Baronesa de Limeira sita na av. Brigadeiro Luiz Antônio n.º 42, pelos senhores: Prefeito Jânio da Silva Quadros, Secretário dos Negócios Jurídicos, Cláudio Salvador Lembo e Procurador-Geral do Município de São Paulo, Ana Cristina de Barros Monteiro França Pinto. Acervo da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo



Representação em óleo sobre tela idealizada por José Washt Rodrigues, com fulcro no teor do célebre *borrón* (mapa) de D. Luiz de Céspedes y Xeria, Governador e Capitão-General da Província do Paraguai, datado de 1628 e integrante do acervo do *Archivo General de Índias* em Sevilha, da primeira sede própria do Concelho da Villa de São Paulo do Campo de Piratininga, inaugurada em 14 de abril de 1576 e presumivelmente ereta no local em que está sediado o Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Reprodução autorizada por cortesia da Universidade de São Paulo



Edifício-sede atual da Sala de Obras e Exemplos Raros e Especiais Oswaldo Aranha Bandeira de Mello da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, do Museu e do Conselho da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, do Centro de Estudos Jurídicos e da Escola Superior de Direito Público Municipal da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, em sua primeira fase construtiva, durante a década de 1940. Reprodução autorizada pelo Museu da Cidade de São Paulo

## **PRÉDIO RESTAURADO PARA ABRIGAR A SJ**

Até o final do ano  
a Secretaria  
dos Negócios Jurídicos  
estará instalada  
em sua  
nova sede, no  
Edifício Leite de Barros,  
no Pátio do Colégio,  
que passa  
por restauração  
que foi vistoriada  
pelo Prefeito  
em exercício,  
Cláudio Lembo,  
neste último sábado.  
Com a incorporação  
desse prédio ao  
patrimônio municipal,  
aquele logradouro  
da Cidade  
passou a ser a  
única e primeira área  
totalmente  
institucionalizada.

*O magnífico Edifício  
Leite de Barros,  
que está sendo  
recuperado pela  
Prefeitura.*



Suplemento do Diário Oficial do Município de São Paulo, ano I, n.º 66, de nove de agosto de 1988, capa: comunicado acerca da aquisição e restauração da antiga sede da Secretaria dos Negócios Jurídicos, ora sede, por determinação do atual Secretário dos Negócios Jurídicos deste Município, Cláudio Salvador Lembo, da Sala de Obras e Exemplos Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, do Museu e do Conselho da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, do Centro de Estudos Jurídicos e da Escola Superior de Direito Público Municipal da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo.

1. CAPA - fac-símile da página final da Ata de Sessão do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga de 1.º de janeiro de 1562, com assinatura do primeiro Procurador que exerceu suas funções na sede atual do Município: João Annes;
2. *Ordenações do Senhor Rey D. Manuel*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1797, capa. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;

Ata de Sessão do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga de 10 de janeiro de 1562, de que consta o juramento de *Luis Martiz* (Luiz Martiz) como Procurador do Concelho. Acervo da Divisão do Arquivo Histórico de São Paulo;

3. Transliteração da Ata precedente determinada por Washington Luiz Pereira de Souza, quando Prefeito do Município de São Paulo. SÃO PAULO, Arquivo Municipal de. *Actas da Camara da Villa de S. Paulo: 1562 -1596*, vol. I, Século XVI. São Paulo: Ed. Duprat & C.<sup>a</sup>, 1914, p. 11. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;

Ata de Sessão do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga de 24 de junho de 1562, em que se lê ter o Procurador do Concelho: *Luiz Miz*. (Luiz Martiz), com seus pares, dado posse no cargo de Capitão da Vila de São Paulo a João Ramalho. Acervo da Divisão do Arquivo Histórico de São Paulo;

4. Transliteração da Ata precedente determinada por Washington Luiz Pereira de Souza, quando Prefeito do Município de São Paulo. SÃO PAULO, Arquivo Municipal de. *Actas da Camara da Villa de S. Paulo: 1562-1596*, vol. I, Século XVI. São Paulo: Ed. Duprat & C.<sup>a</sup>, 1914, p. 14. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;

Ata de Sessão do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga de 5 de novembro de 1562, onde se consignou o requerimento do Procurador do Concelho: *Luiz Martiz*, de acabamento dos muros e baluartes para defesa de São Paulo. Acervo da Divisão do Arquivo Histórico de São Paulo;

5. Transliteração da Ata precedente determinada por Washington Luiz Pereira de Souza, quando Prefeito do Município de São Paulo. SÃO PAULO, Arquivo Municipal de. *Actas da Camara da Villa de S. Paulo: 1562-1596*, vol. I, Século XVI. São Paulo: Ed. Duprat & C.<sup>a</sup>, 1914, pp. 16 a 17. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;

Ata de Sessão do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga de 10 de julho de 1563, de que consta o requerimento do Procurador do Concelho: *Salvador Pires*, para que se ordene o destapamento de rua irregularmente oclusa por Allvaro Anes. Acervo da Divisão do Arquivo Histórico de São Paulo;

6. Transliteração da Ata precedente determinada por Washington Luiz Pereira de Souza, quando Prefeito do Município de São Paulo. SÃO PAULO, Arquivo Municipal de. *Actas da Camara da Villa de S. Paulo: 1562-1596*, vol. I, Século XVI. São Paulo: Ed. Duprat & C.<sup>a</sup>, 1914, p. 26 Acervo da Sala de Obras e

Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;

Ata de Sessão do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga de 2 de novembro de 1580, em que se verifica ter o Procurador do Concelho: *Jmº masiel* João Maciel), requerido que o seu par Juiz mandasse "tirar uma devassa" com respeito a homens difamadores de mulheres casadas e solteiras. Acervo da Divisão do Arquivo Histórico de São Paulo;

7. Transliteração da Ata precedente determinada por Washington Luiz Pereira de Souza, quando Prefeito do Município de São Paulo. SÃO PAULO, Arquivo Municipal de. *Actas da Camara da Villa de S. Paulo: 1562-1596*, vol. I, Século XVI. São Paulo: Ed. Duprat & C.<sup>a</sup>, 1914, pp. 170 a 171. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;

Ata de Sessão do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga de 19 de janeiro de 1599, onde consta ter o Procurador do Concelho: *Francisco Maldonado* requerido que se instalasse o primeiro restaurante de São Paulo. Acervo da Divisão do Arquivo Histórico de São Paulo;

8. Transliteração da Ata precedente determinada por Washington Luiz Pereira de Souza, quando Prefeito do Município de São Paulo. SÃO PAULO, Arquivo Municipal de. *Actas da Camara da Villa de S. Paulo: 1596-1622*, vol. II, séculos XVI- XVII. São Paulo: Ed. Duprat & C.<sup>a</sup>, 1915, p. 56. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;

9. ALMEIDA, CANDIDO MENDES DE. *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal Recompiladas por Mandado D'El Rey D. Philippe I*. Décima quarta edição. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomatico, 1870, frontispício. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;

10. ALMEIDA, CANDIDO MENDES DE. *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal Recompiladas por Mandado D'El Rey D. Philippe I*. Décima quarta edição. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomatico, 1870. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, pp. 162/3;

Ata de Sessão do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga de 12 de setembro de 1620, onde se consignou a apreensão da célebre cama de Gonçalo Pires por ordem do Procurador do Concelho: *Francisco Jorge* e de seus pares. Acervo da Divisão do Arquivo Histórico de São Paulo;

11. Transliteração da Ata precedente determinada por Washington Luiz Pereira de Souza, quando Prefeito do Município de São Paulo. SÃO PAULO, Arquivo Municipal de. *Actas da Camara da Villa de S. Paulo: 1596-1622*, vol. II, séculos XVI- XVII. São Paulo: Ed. Duprat & C.<sup>a</sup>, 1915, pp. 446 a 447. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;



Ata de Sessão do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga de 27 de fevereiro de 1627, em que se consigna a recusa do ex-Procurador do Concelho: *Gonçalo Pires*, em receber em devolução pela Edilidade a sua famosa cama, apreendida em 1620. Acervo da Divisão do Arquivo Histórico de São Paulo;

12. Transliteração da Ata precedente determinada por Washington Luiz Pereira de Souza, quando Prefeito do Município de São Paulo. SÃO PAULO, Arquivo Municipal de. *Actas da Camara da Villa de S. Paulo: 1623-1628*, vol. III, Século XVII. São Paulo: Ed. Duprat & C.<sup>a</sup>, 1915, p. 262. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
13. ANDRADE, Mário Raul Morais de. "Moda da Cama de Gonçalo Pires", in *Clan do Jabotí*. Primeira edição. São Paulo: Oficinas Gráficas de Eugenio Cupolo, 1927, pp. 95/97 - acervo da Biblioteca Municipal Mário de Andrade (Sala de Obras Raras);
14. Firmas de oficiais do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga, dentre as quais se encontram a do Procurador Balthazar Rodrigues, bem como a do Capitão João Ramalho. In S. PAULO, Arquivo Municipal de. *Actas da Câmara da Villa de S. Paulo: 1562-1596*, vol. I, Século XVI. São Paulo: Ed. Duprat & C.<sup>a</sup>, 1914, p. 30. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
15. Assinaturas quinhentistas de oficiais do Concelho da Vila de São Paulo de Piratininga, encontrando-se dentre elas as dos senhores procuradores: Salvador Pires e Gonçalo Pires. In S. PAULO, Arquivo Municipal de. *Actas da Câmara da Villa de S. Paulo: 1562-1596*, vol. I, Século XVI. São Paulo: Ed. Duprat & C.<sup>a</sup>, 1914, p. 77. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
16. *Collecção das Leis do Império do Brasil: desde a Independência - 1826 a 1829*; vol. II; 2.a edição. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1836, frontispício. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
17. *Collecção das Leis do Império do Brasil: desde a Independência - 1826 a 1829*; vol. II; 2.a edição. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1836, pp. 310/311. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
18. *Collecção das Leis do Império do Brasil: desde a Independência - 1826 a 1829*; vol. II; 2.a edição. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1836, pp. 324/325. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
19. *Leis e Resoluções da Camara Municipal da Capital do Estado de São Paulo: De 29 de Setembro de 1892 a 30 de Dezembro de 1893*. São Paulo: Casa Vanorden,

- 1914, capa. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
20. Portaria s/n.º do Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, de 15 de setembro de 1897, que determina a elaboração de coletânea cronológica e ordenada publicação da legislação municipal desde 1892, in *Leis e Resoluções da Camara Municipal da Capital do Estado de São Paulo: De 29 de Setembro de 1892 a 30 de Dezembro de 1893*. São Paulo: Casa Vanorden, 1914, página introdutória. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
  21. Lei n.º 432, de 14 de novembro de 1899. *Crêa o lugar de procurador judicial da Camara e autoriza o Prefeito a contractar a cobrança da divida activa proveniente de impostos e multas*. In *Leis, Resoluções, Actos e Actos Executivos da Camara Municipal da Capital do Estado de São Paulo: de 1897 a 1899*. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, p. 148 a 149. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
  22. Acto n.º 71, do Prefeito do Município de São Paulo, de 29 de janeiro de 1900. *Dá Regulamento à Procuradoria Judicial da Camara Municipal*. In *Leis e Actos da Camara Municipal da Capital do Estado de São Paulo: De 1900 a 1902*. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, pp. 235 a 237. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
  23. Lei n.º 1256, de 30 de outubro de 1909. *Reorganiza a Procuradoria Judicial*. In *Leis e Actos do Município de São Paulo: do anno de 1909; 2.ª edição*. São Paulo: Graphica Paulista, 1935, pp. 75 a 76. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
  24. Acto n.º 338, do Prefeito do Município de São Paulo, de 28 de dezembro de 1909. *Dá regulamento à Procuradoria Judicial*. In *Leis e Actos do Município de São Paulo: do anno de 1909*. São Paulo: Casa Vanorden, 1910, p. 184 a 187. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
  25. Acto n.º 470, do Prefeito do Município de São Paulo, de 27 de maio de 1912. *Concede aposentadoria ao sr. dr. Mário Vicente de Azevedo, procurador judicial da Camara*. In *Leis e Actos do Município de São Paulo: do anno de 1912; 2.ª edição*. São Paulo: Graphica Paulista, 1935, p. 238. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo ;
  26. Acto n.º 573, do Prefeito do Município de São Paulo, de 16 de abril de 1913. *reorganiza as repartições da Prefeitura*. In *Leis e Actos do Município de São Paulo: do anno de 1913; 2.ª edição*. São Paulo: Graphica Paulista, 1935, p. 183 a 196. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
  27. Acto n.º 948, do Prefeito do Município de São Paulo, de 28 de julho de 1916. *Expede regulamento para a Procuradoria Municipal, nos termos do art. 20, da*

- lei n. 828, de 31 de outubro de 1914, e do art. 39, do Acto n. 573, de 16 de abril de 1913. In Leis e Actos do Município de São Paulo: do anno de 1916. São Paulo: I.O.E.S.P., 1936, pp. 278 a 286. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;*
28. Acto n.º 27, de 26 de dezembro de 1930. *Subdivide a Procuradoria Fiscal do Município de São Paulo, em dois departamentos e dá outras providencias., In Leis e Actos do Município de São Paulo: do anno de 1930. São Paulo: Casa Duprat, 1931, pp. 191 a 193. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;*
  29. Segunda via de Ofício s/n.º, datado de 2 de janeiro de 1935, firmada pelo senhor Procurador Fiscal do Município de São Paulo: Pedro Vicente de Azevedo Junior, e declinada ao senhor Prefeito deste Município. Acervo da Sala de Obras e Exemplos Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
  30. Relatório de Contas Correntes com o Tesouro Municipal do Senhor Procurador Fiscal do Município de São Paulo: Pedro Vicente de Azevedo Junior, elaborado pela Diretoria de Contabilidade da Prefeitura em 3 de janeiro de 1935. In *Departamento Jurídico - Ofícios: 1935, Tomo 1. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, encadernado em 25 de março de 1936. Acervo da Sala de Obras e Exemplos Raros e Especiais Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
  31. Acto n.º 768, de 10 de janeiro de 1935. *Reorganiza as repartições da Prefeitura. In In Actos do Município de São Paulo: do anno de 1935. São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunais, 1936, pp. 63 a 66. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;*
  32. Acto n.º 805, de 25 de fevereiro de 1935. *Organiza o Departamento Jurídico Municipal e dá outras providências. In Actos do Município de São Paulo: do anno de 1935. São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunais, 1936, pp. 63 a 66. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;*
  33. Boletim de Arrecadação da Divisão de Cobrança Amigável e Inscrição da Dívida Ativa do Departamento Jurídico do Município de São Paulo, de 3 de abril de 1939. In *Departamento Jurídico - Boletins de Arrecadação: 1938 - 1939. São Paulo: Município de São Paulo, s/d. Acervo da Sala de Obras e Exemplos Raros e Especiais Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
  34. Segunda via de quota exarada nos autos do Processo Administrativo n.º 46.449/40, datada de 28 de abril de 1941 e firmada pelo senhor Procurador-Diretor do Departamento Jurídico do Município de São Paulo: Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, e declinada ao senhor Prefeito deste Município. In *Departamento Jurídico - Ofícios do Diretor - 1941. São Paulo: Município de São Paulo, s/d. Acervo da Sala de Obras e Exemplos Raros e Especiais Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;

35. PINTO, Carlos Alberto Alves de Carvalho. *Hermenêutica das Leis Fiscais*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1941, capa. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
36. MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. *Promoção, por sentença!*: Razões de Apelação - Decisão de 1.<sup>a</sup> Instância - Decisão de 2.<sup>a</sup> Instância. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1943, capa. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
37. Decreto-Lei n.º 333, de 27 de dezembro de 1945. *Reorganiza a estrutura administrativa da Prefeitura instituindo Secretarias e dando outras providências*. In *Decretos e Decretos-Leis do Município de São Paulo*: do ano de 1945. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, pp. 345 a 349. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
38. Decreto-Lei n.º 405, de 11 de março de 1947. *Dispõe sobre organização administrativa da Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos e dá outras providências*. In *Decretos, Decretos-Leis e Leis do Município de São Paulo*: do ano de 1947. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, pp. 193 a 202. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
39. Lei n.º 5.531, de 17 de julho de 1958. *Cria na Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos, o Departamento Consultivo, o Departamento Fiscal, o Departamento Judicial e o Departamento Patrimonial e dá outras providências*. In *Decretos e Leis do Município de São Paulo*: do ano de 1958. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, p. 437 a 447. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
40. SANTOS, Moacyr Amaral. *Prova Judiciária no Cível e Comercial*. vol. I, 3ª edição correta e atualizada, São Paulo: Ed. Max Limonad, s/d, frontispício. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
41. Decreto n.º 6.861, de 8 de fevereiro de 1967. *Transfere para a Secretaria das Finanças, o Departamento Fiscal*. In *Decretos e Leis do Município de São Paulo*: do ano de 1967. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, pp. 57 a 58. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
42. Decreto n.º 14.515, de 30 de abril de 1977. *Dá nova denominação e reorganiza a Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos, e dá outras providências*. In Diário Oficial do Município. Prefeitura do Município de São Paulo. Ano XXII, número 80; São Paulo, sábado, 30 de abril de 1977. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
43. Lei n.º 10.182, de 30 de outubro de 1986. *Dispõe sobre a nova composição da Secretaria dos Negócios Jurídicos - SJ, cria a Procuradoria Geral do Município - PGM, reestrutura a carreira de Procurador, e dá outras*

- providências.* In Diário Oficial do Município de São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Ano 31, número 208; São Paulo, sexta-feira, 31 de outubro de 1986. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
44. Decreto n.º 23.091, de 13 de novembro de 1986. *Dispõe sobre a competência e a organização da Secretaria dos Negócios Jurídicos e da Procuradoria Geral do Município, parte integrante desta, bem como dá providências.* In Diário Oficial do Município de São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Ano 31, número 218; São Paulo, 14 de novembro de 1986. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
45. Decreto n.º 25.618, de 25 de março de 1988. *Dispõe sobre a criação do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Município e dá outras providências.* In Diário Oficial do Município de São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Ano 33, número 057; São Paulo, sábado, 26 de março de 1988. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
46. Decreto n.º 50.931, de 20 de outubro de 2009. *Dispõe sobre a criação da Escola Superior de Direito Público Municipal da Procuradoria Geral do Município, vinculada ao Centro de Estudos Jurídicos Lúcia Maria Moraes Ribeiro de Mendonça - CEJUR.* In Diário Oficial do Município de São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo. Ano 54, número 196; São Paulo, quarta-feira, 21 de outubro de 2009. Acervo da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
47. Lápide de mármore comemorativa da inauguração, em novembro de 1988, da primeira sede do *Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Município*, na antiga propriedade da Ex.ma Sr.<sup>a</sup> Baronesa de Limeira sita na av. Brigadeiro Luiz Antônio n.º 42, pelos senhores: Prefeito Jânio da Silva Quadros, Secretário dos Negócios Jurídicos, Cláudio Salvador Lembo e Procurador-Geral do Município de São Paulo, Ana Cristina de Barros Monteiro França Pinto. Acervo da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
48. Representação em óleo sobre tela idealizada por José Washt Rodrigues, com fulcro no teor do célebre *borrón* (mapa) de D. Luiz de Céspedes y Xeria, Governador e Capitão-General da Província do Paraguai, datado de 1628 e integrante do acervo do *Archivo General de índias* em Sevilha, da primeira sede própria do Concelho da Villa de São Paulo do Campo de Piratininga, inaugurada em 14 de abril de 1576 e presumivelmente ereta no local em que está sediado o Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Reprodução autorizada por cortesia da Universidade de São Paulo;
49. Edifício-sede atual da Sala de Obras e Exemplos Raros e Especiais Oswaldo Aranha Bandeira de Mello da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, do Museu e do Conselho da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, do Centro de Estudos Jurídicos e da Escola Superior de Direito Público Municipal da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, em sua primeira

fase construtiva, durante a década de 1940. Reprodução autorizada pelo Museu da Cidade de São Paulo;

50. Suplemento do Diário Oficial do Município de São Paulo, ano I, n.º 66, de nove de agosto de 1988, capa: comunicado acerca da aquisição e restauração da antiga sede da Secretaria dos Negócios Jurídicos, ora sede, por determinação do atual Secretário dos Negócios Jurídicos deste Município, Cláudio Salvador Lembo, da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, do Museu e do Conselho da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo, do Centro de Estudos Jurídicos e da Escola Superior de Direito Público Municipal da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
51. S. PAULO, Prefeitura do Município de - Divisão de Documentação - DAMU 4 - Biblioteca. *Livro do Tombo da Biblioteca*, s/d, capa. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
52. S. PAULO, Prefeitura do Município de - Divisão de Documentação - DAMU 4 - Biblioteca. *Livro do Tombo da Biblioteca*, s/d, fl. 292. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
53. VINNI, Arnoldi. *J.C. Tractatus Quinque: "Nempede Pactis, Jurisdictione, Collationibus, Transactionibus, et Quaestionibus Júris Selectis."* Veneza: Typographia Balleoniana, 1736, capa. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
54. *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V: Livro I. In Colleção da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal. Parte I. da Legislação Antiga.* Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1792, frontispício. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
55. KÖPPEN, Friedrich. *Rechtslehre Nach Platonischen Grundsätzen: Mit Anwendung Auf Unsere Zeit.* Leipzig: Gerhard Fleischer, 1819, frontispício. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
56. KÖPPEN, Friedrich. *Rechtslehre Nach Platonischen Grundsätzen: Mit Anwendung Auf Unsere Zeit.* Leipzig: Gerhard Fleischer, 1819, pp. IV e V. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
57. MAIA, João De Azevedo Carneiro. *O Município: Estudos sobre administração local.* Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1883, frontispício. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;

58. MAIA, Francisco Prestes. *Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo e Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1930, p. 92-a. Acervo da Sala de Obras e Exemplares Raros e Especiais *Oswaldo Aranha Bandeira de Mello* da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
59. CONTRACAPA - Rua D. Maria Paula, onde está localizada a sede da Procuradoria-Geral do Município de São Paulo. Fotografia tomada em 1940. In MAIA, Francisco Prestes. *Melhoramentos de São Paulo*. 2.<sup>a</sup> edição. São Paulo: I.O.E.S.P., 2010, p. 42

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil**

S233e

Santos, Antônio Clarét Maciel dos  
Elementos da História dos Procuradores do Município de São Paulo / Antônio Clarét  
Maciel dos Santos, Carlos Eduardo Garcez Marins. São Paulo: Procuradoria-Geral do  
Município de São Paulo. Centro de Estudos Jurídicos, 2011.

ISBN 978-85-65099-01-1

Bibliografia

1. Procuradores - São Paulo (cidade) - História I. Marins, Carlos Eduardo Garcez. II.

Título

CDU 347.964.1(816.11)

ISBN 978-85-65099-01-1



9 788565 099011